

desafios

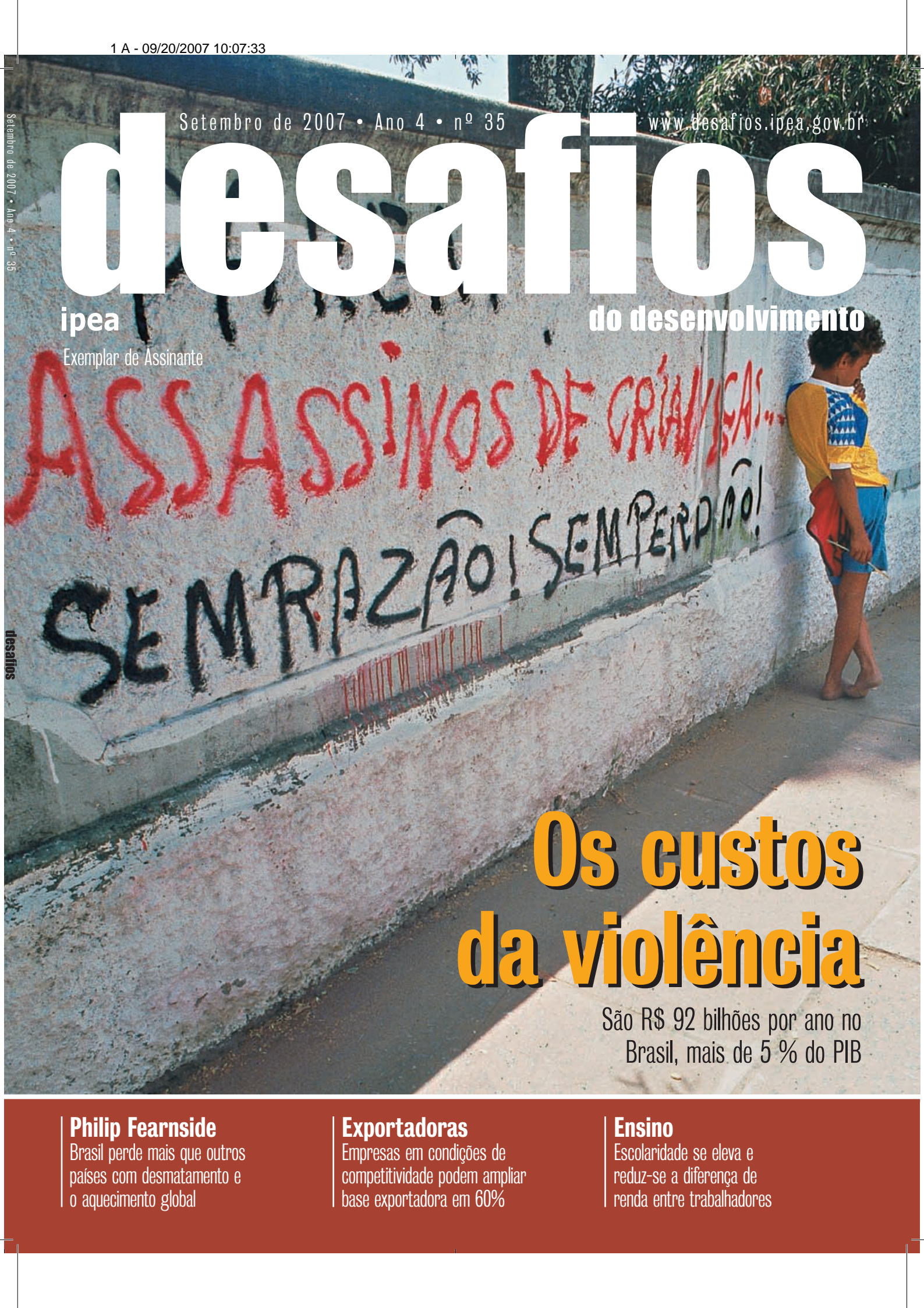
ipea

do desenvolvimento

Exemplar de Assinante

Setembro de 2007 • Ano 4 • nº 35

desafios



Os custos da violência

São R\$ 92 bilhões por ano no Brasil, mais de 5 % do PIB

Philip Fearnside

Brasil perde mais que outros países com desmatamento e o aquecimento global

Exportadoras

Empresas em condições de competitividade podem ampliar base exportadora em 60%

Ensino

Escolaridade se eleva e reduz-se a diferença de renda entre trabalhadores

Carta ao leitor

Depois de um curto intervalo de três meses, a revista **Desafios do Desenvolvimento** retorna aos seus leitores com os mesmos ingredientes que a fizeram vitoriosa em seus três anos de existência.

Abrimos esta edição com uma entrevista com o cientista Philip M. Fearnside. Nosso propósito é pôr mais luz sobre um dos temas mais importantes da atualidade para todo o planeta em que vivemos: o aquecimento global. Buscamos enfocar melhor a América Latina, e em especial o nosso país, e discutir com equilíbrio os efeitos econômicos da calamidade que se prenuncia.

Outro tema calamitoso, a violência urbana, ganhou nossa capa com uma reportagem que não só se refere ao pesado custo econômico desse mal da atualidade, como também aborda seus efeitos intangíveis, como forma de – desculpem o trocadilho – apontar o alvo para os formuladores de políticas públicas, para que a sociedade possa enfrentar o problema sob a ótica da racionalidade e da efetividade.

Temos ainda uma reportagem sobre o estudo “As empresas brasileiras e o comércio internacional”, feito por um grupo de 22 pesquisadores, que identificou soluções para que o país possa lograr um elevado ritmo de crescimento das exportações ante o perigo de esgotamento da atual base exportadora. Nada menos de 4 mil potenciais vendedores para o exterior foram encontrados na indústria de transformação, em uma cuidadosa seleção de empresas em condições de competitividade. O resultado disso pode ampliar a base exportadora em 60%.

Os efeitos da universalização do ensino sobre o mercado de trabalho foram abordados numa reportagem baseada em estudos que medem o atual valor do diploma no país. Hoje, é menor a disparidade salarial quando se compara um trabalhador de maior escolaridade com outro que não teve acesso ao ensino. Longe de significar um desestímulo ao estudo, essa realidade espelha uma aproximação do Brasil à de países desenvolvidos.

As mudanças observadas no gasto e no consumo das famílias brasileiras são o tema de outra reportagem. Hoje, a alimentação pesa muito menos nos orçamentos familiares, o acesso à comida está, de fato, mais fácil, mas nem tudo são flores. As estatísticas agora identificam uma indesejável situação provocada não pela falta de comida, mas por regimes alimentares inadequados, em que há desnutrição associada a sobrepeso em um mesmo indivíduo.

As dificuldades criadas por fatores como a estrutura tributária, as incertezas regulatórias e legais, a burocracia e a corrupção, que prejudicam o ambiente de negócios no Brasil, são o tema de outra reportagem.

E temos ainda, na seção Melhores Práticas, uma reportagem especial sobre o projeto do maestro e pianista Arthur Moreira Lima, que há mais de quatro anos sai pelas estradas com um comboio inusitado, capitaneado por um caminhão-palco, levando sua arte refinada para os confins do país.

A todos uma boa leitura!

Roberto Müller Filho, editor-chefe

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: desafios@ipea.gov.br
Diretoria de redação: SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
Visite nosso endereço na internet: www.desafios.ipea.gov.br

Governo Federal
Secretaria de Planejamento de Longo
Prazo da Presidência da República
MINISTRO Roberto Mangabeira Unger

PRESIDENTE Marcio Pochmann

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

desafios

do desenvolvimento

COORDENADORA EDITORIAL Giovana Tiziani

COORDENADORA ADMINISTRATIVA Mary Cheng

CONSELHO EDITORIAL Alexandre Marinho, Bruno Araújo,
Divonizir Gusso, Giovana Tiziani, João Carlos
Magalhães, Jorge Luiz de Souza, Leonardo Rangel,
Luiz Fernando L. Resende, Marina Nery, Mary Cheng,
Murilo Lôbo, Pérsio Davison e Roberto Müller Filho

www.desafios.ipea.gov.br

Redação

EDITOR-CHEFE Roberto Müller Filho

EDITOR-EXECUTIVO Jorge Luiz de Souza

EDITOR – BRASÍLIA Sérgio Garschagen

EDITORA – RIO DE JANEIRO Fátima Belchior

EDITORA DE ARTE Débora de Bem

ASSISTENTE DE ARTE Fabiana Guedes Vianna

JORNALISTA RESPONSÁVEL Roberto Müller Filho

Colaboradores

FOTOGRAFIA Ana Claudia Jatavy

ILUSTRAÇÃO Orlando Pedrosa

REVISÃO Mauro de Barros

FOTO DA CAPA Antonio Milena/Editora Abril

Cartas para redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515
CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

Assinaturas

assinaturadesafios@ipea.gov.br

(061) 3315-5251

Impressão

Cromos – Editora e Indústria Gráfica Ltda.

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRIMINDO, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA OU DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO IPEA, PRODUZIDA PELA SEGMENTO RM EDITORES LTDA.

 **segmento**

SEGMENTO RM EDITORES LTDA.

RUA CUNHA GAGO, 412 - 4º ANDAR - CJ. 43 - PINHEIROS - SÃO PAULO - SP
CEP 05421-0011 - TEL. (11) 3094-8400

desafios

do desenvolvimento

Sumário

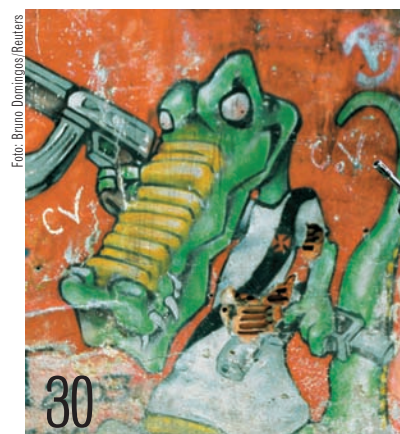
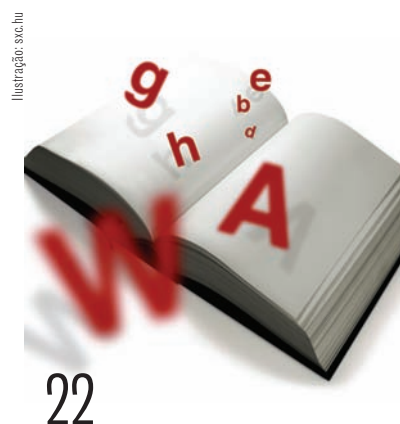
- 8 Entrevista Philip Martin Fearnside**
Brasil perde mais que outros países com o desmatamento e o aquecimento global
- 14 Exportações 4 mil potenciais vendedores**
Empresas em condições de competitividade podem ampliar base exportadora em 60%
- 22 Ensino O valor do diploma**
Maior escolaridade reduz a diferença de renda entre trabalhadores com e sem estudos
- 30 Violência Os custos da violência**
Estudo municia os formuladores de políticas públicas
- 38 Gasto e consumo Muda o perfil das famílias**
Comida pesa menos no orçamento, mas hoje há desnutrição por mau regime alimentar
- 46 Negócios Um ambiente que desfavorece**
Dificuldades são estrutura tributária, incertezas regulatórias e legais, burocracia e corrupção
- 53 Melhores práticas Um piano pela estrada**
Músico leva sua arte refinada pelos caminhos poeirentos dos confins do país

Seções

- 6 Giro**
- 60 Circuito**
- 62 Estante**
- 64 Indicadores**
- 66 Cartas**

Artigos

- 29 Bolívar Pêgo e Alexandre Manoel Ângelo da Silva**
Passivos contingentes no PAC Infra-Estrutura
- 37 Carlos Alvares da Silva Campos Neto e Ricardo Pereira Soares**
Concessões e a modicidade das tarifas
- 45 Pedro Humberto B. de Carvalho Junior**
O custo da terapia com anti-retrovirais



Pesquisa e texto **Sérgio Garschagen**

GIRO

Foto: sxc.hu



Justiça

Trem fora dos trilhos

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) decidiu por unanimidade condenar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 54/1999, em tramitação no Congresso Nacional, que garante estabilidade profissional a servidores admitidos sem concurso público antes da Constituição de 1988. Se a matéria vier a ser aprovada, a OAB já tem decisão tomada de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin).

A análise da PEC 54 foi feita pela Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB, que é composta por representantes de todos os estados. A PEC 54 pretende ainda ampliar para dez anos o tempo de estabilidade dos servidores contratados sem serviço público. A comissão considerou um grave atentado à Constituição o fato de que esses dez anos serão contados retroativamente, a partir da publicação da emenda.

Um deputado federal entrou com um mandado de segurança preventivo junto ao STF contra a PEC 54/1999 e também contra a 02/2003, que prevê a efetivação de servidores requisitados por órgãos diferentes dos de origem há mais de três anos.

Jalapão

A migração do capim

Primeiro foi a borracha, originária do Brasil e transplantada para a Malásia, com sério prejuízo à nossa economia. Depois, no sentido inverso, o capitão Palheta contrabandeou mudas de café da Guiana francesa para o Brasil. Mais recentemente, o capim dourado (*Syntherisma sp.*), que existia somente na região do Jalapão (Tocantins), foi plantado com

êxito na Bahia. Famoso pela palha da qual se fazem pulseiras, brincos, chaveiros, bolsas e cintos, sua característica principal é a cor que lembra a do ouro. O artesanato surgiu em Mumbuca, migrou para toda a região do Jalapão e artesãos baianos conseguiram transplantá-lo para perto de Salvador, onde pretendem conquistar os turistas estrangeiros.

Imprensa

200 anos de história

O bicentenário da imprensa brasileira deverá ser comemorado intensamente ano que vem. O primeiro jornal a circular no país, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, segundo lembrou o historiador Nelson Werneck Sodré, em seu antológico livro "História da Imprensa no Brasil", teve apoio e incentivo de D. João VI. O diário – na realidade um jornal oficial – circulou alguns meses depois do *Correio Braziliense*, que era editado em Londres, o que ainda incentiva os debates sobre qual foi realmente o primeiro jornal do país.

O *Correio* circulou no dia 1º de junho de 1808, e em setembro, sete meses depois da chegada de

D. João no Rio, começava a ser publicada a *Gazeta*. Mas essa era simples reprodução da que antes se publicava em Portugal sob os auspícios da coroa e sob censura.

Há uma grande movimentação

no meio acadêmico e jornalístico em torno da comemoração, e a Imprensa Nacional (que publica o *Diário Oficial da União*) lançará uma série de fascículos, a partir de janeiro de 2008.

Foto: sxc.hu



Suborno

Ricos preocupados

O governo da Itália e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) vão comemorar o 10º aniversário da convenção anti-suborno da organização nos dias 20 e 21 de novembro, em Roma. Três eventos estão programados: uma conferência específica sobre os dez anos da convenção anti-suborno além de dois encontros: um de especialistas no assunto e outro com promotores públicos sobre de-

tenção, investigação e instauração de processos relativos a subornos por estrangeiros. A OCDE, formada por 30 países responsáveis pela produção de mais de 50% da riqueza mundial, pretende celebrar os progressos realizados nos últimos dez anos e dar prosseguimento às ações conjuntas de combate a esse tipo de crime.

A OCDE, que defende a democracia e a economia de livre mercado, procura expandir

ainda o emprego e o progresso da qualidade de vida dos países membros, mantendo a estabilidade financeira e contribuindo assim com o desenvolvimento da economia mundial, além de contribuir com uma expansão econômica saudável nos países membros e também nos países não membros, para favorecer a expansão do comércio mundial sobre uma base multilateral e não discriminatória, conforme as obrigações internacionais.

Nova geografia

Cabo Branco perde o título

Cabo Branco, situado a 10 quilômetros da cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, não é mais o ponto mais oriental do litoral brasileiro. Perdeu o posto para Ponta Seixas, três quilômetros ao sul. A mudança deve-se à erosão marinha que desgastou a área do Cabo e levou sedimentos para Ponta Seixas. Do alto do velho farol do Cabo, que fica no alto de uma falésia, é possível observar o fenômeno.

Perigo

Álcool, só no tanque

Pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) com base em dados oficiais do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo comprovou que, dos motoristas e motociclistas que morreram em acidentes de trânsito na capital paulista, 45% tinham consumido bebidas alcoólicas. Entre os condutores de carros, o índice de alcoolizados é ainda maior: 56,6% das ocorrências. Já nos acidentes com motos, 39,8% dos que dirigiam haviam ingerido alguma quantidade de álcool antes de morrer. Foram analisados 908 laudos referentes a acidentes de trânsito de 2005, apurando a concentração alcoólica em 312 laudos: de 116 motoristas de carros e de 196 motociclistas. Os outros laudos tratam de vítimas como pedestres, pessoas na garupa de motos e outros ocupantes dos carros. O estudo completo será apresentado apenas no ano que vem.



Foto: sxc.hu

Comércio

Gaúchos medem vendas no varejo

A Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão da Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul, elabora desde agosto um novo índice para mensurar as vendas no varejo. O Índice de Vendas do Comércio (IVC) é composto pelo Índice de Vendas do Varejo (IVV) e pelo Índice de Vendas do Atacado (IVA). O IVV é calculado para

11 setores de atividade, enquanto o IVA engloba 9 setores. O índice é apresentado para o conjunto de todo o estado, para a região metropolitana de Porto Alegre e ainda para 23 municípios selecionados: Canoas, Novo Hamburgo, Viamão, Esteio, Gravataí, Guaíba, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Passo Fundo, Santa Maria, Pelotas, Rio Gran-

de, São Leopoldo, Erechim, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Cachoeirinha, Farroupilha, Uruguaiana, Bagé, Santo Ângelo, Cruz Alta e Ijuí. O novo índice foi elaborado pela FEE a partir de um convênio com a Federação do Comércio do Rio Grande do Sul, sendo sua divulgação compartilhada por ambas as instituições.

ENTREVISTA

O aquecimento global provocará no país graves prejuízos econômicos

Foto: Ana Claudia Jatay



na produção agropecuária e na geração de energia hidrelétrica, diz cientista

Philip Martin Fearnside

O Brasil perde mais

Por Jorge Luiz de Souza, de São Paulo

O cientista norte-americano Philip Martin Fearnside diz que “o Brasil é um dos países que mais vão perder com o efeito estufa”. Além da sua previsão de mortalidade maciça da floresta amazônica até 2080, ele aponta para o perigo de graves perdas de água nas bacias do Paraná e São Francisco e excesso de chuvas, mas com tufões, em áreas litorâneas.

Desafios - O Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC) conseguiu chamar a atenção em todo o mundo para as previsões sobre o aquecimento do planeta. O senhor acredita que o processo de aquecimento será atenuado a partir de agora?

Fearnside - É absolutamente necessário que o aquecimento seja mitigado de forma séria. Embora seja verdade que o planeta vai continuar a aquecer durante 20 ou 30 anos, mesmo que fossem parar completamente as emissões, a diferença entre cenários com e sem a mitigação é muito grande depois desse período. Portanto, é um de-

ver nosso fazer esta mitigação, começando já. É muito perigoso presumir que vão fracassar os esforços para chegar a um acordo internacional para diminuir as emissões. Este tipo de pensamento se torna uma previsão que se auto-realiza. Não temos alternativa a não ser conseguir atenuar o aquecimento global. Tenho esperança de que, em Bali, na Indonésia, em dezembro deste ano, na 13ª Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas

(ONU), teremos um progresso mais concreto do que nas outras COPs. Essas reuniões anuais decorrem dos compromissos assumidos na Eco 92, realizada no Rio. Desde 1993, todo ano tem uma COP, e algumas dessas rodadas têm grandes resultados, como foi a de 1997, com o Protocolo de Kyoto. Agora, temos que tomar as decisões sobre o que vai acontecer em 2013, porque em 31 de dezembro de 2012 termina o primeiro período de compromisso do Protocolo de Kyoto.

Incansável batalha pelo convencimento

Há um ano, Philip Martin Fearnside ficou em segundo lugar entre os cientistas mais citados em todo o mundo em trabalhos sobre o aquecimento global nos últimos dez anos, num levantamento da Thomson Scientific (ex-Thomson Institute for Scientific Information). Seus 19 trabalhos publicados no período, todos voltados ao tema aquecimento global, foram citados 530 vezes por outros autores. Abrindo um pouco o leque para assuntos correlatos, foram 47 trabalhos assinados por Fearnside em publicações reconhecidas pela comunidade científica mundial, citados 808 vezes nesses dez anos. Perdeu apenas para John Mitchell, do Escritório Meteorológico do Reino Unido (UKMO).

Fearnside, de 60 anos, vive há 31 no Brasil, 29 anos como pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Ele também é professor da Universidade Federal do Amazonas e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Fez especialização em Sistemas de Informações Geográficas na Universidade de São Paulo (USP), mestrado em zoologia e doutorado em ciências biológicas na University of Michigan, nos Estados Unidos.

Tem propostas radicais para conter o desmatamento, tema no qual se destaca em todo o mundo. "Apenas tentando fiscalizar e multar não será suficiente. Também tem que ter algo que compense a manutenção da floresta. Eu argumento há mais de 20 anos que é preciso um sistema institucional para pagar os serviços ambientais da floresta. Pela chuva, pela biodiversidade e por evitar o efeito estufa. O mais perto disso é o Protocolo de Kyoto", disse ele, anos atrás, em entrevista à EcoAgência.

Seu último grande feito, no início deste ano, durante o Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC), enfrentando a oposição da delegação brasileira, foi incluir no resumo do relatório do Grupo de Trabalho II, que trata dos impactos das mudanças climáticas e de adaptação, a seguinte declaração: "Até meados do século, aumentos na temperatura e a diminuição da quantidade de água no solo devem conduzir à substituição gradual da floresta tropical por savana na Amazônia Oriental".

Sua tese de savanização da Amazônia tem sido sua bandeira mais empunhada nos últimos anos, mas ele também não se omite sobre cada decisão governamental que envolve a Amazônia, como as recentes liberações de construção de usina hidrelétricas na região.

Incansável no trabalho de divulgar suas opiniões, ele diz que "a opinião pública é importante para pressionar os governantes". Circula o tempo todo pelo país e fora dele. Já foram mais de 20 palestras este ano, e "tenho pelo menos mais uma dúzia agendada até dezembro".

Desafios - Qual será o impacto do aquecimento global no continente sul-americano? Será diferente do resto do mundo? No caso brasileiro, haverá diferenças conforme a região?

Fearnside - O Brasil é um dos países com maior impacto previsto do aquecimento global. Na Amazônia isto pode levar à mortalidade maciça da floresta amazônica. No Nordeste teria um ressecamento em uma região que já sofre constantemente de falta de chuva. No Sul aumentariam as trombas d'água e os tufões. O aumento do nível do mar afeta toda a costa, onde boa parte da população do país vive. Mas, nas últimas reuniões de negociação, o Brasil não tem se destacado, porque o discurso brasileiro é a mesma coisa que vem defendendo desde 1992. Isso tem que mudar, porque o Brasil é um dos países que vão perder mais com o efeito estufa. Já houve uma certa mudança com relação às conversas sobre florestas tropicais. Era praticamente um tabu. Agora, o Brasil apresentou, no final de 2006, uma proposta de fundo para receber doações voluntárias para tentar diminuir o desmatamento. Como é uma coisa sem compromisso e sem créditos para os países que contribuiriam, nem nada que possa contar nas cotas de carbono, não creio que obtenha apoio ou a perspectiva de gerar dinheiro para evitar o desmatamento. Sobretudo, se todos os países do mundo concordam com cortes grandes de emissões, aí eles vão usar todo o dinheiro que têm para cumprir com os compromissos. Mas é muito importante no sentido de o Brasil entrar nas conversas sobre as florestas, porque o governo brasileiro não estava negociando isso.

Desafios - A resistência do governo brasileiro tem a ver com os custos de conter o desmatamento?

Fearnside - Para o Brasil é mais fácil diminuir as emissões do que para outros países, porque o desmatamento aqui gera muito pouco em termos de retorno econômico. A economia do Brasil não depende do desmatamento, que

também emprega muito pouca gente. A Amazônia tem 20 milhões de pessoas, mas o número delas nessa atividade é absolutamente mínimo. As pessoas estão nas cidades, e quem está na zona rural está fazendo outras coisas. Então, o Brasil poderia diminuir o desmatamento sem grandes dores sociais, diferentemente de outros países tropicais onde são os pobres os grandes agentes de desmatamento. Aí é muito mais difícil diminuir o desmatamento sem ter alternativa para tanta gente. Assim, o Brasil tem grande vantagem para assumir compromisso de controlar o desmatamento. Tem que fazer. Por outro lado, o aquecimento global vai diminuir a produção agrícola do país inteiro. No Nordeste, onde ainda há o problema da fome, vai piorar. E não é só agricultura. Há também a geração de energia, que precisa da chuva vinda da floresta amazônica. Perder a floresta realmente traria grandes impactos.

Desafios - Mas em outras regiões haveria um aumento das chuvas com o aquecimento global, não é?

Fearnside - Sim, exatamente. Nas regiões costeiras, no Sul do país, haveria mais chuva, mas não uma chuva que presta. Serão tufões, o que é diferente da chuva que vem da Amazônia, que vai cair do outro lado da serra do Mar, que vai descer pela bacia do Paraná, uma região com muita chuva, que termina em Itaipu e vai gerar energia lá. Uma parte também vai cair no rio São Francisco, que é muito importante também na geração de energia. E tem ainda os problemas da costa e os problemas da Amazônia. A Amazônia é um dos principais bens que o Brasil tem e não dá para colocar isso em risco.

Desafios - O motivo dessa resistência não seria a questão da soberania?

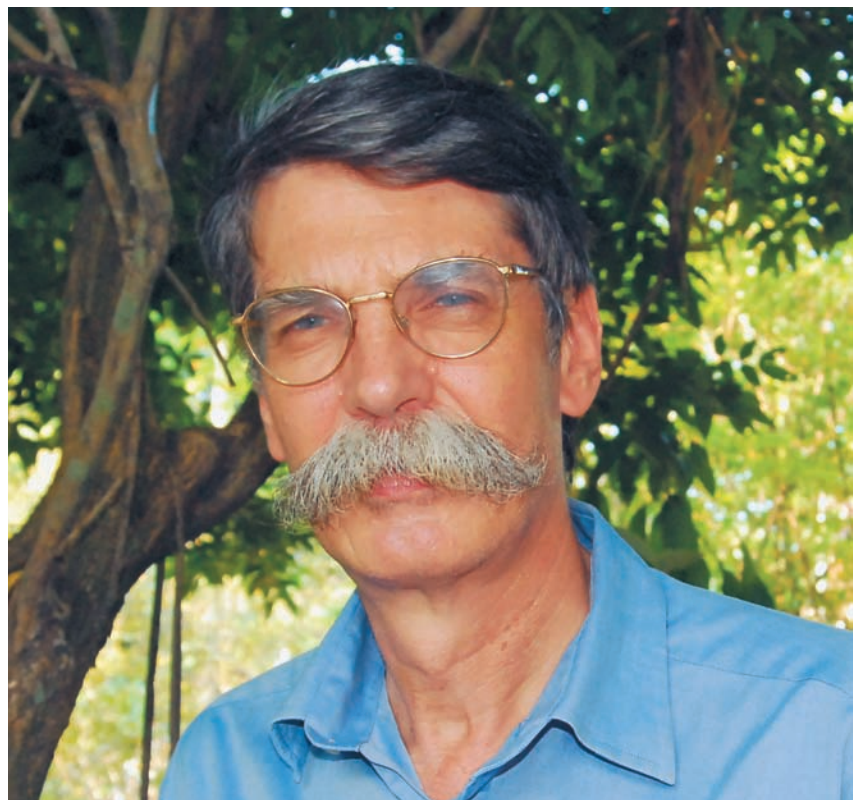
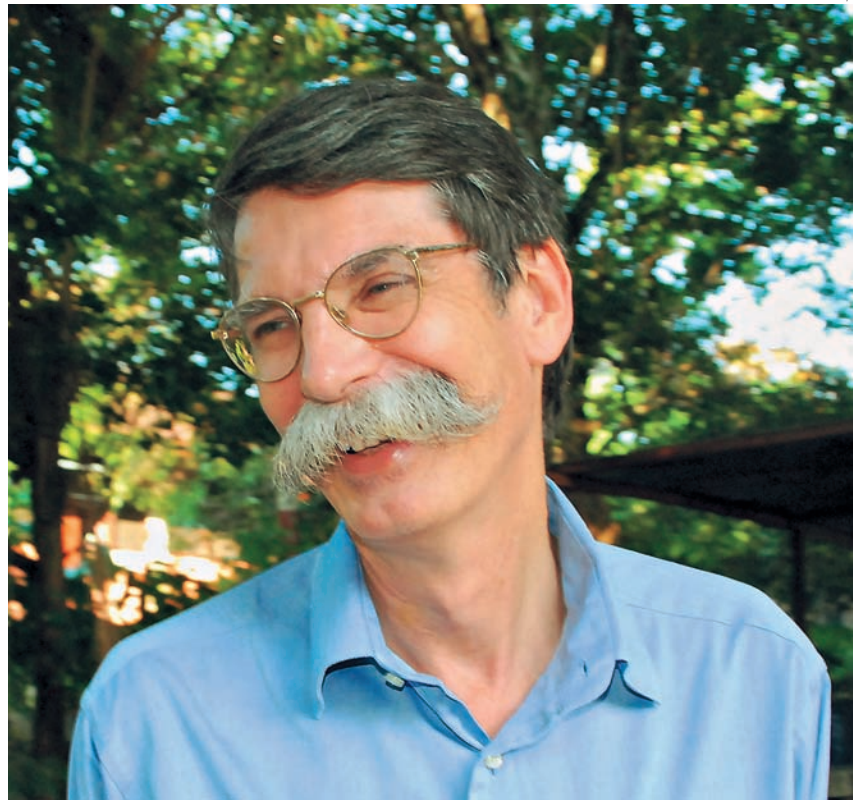
Fearnside - O Brasil pode continuar não admitindo falar sobre compromissos de controlar o desmatamento talvez por mais cinco anos, mas um dia vai ter que assumir compromissos. Mais cedo ou mais tarde, isso vai acontecer. A questão é

se deve fazer agora e assumir a liderança da coisa, ou se deve esperar ser encostado na parede pelos outros países e ser obrigado a fazer o controle. Acho melhor assumir a liderança. O governo atualmente está até dizendo que o desmatamento está sob controle, que caiu nos últimos três anos, embora eu deva dizer que não dá para tirar uma conclusão, porque existem outros fatores econômicos juntos. Mas há o outro exemplo, de Mato Grosso, entre 1999 e 2001, quando tinha um programa de controle do desmatamento. Teve realmente um efeito e foi numa época em que o desmatamento estava aumentando. Um trabalho meu explica os dados e chega à conclusão de que realmente tinha um efeito o programa de controle. Isso é muito importante para comprovar que o governo pode controlar se tiver um programa sério, coerente com a gravidade que o desmatamento exige. Lembro também que a interpretação dessa questão de soberania varia muito. A coisa mais incrível foi o governador anterior do Amazonas, Amazonino Mendes, que passou mais de dez anos denunciando ameaças internacionais contra a Amazônia e ele próprio apoiou isso e tentou vender carbono do Amazonas em Chicago.

Desafios - Por favor, explique o que diz o modelo do Centro Hadley, que indica uma mortalidade maciça da floresta amazônica até 2080.

Fearnside - O modelo do Centro Hadley, do Escritório Meteorológico do Reino Unido (UKMO), é o modelo que dá os resultados mais catastróficos para

Para o Brasil é mais fácil diminuir as emissões do que para outros países, porque o desmatamento aqui gera muito pouco em termos de retorno econômico



a Amazônia. Não é o único modelo do clima global, mas é o que tem liderado neste campo há muitos anos e deve ser levado a sério. Há vários outros modelos que também indicam a Amazônia secando e sendo pelo menos parcialmente transformada em savanas, embora também existam alguns que não mostram isto. O que mais nos preocupa na Amazônia é que o modelo do Centro Hadley é o que melhor reproduz o efeito El Niño, que é um fato dominante nas secas reais no clima de hoje na Amazônia. Nós sabemos por experiência direta que cada vez que a água no oceano Pacífico esquenta (o gatilho que provoca El Niño), temos secas e incêndios florestais na Amazônia. Portanto, o modelo que melhor representa esta ligação é o mais relevante para nós. O último relatório do IPCC chegou à conclusão importante de que os mais de 20 modelos testados concordam que o aquecimento global leva a “condições tipo El Niño”, que significa água quente no Pacífico. Não há concordância entre os modelos sobre o passo seguinte, que é a ligação entre as “condições tipo El Niño” e o El Niño em si, que são as secas

Todos os nove estados que compõem a Amazônia Legal estão a favor de se terem créditos por desmatamento evitado. Os governadores desses estados não são menos patriotas. Felizmente, chegam a outra conclusão a partir do mesmo conjunto de fatos

e inundações que ocorrem em diversas partes do mundo. Conseguir tudo isso em um modelo simultaneamente é uma tarefa muito difícil, já que tem que modelar não só a seca na Amazônia, mas também enchentes em Santa Catarina, chuva intensa na costa do Peru, seca na Etiópia e Bornéu, etc., tudo ao mesmo tempo. Mas, para nós, o importante é que o modelo representa as secas na Amazônia, que são mais bem representadas no modelo do Centro Hadley. Esse modelo não é perfeito (fica quente

demais na Amazônia), mas é o mais realista entre os modelos para o clima de hoje na região. Portanto, estamos preocupados sim com a possibilidade de a floresta morrer até 2080, ou de se concretizar uma catástrofe que seja, grosso modo, parecida com isto.

Desafios - O senhor defende a tese de que o mundo precisa pagar para manter a floresta amazônica. O que deve ser feito? Por quem?

Fearnside - Precisa-se negociar isto. Hoje, o contexto para essas negociações teria que ser a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), aprovada na Eco 92, e o Protocolo de Kyoto, de 1997. Não dá para jogar fora mais de 15 anos de negociações e começar do zero (como o Bush quer). Não há tempo para isso. É necessário criar instituições para receber e usar o dinheiro, assim como um acordo adequado que garantisse que o dinheiro tenha seu efeito desejado de manter tanto a floresta como a população humana da Amazônia e de outras regiões tropicais.

Desafios - Quais são as conseqüências previsíveis das emissões de gases de efeito estufa provocadas pela mortalidade da floresta devido à mudança climática?

Fearnside - A floresta contém um enorme estoque de carbono, não só na biomassa das árvores, mas também no solo. Morte da floresta implica liberação de muito deste carbono, o que forma um ciclo vicioso, levando a mais aquecimento, mais mortalidade e mais emissões de carbono. Isso é uma das chamadas “retroalimentações bióticas”. O IPCC analisou um pouco mais de 20 modelos, mas somente meia dúzia deles tinha capacidade para representar as retroalimentações bióticas. A solução foi nivelar para baixo, desligando as partes dos modelos que simulam as retroalimentações bióticas. Portanto, os cenários já graves para o resto deste século representados nos mapas e gráficos do relatório são subestimados. A temperatura média do planeta prevista para 2100 será cerca de 30% mais quente se

Foto: Ana Claudia Jatahy





as retroalimentações bióticas forem incluídas, principalmente devido ao efeito da morte da floresta amazônica.

Desafios – Os resultados apresentados nos relatórios mostram grande diversidade, alguns bastante pessimistas. A verdade está no meio?

Fearnside – Não, a verdade não tem nenhuma razão para estar no meio. Isto é a chamada “falácia de Cachinhos Dourados”, ou seja, a presunção de que o valor do meio é sempre o mais certo. O valor do meio é o mais provável quando se trata de mensurações repetidas sem informações sobre possíveis vieses. Quando se trata de diferentes cenários e modelos, sobre os quais há informações comparando-os com a realidade, o caminho é de comparar cada um com o que se sabe do mundo real e confiar neles na medida em que se acerta. Pode muito bem ser um valor longe do ponto médio que acerta melhor, como é o caso em relação a aquecimento e seca na Amazônia, onde o modelo mais catastrófico, do Centro Hadley, acerta melhor.

Desafios – Como deve ser, na sua opinião, a definição de mudança climática perigosa?

Fearnside – Deve ser no máximo 2°C acima do nível pré-industrial. Isto é o

valor escolhido pela União Européia como definição de “mudança climática perigosa”, que é a frase que a convenção do clima usa para o limite que teria que ser respeitado, limitando as emissões dos países o suficiente para que não seja ultrapassado. Seria difícil negociar um valor mais baixo que 2°C, mas seria bom se fosse menor, do ponto de vista biológico.

Desafios – Como se forma a chuva nos principais centros de população do país, como o Centro-Sul? O que acontecerá com essas áreas com a degradação da floresta amazônica? E em consequência do aquecimento de todo o planeta?

Fearnside – As chuvas no Sudeste brasileiro sofrem influências que tendem em direções opostas como resultado de mudanças climáticas. Parte da chuva depende de água transportada da Amazônia, o que tende a diminuir se a floresta for substituída por gramíneas, seja devido ao aquecimento global ou ao desmatamento direto. Por outro lado, muita chuva no Sudeste também vem de água diretamente do oceano Atlântico. Isto tende a aumentar. Primeiramente, com o aquecimento global, os oceanos vão esquentar, fazendo com que haja mais água evaporada, e essa água tem que cair em algum lugar como

chuva. Outro fator é um deslocamento previsto do grande anticiclone (um círculo de ventos) que prevalece no oceano Atlântico Sul, para ficar mais perto à costa brasileira. Isto traria mais chuva, mas em forma de tufões e de trombas d’água. Por último, a frequência do El Niño deve aumentar, o que leva às inundações famosas em Santa Catarina e regiões vizinhas. São basicamente mudanças indesejáveis do ponto de vista humano.

Desafios – Por que as florestas tropicais são mais sensíveis ao fogo e às alterações climáticas?

Fearnside – As florestas tropicais úmidas são mais suscetíveis ao fogo do que outros tipos de vegetação porque os incêndios florestais têm sido tão raros ao longo dos milênios passados que as espécies de árvores não precisavam evoluir em defesas contra isto. As árvores amazônicas têm casca fina e, quando o fogo ocorre, o câmbio (um tecido vital) esquenta abaixo da casca na base do tronco, e a árvore morre. Árvores em outros ambientes, como no cerrado, têm casca grossa e resistem ao fogo. As árvores amazônicas também são sensíveis às secas e a ondas de calor por terem evoluído em um ambiente climático relativamente constante, ou pelo menos bem mais constante do que na grande maioria dos outros biomas.

Desafios – Qual é a sua opinião com relação à controvérsia sobre o crédito de carbono por desmatamento evitado? Essa proposta também recai no caso da soberania?

Fearnside – Como sou um dos primeiros proponentes disto, eu não poderia ser contra. É claro que o sistema adotado tem que fazer com que o carbono que recebe crédito seja real e que seja verificado. Todos os nove estados que compõem a Amazônia Legal estão a favor de se terem créditos por desmatamento evitado. Os governadores desses estados não são menos patriotas. Felizmente, chegam a outra conclusão a partir do mesmo conjunto de fatos. **II**

EXPORTAÇÕES



4 mil potenciais vendedores

Por **Jorge Luiz de Souza**, de São Paulo

Número de empresas industriais brasileiras que exportam não vem acompanhando o crescimento das vendas para o exterior, mas há nada menos que 4 mil firmas em condições de entrar nesse seletivo clube, ampliando em 60% a base exportadora e em 22% o volume exportado

O argumento principal do trabalho é que a inovação tecnológica teria tornado

Uma nova pesquisa sobre o comércio exterior brasileiro, feita sob a ótica microeconômica, pela qual é possível enxergar o que acontece dentro de cada empresa industrial, apresentou resultados surpreendentes. Há 4 mil empresas industriais que não exportam, mas têm condições idênticas às de outras que estão obtendo excelentes resultados no mercado internacional. Esse número é suficiente para elevar em 60% a base exportadora do país e em 22% o volume exportado.

O estudo surgiu da necessidade de compreender por que as exportações brasileiras cresceram mais de 150% de 2003 para cá, embora o número de empresas que exportam tenha crescido muito pouco e a pauta de exportações permaneça quase igual, e de saber se há o risco de esse processo de crescimento se esgotar. O trabalho foi realizado por uma equipe de 22 pesquisadores de diversas instituições, liderados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

“A grande questão é: o que justifica o crescimento das exportações, mesmo com o câmbio apreciado do jeito em que está, em um país que tem as maiores taxas de juros quando comparado com outros países? O argumento principal do nosso trabalho é que a inovação tecnológica teria tornado as empresas mais competitivas. Esta é a primeira grande evidência”, relata João Alberto De Negri, diretor de Estudos Setoriais do Ipea, que comandou a equipe encarregada do trabalho. “Isto foi possível porque nosso enfoque foi nas estratégias competitivas. O mais comum nas análises a esse respeito era a categorização das firmas por tamanho, setores ou região”, explica De Negri.

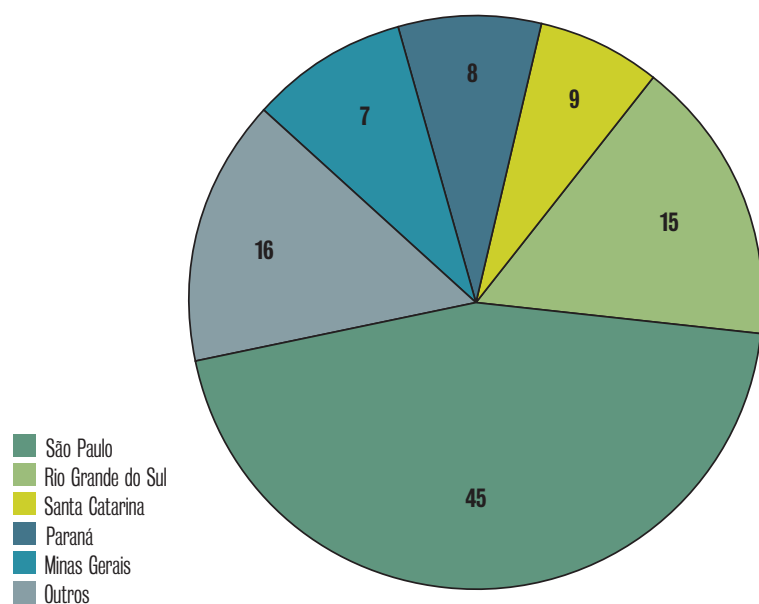
Segundo ele, “todas as teorias argumentavam que no Brasil as empresas exportavam via custos de produção. É claro que os custos são muito importantes, mas o conhecimento dentro das empresas tem se demonstrado até mais importante para a permanência da empresa

no mercado internacional. A base do processo de competição no mercado externo é o conhecimento. É o conhecimento que protege a empresa. Essa é a chave do processo de competição. Para a empresa permanecer no mercado internacional ela tem que continuar inovando. E o investimento em conhecimento é que tem tornado essas empresas permanentes ou não no mercado internacional. O que o Estado tem que fazer é prover formas de as empresas acumularem o conhecimento”.

16 MIL FORA “Fomos analisar o que as empresas ganham exportando”, explica o pesquisador Bruno César P. O. de Araújo, do Ipea, “e o que isso tem a ver com inovação”. Foram estudadas as informações prestadas de 1996 a 2006 por 22 mil empresas industriais com mais de 30 empregados, sendo que 16 mil delas não exportam. Comparando essas empresas com outras em tudo parecidas com elas, mas que já exportam, acrescenta ele, foi pos-

Potenciais exportadoras estão concentradas regionalmente

(em %)



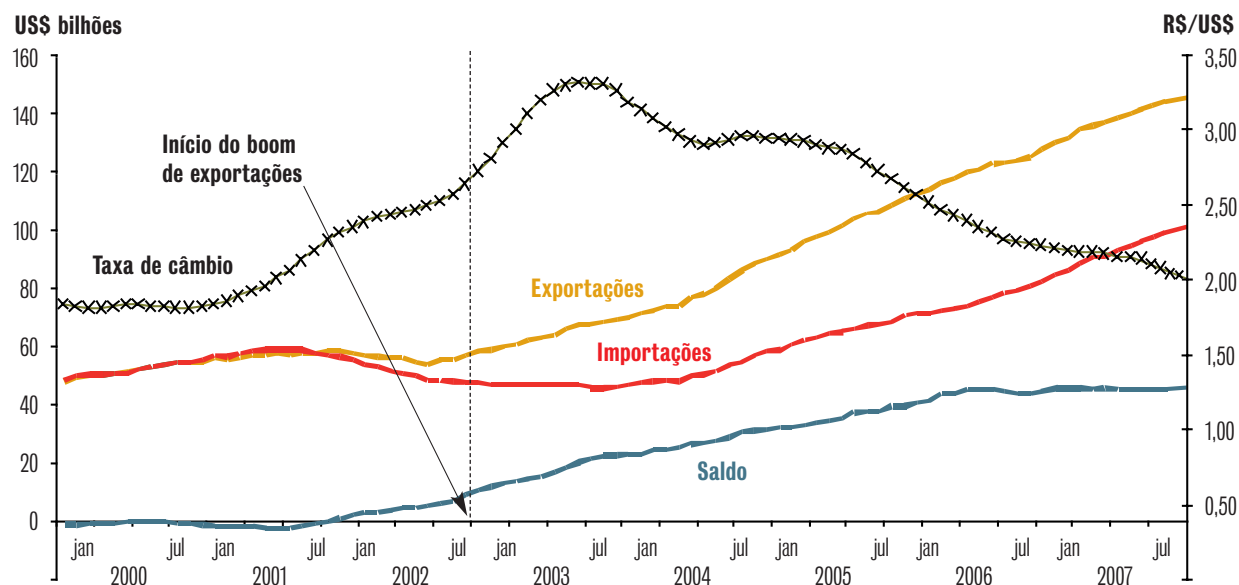
Fonte: Ipea



as empresas mais competitivas, apesar do real valorizado e dos juros elevados

Exportações e importações na contração da taxa cambial

Evolução de 2000 a 2007 (comércio exterior em US\$ bilhões — taxa de câmbio em R\$/US\$)



Fonte: Ipeadata

sível chegar ao número de exportadoras potenciais. As empresas envolvidas na pesquisa compreendem 18% do total de firmas industriais brasileiras, com 5 milhões de empregados formais, cerca de 73% do emprego do setor, 88% do valor de transformação industrial e da receita líquida total e 89% das exportações da indústria.

Um convênio entre o Ipea e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permitiu aos autores lidarem com as informações por firma, e não somente com dados agregados, desde que respeitadas as regras rigorosas de sigilo de informações individuais das empresas. “Não é amostra. São dados censitários, e são 11 anos de informações”, destaca De Negri. “Acompanhamos ao logo do tempo aquelas que permanecem todo o tempo exportando, as que entram e saem do mercado internacional e aquelas que entram e permanecem.”

Segundo De Negri, “a segunda grande evidência do trabalho é que, ao longo dos

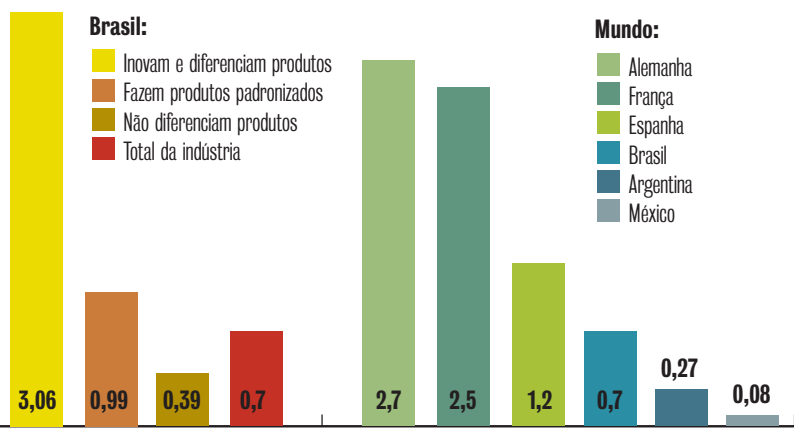


Ilustração: Orlando

Ao longo dos anos 1990, a mentalidade do empresariado brasileiro se alterou e

O tamanho do esforço para inovar

Investimento das empresas em P&D/faturamento — 1998 a 2001 (em %)



Fonte: Ipea

anos 1990, a mentalidade do empresariado brasileiro se alterou. Antes, as exportações eram vistas como uma coisa residual na estratégia de crescimento das empresas. Toda vez que a empresa tinha dificuldade em vender no mercado interno, ela acabava por exportar. O que aconteceu no período recente? Os empresários brasileiros perceberam que as exportações fazem parte da estratégia de crescimento das suas empresas, que não basta exportar, e sim estar fortemente voltado para o mercado externo, realizando inovação tecnológica”.

“A cada 1% a mais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) que uma empresa investe como proporção do seu faturamento, aumenta em 3% o seu coeficiente de exportações, que são as vendas externas que a empresa realiza, também na comparação com seu faturamento. É uma alta condição de se impulsionar a exportação através disso, uma alavancagem enorme”, acrescenta De Negri. Além disso, o estudo mostra que as empresas que exportam crescem e investem mais e são mais produtivas. Os empregos gerados pelas empresas exportadoras são mais bem remunerados e mais estáveis. “As exportadoras pagam em média salários 55% maiores do que as não exportadoras, e para trabalhadores similares pagam prêmio de 19%”, diz De Negri.

CEPAL “A inovação afeta a entrada da firma no mercado internacional e também a permanência dela no mercado externo. Isso é uma característica da dinâmica industrial brasileira, que distingue o Brasil de outros países da América Latina e também de outros países em desenvolvimento no mundo”, acrescenta. Com a ajuda do escritório no Brasil da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), foi possível ter a mesma abertura de dados sobre as empresas da Argentina e do México e assim fazer comparações.

“Nós da Cepal intermediamos o acesso por parte dos técnicos do Ipea às bases de dados dos institutos de estatística do México e da Argentina, as bases de dados de empresas. E isso facilitou a aplicação do mesmo modelo. Com pequenos ajustes, o mesmo modelo que foi aplicado aqui no Brasil foi rodado com os dados argentinos e mexicanos. Isso obviamente permite uma comparação mais estreita entre os países. Ela mostra que o empenho do empresário típico brasileiro com relação à inovação é maior do que o que se observa nesses dois outros países da região”, explica o diretor do escritório da Cepal no Brasil, Renato Baumann.

“Esse exercício também foi repetido com dados de países europeus, e a si-

tução brasileira não fica muito distante da de alguns deles. Isso é importante porque contribui para a discussão sobre o nível de inovação que se tem hoje no Brasil, em comparação com indicadores agregados de outros países, como os asiáticos e industrializados. Esses dados não desqualificam que esse percentual é baixo, mas eles mostram que do ponto de vista da empresa há um empenho maior do que se supunha anteriormente”, acrescenta Baumann.

Ele observa que, entretanto, “em termos agregados, o total do volume de recursos destinados a P&D sobre o Produto Interno Bruto (PIB) ainda é muito baixo, sendo necessárias ações mais intensas no sentido de elevá-lo. Esse é um ponto crucial e indiscutível. Mas, ao nível microeconômico, do empenho das empresas, há indicadores bastante razoáveis. O que não elimina a necessidade de políticas públicas, seja na provisão de recursos, ou todo o lote que vem relacionado com inovação, seja na relação entre a empresa e a universidade, institutos de pesquisa, etc.”.

ARGENTINA “As empresas que inovam ao oferecer produtos no mercado brasileiro e que são as responsáveis por grande parte das exportações do Brasil investem em P&D quase nos mesmos níveis de países desenvolvidos”, diz De Negri. “A Argentina, por exemplo, investe quase quatro vezes menos que o Brasil. Enquanto no caso brasileiro as empresas têm em torno de 24 pessoas ocupadas, em média, em P&D, na Argentina esse número não passa de seis por empresa. O Brasil é um país de especialização tecnológica produtiva intermediária. E nós temos condições de ocupar ainda mais espaço em setores de alta e média intensidade tecnológica, que são os setores de maior valor agregado.”

Na média, as empresas do setor industrial brasileiro investem em P&D cerca de 0,7% do seu faturamento. Isto está longe da Alemanha e da França, que passam de 2,5%, mas se aproxima da Espanha (1,2%)

exportar deixou de ser residual para fazer parte da estratégia das empresas

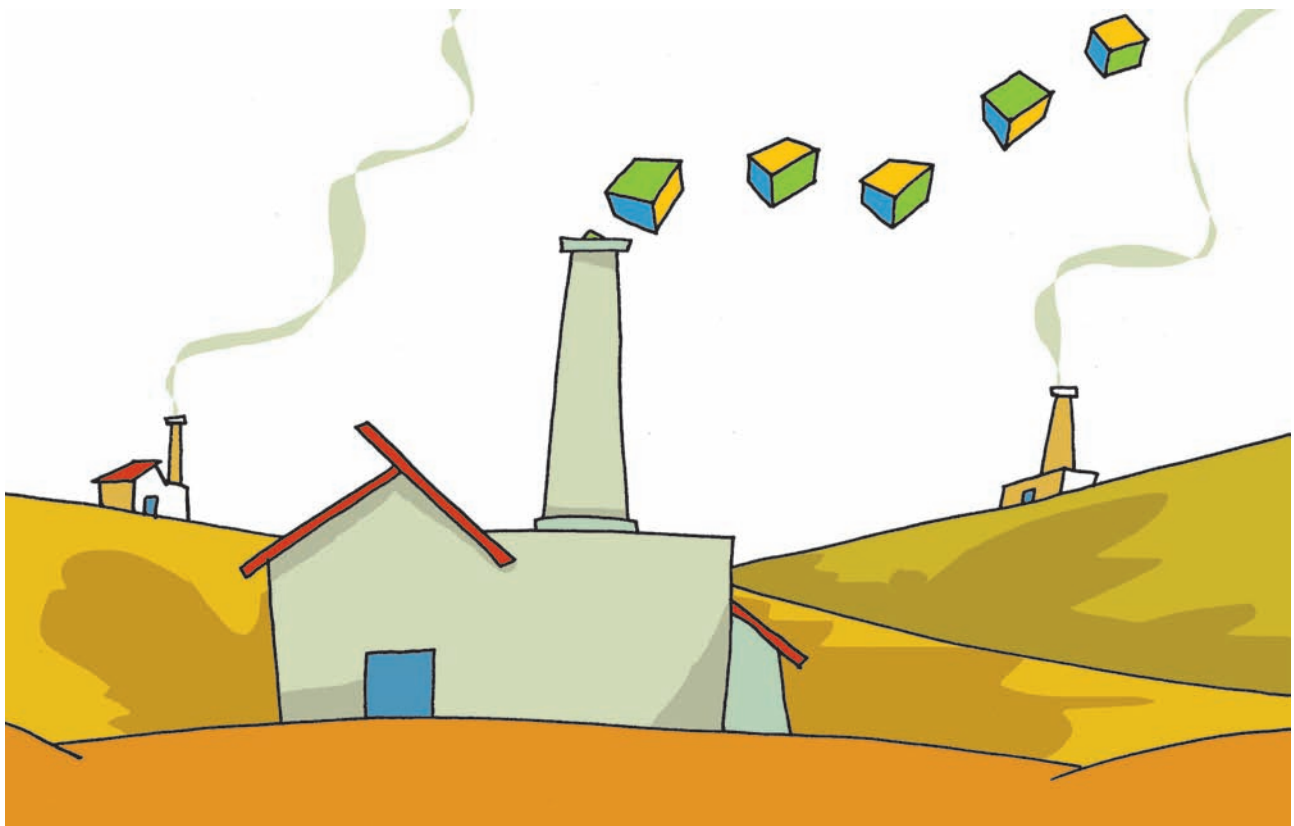


Ilustração: Orlando

e fica bem acima da Argentina (0,27%) e do México (0,08%). No caso do grupo de empresas brasileiras que inovam e diferenciam produtos, essa proporção sobe para 3,06%. “Observamos que a inovação tecnológica aumenta a produtividade da empresa e a torna exportadora. Quando a firma vai ao mercado externo, ela aprende com o mercado internacional, realiza novas inovações tecnológicas que a tornam ainda mais produtiva.”

A pesquisa revela que, quando as empresas começam a exportar, têm no primeiro ano um ganho de produtividade de 27%, o seu nível de emprego cresce 20% e o faturamento, 50%, com relação às empresas que não exportam, em comparação com empresas que tinham a mesma probabilidade de exportar. No segundo ano, emprego e faturamento crescem 20%, mas os ganhos de produtividade se estabilizam, revela Bruno Araújo. Essas firmas que exportam diferenciam produtos e conseguem auferir preços-prêmio de

no mínimo 30% nas suas exportações em relação a outras exportadoras brasileiras, informa o trabalho. A maioria das firmas brasileiras, entretanto, não diferencia produto, enfrenta problemas de produtividade e busca competir em mercados menos dinâmicos por meio de baixos preços e outras possíveis vantagens.

AMPLIAR A BASE “Existem muitas empresas industriais que não exportam, mas estão no limiar de exportar por possuírem características muito semelhantes às de algumas que já exportam. É importante detectar esse tipo de firma, porque o aumento do valor exportado deve necessariamente passar pela ampliação da base exportadora no futuro próximo, pois não se pode esperar que cresçam indefinidamente as vendas das empresas já exportadoras”, diz Bruno Araújo.

Outra constatação do estudo é que as firmas voltadas para o mercado interno destacam-se por indicadores de competi-

tividade menos favoráveis, o oposto ocorrendo para as empresas fortemente exportadoras. Um caso emblemático é a produtividade: as empresas fortemente exportadoras apresentam produtividade quase 2,3 vezes superior à das demais exportadoras, enquanto as firmas voltadas para o mercado interno atingem a metade da produtividade das potenciais exportadoras.

O trabalho também verificou que existe forte inércia associada ao fato de uma firma exportar ou não, isto é, o fato de uma empresa exportar hoje depende sobremaneira de ela ter exportado em períodos recentes. Ao longo do período pesquisado constatou-se que 76,8% das firmas classificadas como potenciais exportadoras em 2000 continuaram como não-exportadoras no período 2001-2003, enquanto 82,3% de suas contrapartes exportadoras já o eram no período 1998-1999.

A análise mostrou ainda que a elasticidade-renda do *quantum* exportado é o componente de maior relevância para

Empresas fortemente exportadoras têm o dobro da produtividade das demais

explicar o crescimento das exportações. Um aumento de 1% na renda dos países de destino de exportações brasileiras foi responsável por um crescimento de 2,1% no *quantum* exportado (considerando-se tudo o mais constante). Por sua vez, a elasticidade-preço das exportações mostrou-se negativa, conforme esperado e

com valor de praticamente meio ponto percentual. Isto significa que uma queda de 1% nos preços ao exportador, em razão de, por exemplo, depreciação cambial, afeta positivamente o *quantum* exportado em 0,5%, tudo o mais constante. Já o crescimento de produtividade afetou pouco o *quantum* exportado, porém não

de forma importante: ganhos de produtividade de 1% afetaram o *quantum* exportado em apenas 0,1%.

GESTÃO DIFUSA Os autores do trabalho também detectaram que existem quase 50 programas governamentais de apoio aos exportadores, classificados em seis modalidades – competitividade institucional, financeira, operacional, produtiva exportadora, comercial e de negociação –, espalhados por diversos órgãos.

Os indicadores de comércio exterior mostram que a partir de meados da década de 1990 há uma correlação positiva entre crescimento da economia e desempenho exportador. Este fato é relativamente novo, pois no passado as exportações eram vistas pelo empresariado bra-

As bases da pesquisa

A pesquisa criou uma classificação das empresas analisadas em três categorias:

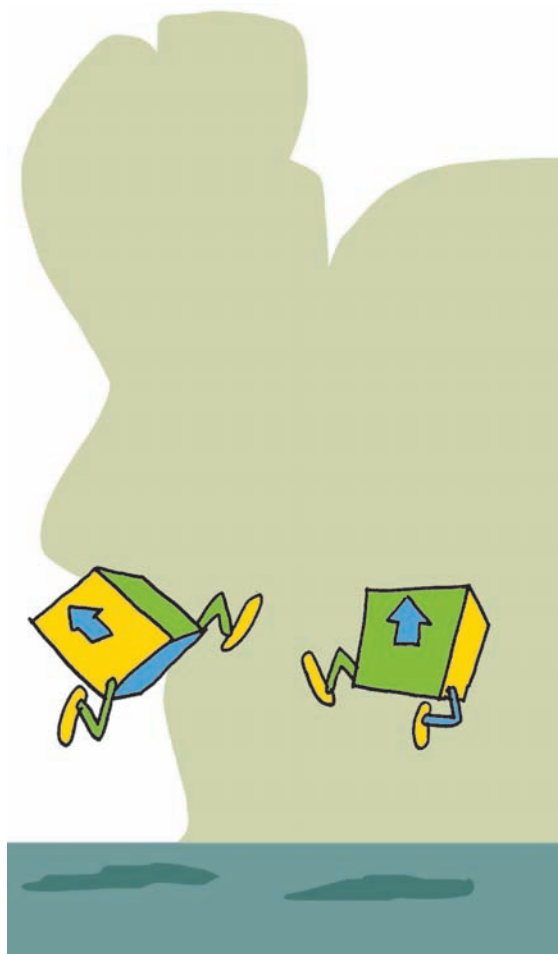
a) Firms que inovam e diferenciam produtos, as quais realizaram inovação de produto para o mercado e obtiveram preço-prêmio acima de 30% nas suas exportações quando comparadas com as demais exportadoras brasileiras do mesmo produto. Nesse grupo estão incluídas, portanto, as firmas que adotam estratégias competitivas mais vantajosas, tendendo a criar mais valor, e compõem o segmento mais dinâmico que, apesar de constituir a minoria no número de firmas, tende a capturar parcela maior da renda gerada pela indústria.

b) Firms especializadas em produtos padronizados, cuja estratégia competitiva impõe que o foco de sua atuação seja a redução de custos, em vez da criação de valor como na primeira categoria. São consideradas as firmas exportadoras não incluídas na categoria “a” e as não-exportadoras que apresentam produtividade simples do trabalho igual ou maior que as firmas que exportam nesta categoria. Tendem a ser atualizadas do ponto de vista de características operacionais como fabricação, gestão da produção, gestão da qualidade de conformação e logística, que são imperativos para sustentação de custos relativamente mais baixos, mas na média estão defasadas, relativamente à categoria anterior, no que se refere a outras armas da competição, como pesquisa e desenvolvimento, marketing e gerenciamento de marcas.

c) Firms que não diferenciam produtos e têm produtividade menor, ou seja, demais firmas que não pertencem às duas categorias anteriores. São tipicamente empresas não-exportadoras, menores, que podem até mesmo inovar, mas são menos eficientes nos mais variados sentidos, que se mostram capazes de captar espaços em mercados menos dinâmicos através de baixos preços e outras possíveis vantagens.

O trabalho incluiu a integração de informações apuradas pela Pesquisa Industrial Anual (PIA) e pela Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec), ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a base de dados de comércio exterior da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic); da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e do Censo de Capitais Estrangeiros no Brasil (CEB) do Banco Central do Brasil (BC). O Ipea coordenou uma equipe de pesquisadores de diversas instituições.

Foi construída uma categorização de acordo com seu potencial exportador. A base dessa construção foi o algoritmo de Propensity Score Matching. Em vez de dividir as firmas apenas entre exportadoras e não-exportadoras, foi elaborada uma classificação composta de quatro níveis que, sobretudo, identifica firmas não exportadoras com nível de competitividade internacional semelhante ao de firmas que já o fazem. Essas firmas constituem foco preferencial, pelo menos no curto prazo, para políticas de ampliação da base exportadora. Os quatro níveis são: (1) firmas voltadas para o mercado interno; (2) firmas potenciais exportadoras; (3) firmas exportadoras; e (4) firmas fortemente exportadoras.



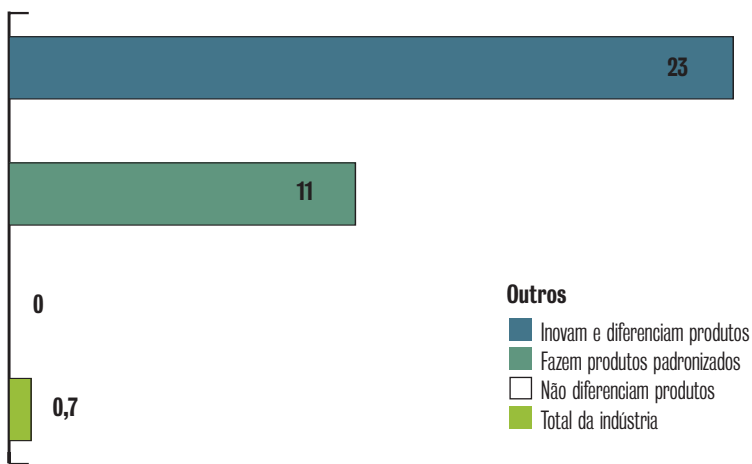
exportadoras, e várias vezes acima das voltadas para o mercado interno

sileiro como secundárias na estratégia de crescimento das firmas. Desta forma, as empresas buscavam o mercado externo basicamente quando o mercado interno estava em contração ou reduzia significativamente seu ritmo de crescimento.

“Empresas que perdem com o câmbio são as menos inovadoras, com problemas de escala. Por outro lado, há empresas que estão usando o câmbio baixo para importar equipamentos. Reduzir o debate das exportações para a questão cambial é miopia. O que define o debate hoje é a inovação. Inovar não é só alta tecnologia. A política de exportação não pode estar dissociada da política de inovação. Salvas guardas não resolvem o problema e fazem com que a sociedade sustente os elevados custos da ineficiência”, diz Bruno Araújo.

Inovar é bom para os salários

Prêmio salarial — média aritmética no ano 2000 (em %)



Fonte: Ipea

Além de variáveis microeconômicas, os resultados mostram que o crescimento da renda internacional tem impacto maior sobre o aumento do volume exportado do que o preço de venda. Por isso, os autores fazem um alerta: as exportações brasileiras são fortemente influenciadas pela renda do país de destino e, além disso, a desaceleração da economia mundial é geralmente acompanhada de queda dos preços dos produtos exportados pelo Brasil.

A opção por trabalhar apenas com informações de empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas permitiu a municipalização das informações. Com isso, a pesquisa mapeou 15 centros dinâmicos da indústria brasileira (“aglomerações industriais espaciais”). Porto Alegre, Caxias do Sul, Joinville, Curitiba, Londrina, São Paulo, Rio de Janeiro, Volta Redonda, Belo Horizonte, Ipatinga, Vitória, Salvador, Recife, Natal e Fortaleza. Segundo esses dados, 250 municípios concentram 70% do emprego e 85% do valor das exportações. Considerando-se apenas o valor adicionado das firmas que inovam e diferenciam produtos, essa proporção se eleva a 98%. A região Sudeste responde por 79% do valor e 68% das exportações da indústria. **1**

Ilustração: Orlando

O valor do diploma no Brasil

por **Fátima Belchior**, do Rio de Janeiro

Com a elevação dos níveis de escolaridade, a diferença de renda no Brasil entre um trabalhador com vários anos de estudos e outro que não estudou continua bastante elevada, mas está caindo e se aproximando dos padrões de países mais desenvolvidos, sem provocar implicações negativas sobre o mercado de trabalho

Nos últimos anos, tornou-se comum perceber entre os brasileiros um certo pessimismo quanto à validade dos estudos para alavancar rendimentos. Não há dúvidas de que o antigo conselho de avós, pais e tios – “Vá estudar menino, para crescer na vida” – tem sua razão de ser. Está provado com números, em trabalho que acaba de ser concluído pelos pesquisadores Anna Crespo e Maurício Cortez Reis, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que cada ano de estudo tem efeito sobre a renda. Porém, com o passar do tempo,

caiu a diferença entre os ganhos dos que estudaram e os dos trabalhadores sem escolarização.

Em 1982, por exemplo, uma pessoa com 11 anos de estudos tinha um rendimento 139,12% acima do ganho de outra pessoa sem qualquer escolaridade, e essa diferença saltava para 252,67% se fossem 15 anos de estudos. Já em 2004, os ganhos das pessoas que chegavam a 11 anos de escolaridade superavam em apenas 83,69% os rendimentos daquelas que nunca haviam freqüentado a escola, e, no caso de 15 anos de estudos, a di-

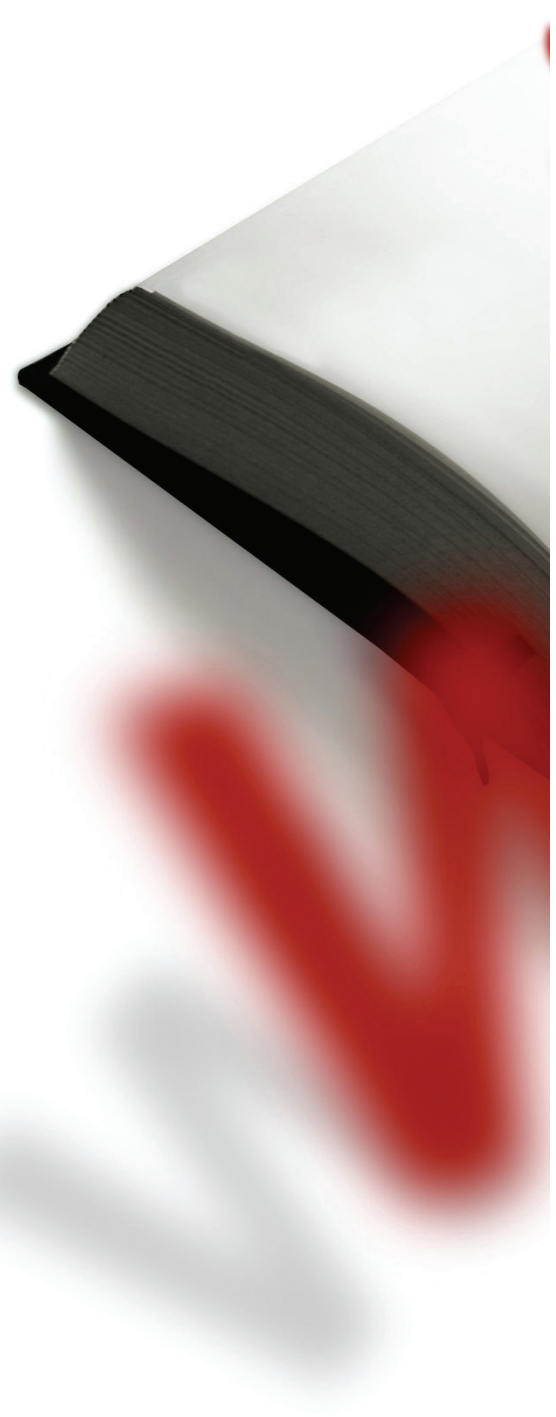




ilustração: syc.hu

Nos Estados Unidos, onde 40% das pessoas têm nível superior e como a

ferença também diminuía, ficando em 178,26%.

Essa menor vantagem da escolaridade sobre a não escolaridade, no entanto, está longe de ser um desestímulo ao estudo ou de ter implicações negativas sobre o mercado de trabalho. Na verdade, significa uma aproximação do panorama brasileiro com o de países desenvolvidos.

ESTADOS UNIDOS Nos Estados Unidos, por exemplo, onde o nível de escolaridade já é alto, o efeito diploma é bem menor. “Uma pessoa com nível superior no Brasil está relativamente muito bem, é altamente produtiva. Desemprego para esta pessoa é muito baixo. Já nos Estados Unidos, onde 40% da população têm nível superior, e como a média educacional é muito alta, o diploma não é um sinal de muita diferença”, compara Cortez Reis.

Com dados representativos de todo o Brasil, durante o período de 1982 a 2004, o estudo dos dois pesquisadores mostra que, no mercado de trabalho brasileiro, é sempre positivo conquistar mais um ano de escolaridade, embora o grande salto

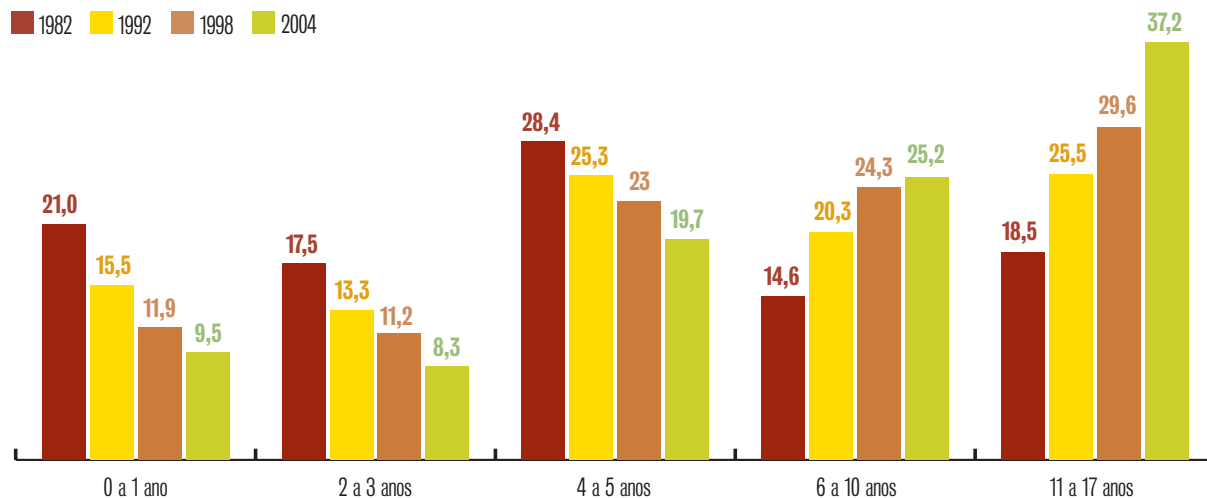


Foto: sxc.hu

O grande salto de renda se dá com a obtenção de um diploma de curso superior

Trabalhador tem mais escolaridade

De 1982 a 2004, houve avanço de trabalhadores com mais de oito anos de estudo
 Proporção (em %) de trabalhadores por faixa de tempo de escolaridade (em anos)



Fonte: Ipea

média educacional é muito alta, o diploma não é um sinal de muita diferença

em renda se dê com a conclusão de uma etapa, o que em geral significa a obtenção de um diploma.

“Há um ganho muito grande com as diferenças de escolaridade, mas, quando se aumenta o número de pessoas com mais educação, o ganho já não é tão alto”, justifica Reis, com o argumento de que o acesso às escolas de um maior número de pessoas acabou acirrando a concorrência no mercado de trabalho, com efeitos sobre os salários. De qualquer forma, destaca ele, existe claramente uma relação positiva entre rendimento e educação.

MERCADO Segundo o estudo do Ipea, de 1982 a 2004 aumentou significativamente o nível educacional na força de trabalho do país. Em 1982, por exemplo, em torno de 25% dos trabalhadores chegavam a completar quatro anos de estudos. Pouco mais de 5% haviam parado na oitava série, quase 10% tinham encerrado seus estudos em 11 anos e apenas 5% completavam o nível superior. Com o avanço da escolaridade no país, em 1990, havia algumas diferenças significativas para alguns grupos: a força de trabalho com quatro anos completos de escolaridade passava de 20%, com oito chegava a quase 10% e com 11 a quase 15%.

Durante os 22 anos estudados, o grande diferencial se deu entre os que chegavam aos 11 anos de escolaridade: eram mais de 15% do mercado de trabalho em 1998 e mais de 20% em 2004, bem longe daquele ano de 1982. Já os que completavam a universidade passavam pouco dos 5%, tanto em 1998 quanto em 2004.

“O sistema educacional cresceu muito de 1982 para cá”, relata, por sua vez, Divonzir Gusso, pesquisador do Ipea, que ao longo de sua história profissional dedicou-se ao tema educação. A cada ano, conta ele, 1,8 milhão de pessoas terminam o ensino médio. Em 2004, 315 mil pessoas concluíram o nível superior. Houve uma duplicação em 2005, quando os números alcançaram 730 mil, relata.

Gusso olha para mais longe e compara

Taxa de evasão das escolas ainda preocupa

Os números de diferentes institutos de pesquisa mostram que as políticas governamentais têm sido positivas no sentido de ampliar a democratização do ensino no Brasil. No entanto, o cenário não é tão positivo quando se trata de avaliar a taxa de permanência dos jovens nas escolas, sobretudo no ensino fundamental.

“Muito tem que ser feito ainda para melhorar a retenção dos alunos na escola. Até mesmo para que entendam que estudar vale a pena”, comenta João Pedro Azevedo, pesquisador associado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Azevedo baseia-se nas estatísticas divulgadas em 2004 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em 1996, a taxa média esperada de conclusão do ensino fundamental (até a oitava série) era de 58,4%, o que indicava expectativa de evasão da ordem de 41,6%.

Em 2004, o quadro agravou-se, seguindo uma tendência verificada a partir de 2001: a taxa esperada de permanência era de 53,5%, apontando para uma evasão de 46,5%. Este percentual revela que metade dos alunos que entraram para o ensino fundamental não concluiu a oitava série.

“O importante é vencer o desafio de manter a criança nos ensinos médio e fundamental”, diz Azevedo, para quem o programa Bolsa Família tem sido positivo neste sentido, mas questões como renda familiar, que leva as crianças cedo para o trabalho, violência nas áreas das escolas, desmotivação de professores e qualidade de infra-estrutura nas unidades de ensino ainda são fatores que contribuem pesado para os atuais resultados.

O quadro fica mais claro quando se comparam os números por região: quanto mais pobre, menor o tempo que os jovens ficam na escola. Segundo o Inep, no Nordeste, a taxa esperada de evasão em 2004 era de 71,8%, enquanto no Norte era de 58,8%, no Centro-Oeste, de 52,19%, no Sudeste, de 40,7%, e no Sul, de 34,9%.

Foto: Eduardo Knapp/Folha Imagens



Da década de 1970 para cá, o Brasil viveu um avanço significativo na área



Foto: sxc.hu

A partir de 1970, um grande avanço tecnológico acentuou os efeitos do ensino no mercado de trabalho

a situação da década de 1960. No meio rural, diz, havia 67% de analfabetos. Hoje, com o avanço do agronegócio, este percentual cai para 14%.

QUALIDADE “A oferta de cursos tornou-se maior, mas este crescimento não foi homogêneo, acompanhado da qualidade em todos os casos”, diz Gusso, que vê nas mudanças da sociedade alguns reflexos, também, sobre os efeitos do ensino no mercado de trabalho. Da década de 1970

para cá, o Brasil viveu um avanço significativo na área tecnológica – um conhecimento que, segundo ele, dá ao indivíduo um diferencial qualitativo.

Num mercado de trabalho competitivo, há diferenças entre rendimentos para pessoas de mesma escolaridade. Segundo Gusso, hoje em dia, as pessoas para se qualificarem precisam ter acesso a bens intangíveis, a atributos pessoais, que as diferenciem daquelas com quem estão competindo.

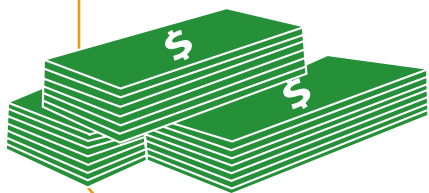
Se, de um lado, houve uma melhor distribuição do ensino, por outro verificou-se também uma perda de qualidade. “Durante muitos anos, a educação no Brasil era restrita às elites, que estudavam em escolas públicas de boa qualidade. A partir dos anos 1970, o acesso à escola pública tornou-se mais democrático, com avanços nas décadas de 1980 e 1990. Mas não houve avanço em qualidade”, comenta João Pedro Azevedo, pesquisador associado do Ipea, que reconhece a dificuldade de se multiplicar o acesso a determinado serviço, sem que haja perda de qualidade.

Na opinião de Azevedo, estes atributos estão muito associados aos níveis de escolaridade, o que, de certa forma, justifica, para ele, o efeito diploma. Ele diz que, por exemplo, uma pessoa que completou um ciclo aprendeu a ter disciplina, método de organização para o trabalho, noções de hierarquia, ambição – alguns dos fatores desejados pelo mercado produtivo para empregar e remunerar bem um trabalhador.

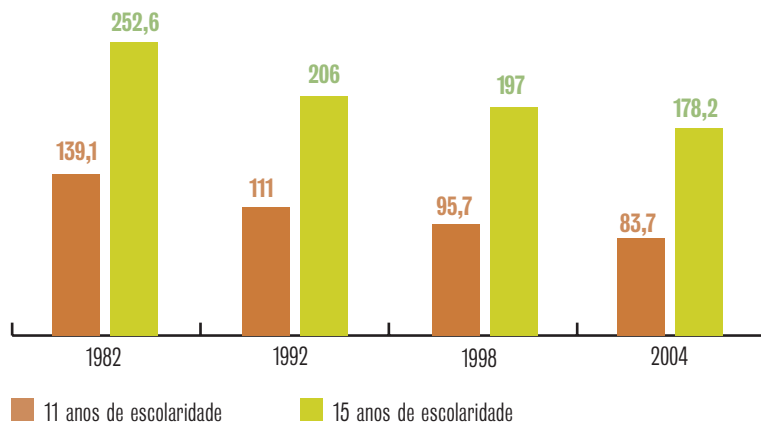
DESAFIOS Ainda há, na avaliação dos economistas, muitos desafios a serem enfrentados, apesar das mudanças que provocaram mais acesso aos níveis médio e fundamental. Segundo Azevedo, da-

Estudar mais vale mais

Valorização do rendimento por nível de escolaridade, na comparação com zero ano de estudo (em %)



Fonte: IPEA



tecnológica — um conhecimento que dá ao indivíduo um diferencial qualitativo

dos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2004, mostram que apenas metade das pessoas que entraram para o curso fundamental chegou à oitava série. E entre as que cursaram o ensino médio, 70% puderam concluir seus estudos.

Não é por outra razão que, quando se fala do pequeno percentual de brasileiros (5%) que tem nível universitário, os economistas e sociólogos olham os números do Inep e alertam para a necessidade de se fazer algo no sentido de evitar a evasão escolar. “A gente ainda tem um problema muito sério no ensino médio. No ensino superior a taxa de perda é mais reduzida”, comenta Azevedo.

“O que se percebe claramente é que o retorno financeiro tem a ver com a educação”, comenta Cortez Reis, com a ressalva de que, embora o percentual de rendimento tenha caído com o passar dos anos, é sempre positivo estudar mais. Afinal, conforme destaca Azevedo, o Brasil ainda está muito longe dos parâmetros ideais em matéria de escolaridade de sua população.

MOMENTOS-CHAVE “É fato que os aumentos de rendimento no Brasil dão pulos quando comparados aos anos de escolaridade. Percebe-se que há momentos-chave na carreira escolar, onde há um prêmio sempre que se obtém um diploma. É sempre bom estudar, pois o diploma dá um diferencial”, diz Cortez Reis. Afinal, “em terra de cego quem tem um olho é rei”. E para ser rei não basta apenas um diploma da quarta série, mas da oitava série, ou, dependendo da situação, alguns níveis a mais.

Na prática, a diferença de apenas um ano de estudo poderia, na análise de Azevedo, não significar nada para um empregador e, portanto, para a definição do salário a ser pago ao trabalhador. Ocorre, porém, que o empregador necessita de uma referência, quer seja o diploma, o currículo ou uma recomenda-



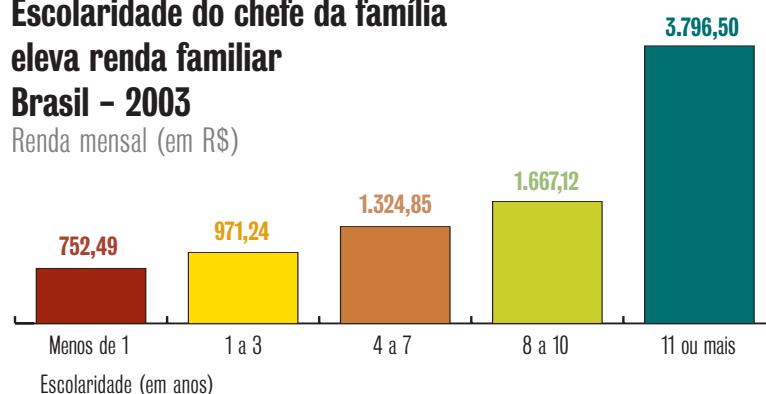
Foto: Antônio Gaudério/Folha imagem

Em 2004, apenas metade das pessoas que iniciaram o curso fundamental chegou à 8ª série

Escolaridade do chefe da família eleva renda familiar

Brasil - 2003

Renda mensal (em R\$)



Fonte: IBGE/Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003

Nos momentos-chave, há um prêmio para quem obtém um diploma

Rendimentos e despesas dos diplomados

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2002-2003, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não deixa dúvidas: a renda das famílias nas quais pelo menos um integrante tem nível superior é maior do que a das demais famílias. E aquelas com seu integrante de referência diplomado (geralmente é o chefe da família) suportam gastos que superam o dobro da média nacional.

Divulgada no final de agosto, a POF revelou, por exemplo, que a renda média mensal das famílias em que um de seus membros tem 11 ou mais anos de estudo era de R\$ 3.796,00 no período pesquisado. Trata-se de um valor cinco vezes superior ao recebido por aqueles em cujo núcleo familiar os estudos de seus integrantes não tivessem chegado a um ano.

Os rendimentos crescem na medida em que se amplia o grau de escolaridade. Para famílias que têm pelo menos uma pessoa com um a três anos de estudos, a renda média era de R\$ 971,24. Se ele tiver de quatro a sete anos de escolaridade, a renda passa a R\$ 1.324,85 e de oito a dez anos, a R\$ 1.667,12.

No grupo mais numeroso de famílias apontado na POF, totalizando

14,2 milhões, a pessoa de referência encontrava-se no ensino fundamental, com quatro a sete anos de estudos (faixa de rendimento médio mensal de R\$ 1.324,85). O segundo maior grupo identificado pela pesquisa, com 11,0 milhões de famílias, situava-se entre aqueles com mais de 11 anos de escolaridade e renda média de R\$ 3.796,50.

Ao analisar as despesas e sua relação com a escolaridade, o IBGE constatou que, nas famílias cuja pessoa de referência tinha menos de um ano de instrução, os gastos mensais reais eram, na média, de R\$ 700,23, e cresciam para R\$ 883,34 quando se tratava de núcleo familiar com integrantes com um a três anos de escolaridade; para R\$ 1.150,05, para o grupo de quatro a sete anos de estudos; e para R\$ 1.473,29 se a faixa de oito de estudos situava-se entre oito e dez anos.

Na faixa mais elevada, em grupos de famílias cuja pessoa de referência tinha 11 ou mais anos de escolaridade, as despesas alcançaram a média mensal de R\$ 2.834,34, bem acima da média geral brasileira, de R\$ 1.473,29.




Foto: Fabiano Accorsi/Folha Imagens

Os gastos das famílias onde alguém tem curso superior são bem mais elevados do que a média nacional

ção para definir melhor sua escolha. Não há, por exemplo, concurso para quem tem dez anos de escolaridade, mas sim para quem chega aos 11 anos, completando um ciclo.

Independentemente das diferenças ou do que ainda deva ser feito, reconhecem que o Brasil registrou avanços nos últimos anos no que se refere à escolaridade da população. Há 20 anos, a escolaridade média no país era de cinco anos, segundo Cortez Reis, para quem esses dados resultaram dos diferentes programas de governos adotados nos últimos anos.

“Há poucos países no mundo onde o retorno da educação é tão valioso como no Brasil, pelo fato de ser um país em desenvolvimento. E, numa economia em desenvolvimento, o prêmio à educação é muito alto. Pessoas bem preparadas são escassas e se tornam um ativo importante na estrutura produtiva. Daí o prêmio”, destaca João Pedro Azevedo. 

Passivos contingentes no PAC



Os passivos contingentes do governo podem ser definidos como dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis. Segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), os passivos contingentes classificam-se, conforme a natureza dos fatores originários, nas seguintes classes: (I) controvérsias sobre indexação e controles de preços praticados durante planos de estabilização e das soluções propostas para sua compensação, questionamentos judiciais contra o Banco Central, bem como riscos pertinentes a ativos do banco decorrentes de operações de liquidação extrajudicial; (II) outras demandas judiciais contra a União; (III) lides de ordem tributária e previdenciária; (IV) questões judiciais pertinentes à administração do Estado, tais como privatizações, liquidação ou extinção de órgãos ou de empresas e atos que afetam a administração de pessoal; (V) dívidas em processo de reconhecimento pela União (esqueletos); e (VI) operações de aval e garantia, fundos e outros.

O Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010 (PAC) visa promover a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira. São medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos ao crescimento (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos).

Como estímulo ao crédito e ao financiamento, o PAC propõe, no bloco de infra-estrutura, a criação de um fundo de investimento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no valor de R\$ 5 bilhões. Essa medida, no entanto, corre o risco de ser relacionada à segunda classe de passivos contingentes (outras demandas judiciais contra a União) – essas ações são principalmente trabalhistas, relativas a planos econômicos, havendo outros questionamentos, entre os quais o principal tema é o FGTS, como a correção de saldos e expurgos inflacionários.

Assim sendo, o governo pode estar contribuindo para a criação de novos passivos contingentes, que podem se tornar esqueletos no futuro, aumentando a Dívida Líquida do Setor Público

(DLSP) e, conseqüentemente, a taxa de juros, o que, em geral, contribuirá para uma diminuição do bem-estar da população brasileira. De fato, no caso do fundo de investimento em infra-estrutura, se a obra der prejuízo ou render abaixo do esperado, o patrimônio do fundo será reduzido. Assim, por meio das centrais sindicais e de milhares de ações difusas, novos questionamentos jurídicos (passivos contingentes) se juntarão aos já existentes quanto aos rendimentos do FGTS.

Fontes alternativas de recursos poderão ser os fundos constitucionais de financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO). Possivelmente uma decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN), com um posterior decreto assinado pelo presidente da República, será suficiente para direcionar as disponibilidades do FNE, FNO e FCO para esse fundo de investimento em infra-estrutura.

Há pelo menos três vantagens nessa permuta de *funding*: (I) FNE, FNO e FCO não seriam penalizados, pois se trataria de uma operação *once for all*, e não se poderia, portanto, argumentar que estão acabando com o FNE, o FNO e o FCO; (II) FNE, FNO e FCO não teriam seus focos descaracterizados, pois aos investimentos em infra-estrutura poderia ser dado o mesmo caráter regional dos empréstimos atualmente concedidos por esses fundos; e (III) o governo evitaria passivos contingentes e, assim, possíveis esqueletos, pois FNE, FNO e FCO não são financiados com contas-poupança dos trabalhadores.

Deve-se destacar que nessa permuta de *funding* não há impacto algum na DLSP, pois somente haveria uma troca de ativos do setor público consolidado. Contudo, caso na negociação junto aos bancos gestores do FNE, FNO e FCO se exija algum tipo de reposição das disponibilidades, podem-se conceder como contrapartida os empréstimos feitos pelo fundo de infra-estrutura, de forma semelhante à garantia que seria oferecida à conta-poupança dos trabalhadores.

Bolívar Pêgo (foto) e Alexandre Manoel Angelo da Silva são pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

“Caso se exija algum tipo de reposição das disponibilidades, podem-se conceder como contrapartida os empréstimos feitos pelo fundo de infra-estrutura, de forma semelhante à garantia que seria oferecida à conta-poupança dos trabalhadores”

VIOLÊNCIA

Por **Fátima Belchior**, do Rio de Janeiro

Objetivo da pesquisa vai além de medir os números significativos do Brasil, que se situam entre os mais elevados em todo o mundo, e sim mostrar direções a seguir e munir os formuladores das políticas públicas de meios para enfrentar o problema sob a ótica da racionalidade e da efetividade



Os custos da violência no Brasil



Na Favela do Jacarezinho, zona norte do Rio, onde vivem 190 mil pessoas, trabalho social analisa os sonhos das crianças que são vítimas ocultas

Cerca de um terço do custo apurado em 2004 foi arcado pelo setor público

É difícil imaginar que no Brasil de hoje exista algum fenômeno que preocupe tanto a sociedade, sobretudo nas áreas urbanas, quanto a violência. A taxa nacional de homicídios, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é de 27 por cem mil habitantes, um número expressivo se comparado aos registrados em países desenvolvidos. No Japão, por exemplo, a relação é de um para cem mil, enquanto no Canadá chega a dois e, nos Estados Unidos, a oito.

Não é por menos que autoridades governamentais, pesquisadores e a sociedade em geral têm procurado saídas para minimizar o problema, cujos efeitos não são apenas tangíveis, como os elevados gastos dos setores público e privado, mas os intangíveis, tais como as seqüelas psicológicas que abatem parentes e amigos de vítimas da violência.

De fato, os números são bastante significativos, segundo estudo que acaba de ser concluído por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): em 2004, o custo da violência foi de R\$ 92,2 bilhões. E mais: o valor total equivaleu a 5,09% do Produto Interno Bruto (PIB), ou a R\$ 519,40 *per capita*.

“O custo da violência no Brasil é um dos maiores do mundo”, comenta Daniel Cerqueira, um dos autores do trabalho do Ipea, intitulado “Análise dos Custos e Conseqüências da Violência no Brasil”, um subproduto de estudo desenvolvido há dois anos sobre o ranking das cidades mais seguras no Brasil.

PROJETO AMPLO Dali para a frente, Cerqueira e os colegas do Ipea Alexandre Carvalho e Rute Rodrigues, além de Waldir Lobão, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), partiram para

um projeto mais amplo, financiado pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Segundo Cerqueira, o objetivo das pesquisas era caminhar em duas direções: estimar o custo da violência no Brasil, o que ainda não havia sido feito, e apontar a importância dos cálculos para munir as políticas públicas sob a ótica da racionalidade e da efetividade. O que se oferece com esses números é uma contribuição para as autoridades do setor na alocação racional dos recursos.

“Não tínhamos cálculos sobre o custo da violência do Brasil. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a partir de pesquisas realizadas em diferentes países, chegou a divulgar que se tratava de algo em torno de 10% do PIB. O Instituto de Estudos da Religião (Iser), posteriormente, falou em 5%”, conta Cerqueira.

Foto: Divulgação/Crisp



Homicídios em Belo Horizonte subiram de 274 em 1990 para 744 em 2000 e se concentraram nos jovens e nas favelas, como a de Morro das Pedras

e dois terços (R\$ 60,3 bilhões) correspondiam a despesas do setor privado

Assim, os números do Ipea são os primeiros que surgem no Brasil, a partir de uma metodologia científica, mas classificada pelo pesquisador como estimativa, diante das dificuldades de se conhecer todo o universo da criminalidade no Brasil. “Este não é todo o universo da violência no Brasil”, destaca Cerqueira.

TRILOGIA O projeto final transformou-se numa trilogia. O primeiro estudo, intitulado “Custo com as mortes por causas externas”, considerou em separado os casos de homicídio, suicídio, acidentes de transportes e outros. Num segundo passo, os pesquisadores aprofundaram outros aspectos com o texto “Custo da violência para o sistema público de saúde”. Por fim, a partir desses dois estudos e de novas pesquisas, o grupo concluiu o trabalho com a “Análise dos custos e conseqüências da violência no Brasil”.

Cerqueira admite que não foi simples chegar aos custos das vítimas da violência para o sistema de saúde, em função de métodos de registros adotados pela rede hospitalar no Brasil. Exemplos: quando se fazem procedimentos ambulatoriais, não são definidas as causas. O Sistema Único de Saúde (SUS) tem tabelas diferentes para os serviços realizados, sem contar que estados e municípios, além da União, também assumem despesas. Diante deste quadro, os pesquisadores partiram para uma metodologia própria, gerando dados mais próximos sobre o custo da violência para a sociedade brasileira.

O resultado final indicou que em 2004, por exemplo, R\$ 31,9 bilhões (cerca de um terço daquele custo) foram arcados pelo setor público e que dois terços (R\$ 60,3 bilhões) correspondiam a despesas do setor privado. “É um número conservador, pois alguns custos não são computados”, informa Cerqueira.

Os valores desembolsados pelo setor público foram majoritariamente com a manutenção da segurança pública (R\$ 28,1 bilhões), mais R\$ 2,8 bilhões com o sistema prisional e R\$ 998 milhões com o



Foto: Divulgação/Crisp

Oficina Dança nas Ruas com participação de jovens de 14 a 24 anos, os mais atingidos pela violência

sistema de saúde, aí incluídos agressões e acidentes de transportes.

Nos dois terços bancados pela sociedade privada, nem todos os dados computados são despesas, porque se incluem intangíveis. Neste caso, por exemplo, o estudo considera a perda do capital humano – o quanto a vítima deixou de gerar para a economia: são R\$ 23,8 bilhões. Outros R\$ 14,3 bilhões são desembolsados com segurança privada (contratação de firmas de segurança, por exemplo, mas não se incluem equipamentos sofisticados de segurança em residência ou carros); mais R\$ 12,7 bilhões com seguros e R\$ 9,4 bilhões com transferências por roubos e furtos.

NÃO NOTIFICADOS É fato, como destaca Cerqueira, que uma avaliação desses itens pode indicar, portanto, que a estimativa de R\$ 60,3 bilhões também é conservadora. Afinal, por motivos diferentes, não há, no País, registros ou dados policiais defi-

nitivos sobre os valores de roubos e furtos. Tanto que, diante do fato de o Brasil não ter pesquisas completas sobre vitimização, o estudo do Ipea construiu uma metodologia a partir de trabalhos que já haviam sido realizados em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória, Recife e São Paulo. Além disso, os gastos com segurança também não incluem todas as medidas que a população adota para garantir mais segurança pessoal.

Ainda que estimados, os dados do Ipea são os que existem e apontam para a gravidade do fato de não haver registros confiáveis das ocorrências de violências no Brasil. Em 2006, segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, foram registrados 6,7 milhões de crimes no País. A partir dos cálculos realizados para sua pesquisa, o Ipea concluiu que outros 17,2 milhões não foram notificados, chegando a um resultado alarmante de 24 milhões de crimes no Brasil, quase quatro vezes mais do que o notificado.

Trabalhos de apoio às vítimas ocultas têm ganhado adesões pelos estados

“É impossível fazer política de segurança pública sem que se conheçam os dados reais da criminalidade”, destaca Cerqueira, ressaltando a importância das bases da pesquisa para os trabalhos que começam a ser estruturados pelo grupo no Ipea.

Da mesma forma que se conhece o grau de preocupação da sociedade com a violência, não há dúvidas de que existe uma grande parcela da população brasileira mobilizada no sentido de combatê-la. Segundo o estudo dos pesquisadores do Ipea, desde o início dos anos 1980, a violência e a criminalidade apresentam taxas crescentes no Brasil. As mortes por causas externas evoluíram a uma taxa anual de 2,4%. Entre 1980 e 2004, o número de homicídios cresceu 5,6% ao ano, fazendo com que representassem 37,9% do total de 127 mil por causas não naturais registrado em 2004.

INTANGÍVEIS E, como alerta o próprio estudo, as consequências da criminalidade não se limitam, contudo, aos custos tangíveis para a sociedade. Foi a partir desta constatação que o sociólogo Gláucio Soares, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) reuniu um grupo de pesquisadores para tratar de “As vítimas ocultas da violência” – trabalho que resultou em livro, publicado no ano passado pelas editoras Record e Civilização Brasileira.

Os números do trabalho de Soares também são impactantes: para cada vítima de morte violenta, calcula-se entre quatro e dez vítimas ocultas (familiares mais próximos e parentes não primários). Nos últimos oito anos, concluiu-se que houve meio milhão de vítimas da violência no Brasil, o que, multiplicado por uma média de seis pessoas que sofrem reflexos, gerou algo entre três e quatro milhões de vítimas ocultas.

Para a pesquisa do IUPERJ, foram entrevistadas 800 pessoas, entre parentes e vítimas de mortes por violência. Insônia, depressão, lembranças de fatos passados



Oficina de Grafite, como essa de Morro das Pedras, e outras oficinas de esporte, cultura e inclusão...

vinculados ao crime, estresse – todas estas reações se impõem à vida das pessoas que de certa maneira foram afetadas por crimes. Os custos nesses casos também são altos, com interrupções nas tarefas do trabalho e da educação, dificuldades de convivência, desestruturação familiar e desequilíbrio financeiro, entre outros.

TRAUMAS “O efeito é doloroso quando a vítima é o ganha-pão da família”, comenta Soares, que na lista de seus entrevistados deparou-se com uma senhora que perdeu o marido, vítima de violência, e casou-se três meses depois, inteiramente por conveniência, para sustentar a família.

Segundo relato do sociólogo, o principal objetivo de sua pesquisa foi conscientizar a sociedade para o elevado preço que recai sobre essas pessoas e estimular a criação de centros de trauma para tratar dos vitimados. “A conscientização já co-

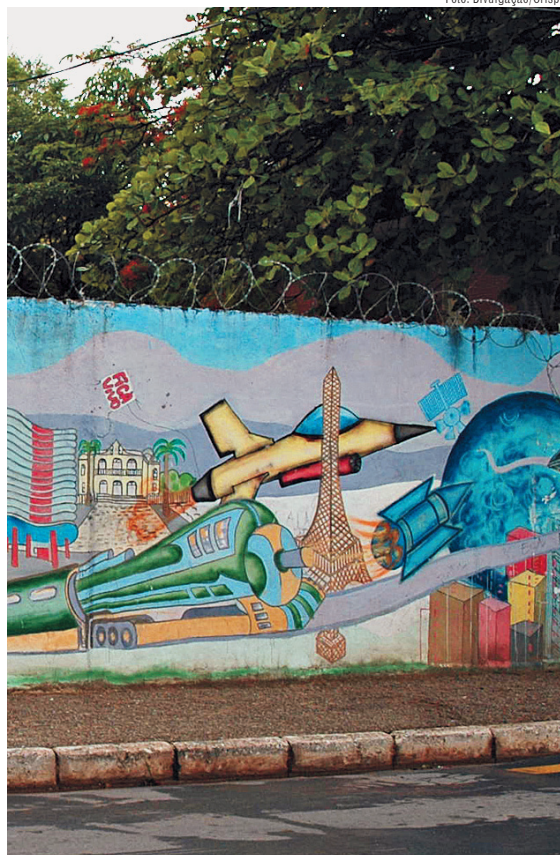
meça a produzir medidas, algumas embrionárias e outras mais concretas. Atualmente, por exemplo, o Instituto Médico Legal (IML) do Rio de Janeiro está sendo reestruturado para que se torne um ambiente mais humano para parentes e amigos de vítimas.”

Joyce Capelli, diretora da ONG Inmed Brasil, de São Paulo, que atua na Favela do Jacarezinho, zona norte do Rio, onde moram cerca de 190 mil pessoas, vive o dia-a-dia das dificuldades psicológicas das vítimas ocultas. Ela é responsável por um trabalho de análise de sonhos de crianças que, de forma ou de outra, são atingidas pela violência.

Iniciado em 2005, o projeto da Inmed, o Favela Sonhos, já trabalhou com 450 crianças, de 4 a 13 anos de idade, com resultados “fantásticos”, segundo Joyce, formando em psicanálise, a partir das teorias e experiências do psiquiatra Carl Gustav

brasileiros, se enriquecem com as trocas de experiências e reduzem custos

Foto: Divulgação/Crisp



... produtiva beneficiam 12 mil meninos e meninas

Jung. A partir da análise dos sonhos, o que é feito por um grupo de coordenadores e professores, treinados na comunidade, as

crianças têm mais chances de transmitir seus sentimentos, falar de seus medos e inseguranças, melhorar a auto-estima e ganhar um pouco mais de tranquilidade, relata a diretora. “Este é um trabalho de apoio de baixo custo, sem tecnologia sofisticada, que deverá ser estendido para a Favela da Maré, outra comunidade do Rio de Janeiro onde o grau de violência também é considerado elevado”.

CONSCIENTIZAÇÃO Trabalhos como este de conscientização e de apoio às vítimas ocultas têm ganhado adesões pelos estados brasileiros e, comumente, os pesquisadores – sociólogos, antropólogos, psicólogos, entre outros – se comunicam e trocam experiências na busca de caminhos que, pelo menos, reduzam os custos econômicos, sociais e institucionais. “A violência tem um impacto significativo sobre a democracia”, comenta Cláudio Beato, sociólogo e coordenador do Centro de Estudos de Criminalística e Segurança Pública (Crisp), da Universidade Federal de Minas Gerais.

Segundo Beato, o Crisp deparou-se, da década de 1990 para cá, com uma tendência significativa do crescimento de homicídios em Belo Horizonte: de 274, em 1990, para 744, em 2000. Ao analisar

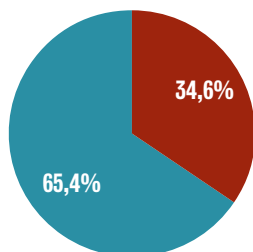
os números, a entidade concluiu que esses eventos concentravam-se em favelas, com uma grande participação de homens jovens, entre 14 e 24 anos de idade, e ligados ao uso de armas e ao tráfico de drogas.

Já em 2002, o Crisp mobilizou participantes de organizações sociais, tais como as Polícias Militar e Civil, administradores municipais representando assistências sociais e de cidadania, Departamento Público Estadual e organizações não-governamentais para discutir a questão dos homicídios. O resultado foi a adoção de um programa de prevenção de homicídios, o Programa Fica Vivo, que em 2003 foi incorporado à política do governo do Estado de Minas Gerais.

Com o objetivo principal de reduzir o número de homicídios em Belo Horizonte, o grupo de trabalho adotou a comunidade do Morro das Pedras como local para que se implantasse o projeto-piloto. A estratégia do grupo envolveu várias ações: 1) fortalecer a mobilização da comunidade na solução de problemas de segurança pública; 2) mobilizar órgãos públicos e organizações não-governamentais que operam nessa área, prestando serviços de saúde, educação, assistência social, segurança públi-

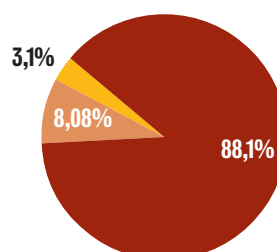
Custo da violência no Brasil - 2004

Total: R\$ 92,2 bilhões



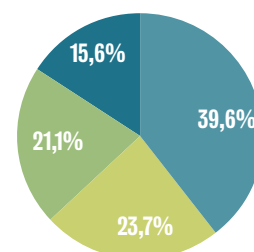
Setor público - R\$ 31,9 bilhões
Setor privado - R\$ 60,3 bilhões

Setor público



Segurança pública - R\$ 28,1 bilhões
Sistema de saúde - R\$ 2,8 bilhões
Sistema prisional - R\$ 1 bilhão

Setor privado



Perda de capital humano - R\$ 23,9 bilhões
Segurança privada - R\$ 14,3 bilhões
Seguros - R\$ 12,7 bilhões
Transf. por roubos e furtos - R\$ 9,4 bilhões

Fonte: Ipea

Projeto-piloto em Minas reduz significativamente o número de homicídios

O custo da violência para a saúde pública

União, estados e municípios desembolsaram, em 2004, R\$ 4,8 bilhões no tratamento das vítimas da violência, dos quais R\$ 3,8 bilhões por todos os tipos de causas externas (não naturais), R\$ 206 milhões por agressões e R\$ 769 milhões por acidentes de trânsito.

Os números fazem parte dos estudos realizados pelos pesquisadores Alexandre Carvalho, Daniel Cerqueira e Rute Rodrigues, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Waldir Lobão, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E referem-se apenas a uma parte das despesas governamentais destinadas às redes de atendimento público, pois muitas das despesas da rede pública de saúde saem diretamente dos estados e municípios.

Em um país no qual a violência é uma das maiores preocupações de seus cidadãos, pode impressionar o fato de que as vítimas tratadas por agressões custem R\$ 206 milhões, enquanto as de acidentes de trânsito representem despesas de R\$ 769 milhões. Daniel Cerqueira, um dos autores do estudo, justifica que, no primeiro caso, o grau de letalidade é alto, significando menor tempo do paciente no hospital e, portanto, com menores despesas para o sistema de saúde.

Os números revelados no estudo intitulado "Custo com as mortes por causas externas no Brasil" comprovam este argumento. Desde o final dos anos 1980, o número de homicídios no Brasil supera o de mortes por acidentes de trânsito. Nos dois últimos anos do período abrangido pelo trabalho (de 1980 a 2004), registraram-se em torno de 50 mil mortes anuais por homicídio e 35 mil por acidentes de trânsito.

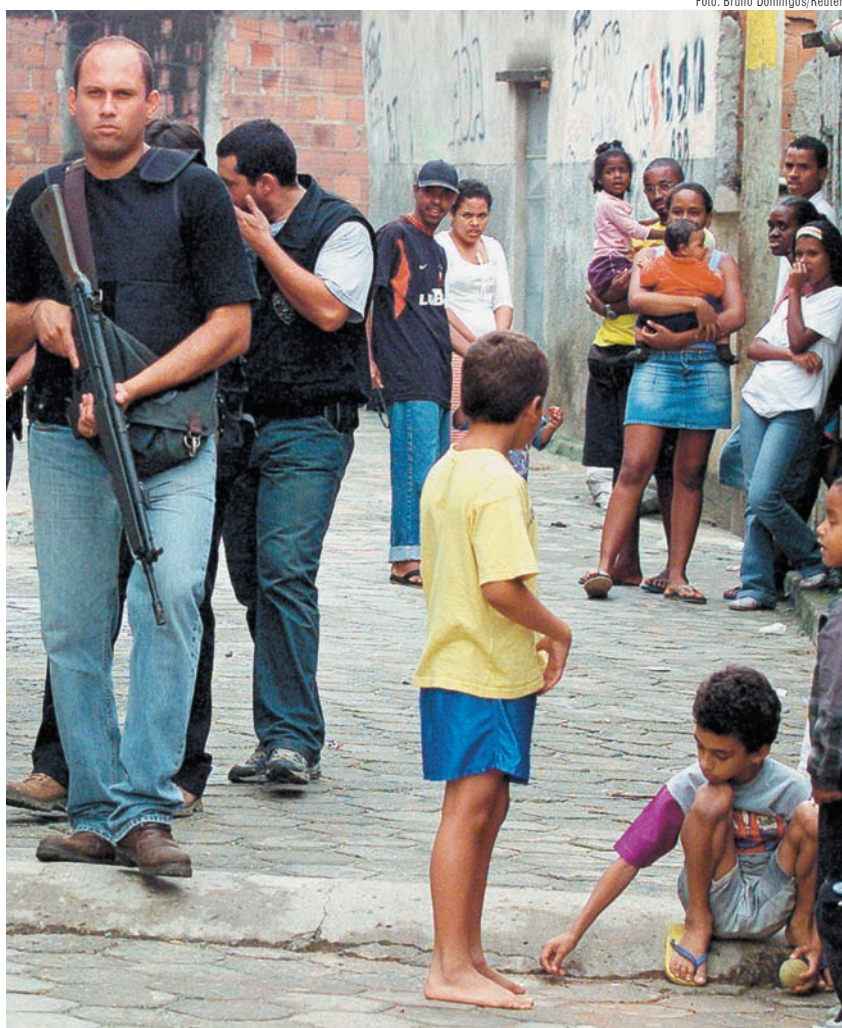



Foto: Bruno Domingos/Reuters

Projeto Favela Sonhos trabalhou com dificuldades psicológicas de 450 crianças de 4 a 13 anos de idade

ca, e criar um sistema de proteção social voltado para os membros da comunidade com idade entre 12 e 24 anos; 3) oferecer oportunidades de desenvolvimento nas áreas de educação, cultura e lazer, assim como qualificar profissionalmente o público-alvo do programa; 4) possibilitar um ambiente propício à discussão das questões que dizem respeito à segurança e propagar a cultura da paz; 5) reduzir o medo; 6) apoiar e valorizar manifestações culturais locais; e 7) melhorar o patrulhamento na comunidade.

Houve, segundo Beato, redução significativa dos homicídios nas comunidades que se tornaram alvo do trabalho.

Foram 21 áreas atendidas, envolvendo um universo de 12 mil crianças. Oportunidades de lazer, maior interação entre os órgãos das administrações pública e privada e organizações não-governamentais e melhor relacionamento com as unidades policiais são alguns dos frutos do trabalho Fica Vivo. Em números, os resultados se traduzem da seguinte forma: após seis meses da implementação do projeto-piloto, houve uma redução de 47% no número de homicídios locais.

O sociólogo Gláucio Soares não esconde que é otimista no combate à violência. "Tem jeito", diz ele. 

Carlos Alvares da Silva Campos Neto
e Ricardo Pereira Soares

Concessões e a modicidade das tarifas



“O conceito de modicidade das tarifas proposto não apresenta risco de redução da taxa interna de retorno do empreendimento. Até pelo contrário, admite a possibilidade de elevação da rentabilidade ao longo do tempo”

O governo federal suspendeu o processo de licitação de sete importantes trechos de rodovias federais sob a alegação de que era necessário rever os estudos econômico-financeiros dos projetos de concessão por conta da redução do risco de crédito, da queda da taxa de juros e da desoneração tributária para a construção civil. A revisão dos estudos de engenharia econômica mostrou que as tarifas iniciais de pedágio puderam ser reduzidas entre 17% e 22% nos sete trechos de rodovias, e as taxas internas de retorno baixaram de 12,9% para 8,9%. Outro fato importante que contribuiu para a redução das tarifas iniciais foi retirar do edital a cobrança do valor de outorga pela concessão das rodovias federais.

O custo de oportunidade do capital já estava elevado quando das primeiras licitações e isso impactou a taxa interna de retorno (TIR) que os investidores buscavam, o que elevou a tarifa inicial de pedágio. Quando ocorre uma redução da taxa de juros real, a exemplo do que vem se verificando, isso reflete na disposição dos investidores em aceitar uma TIR menor, implicando tarifa inicial de pedágio também menor.

Assim, o governo federal conseguiu alterar para menos as tarifas de pedágio que serão cobradas. Contudo, permanece nossa preocupação quanto à evolução das tarifas reais de pedágio ao longo dos 25 anos de execução desses contratos, porque continuam inalteradas as cláusulas de reajuste e revisão tarifárias, que, ao privilegiar a regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro (EEF), permitem que as concessionárias tenham ganhos econômicos reais ao longo da execução dos contratos, como vem acontecendo com os contratos atuais.

As normas de reajuste e revisão estão consideradas na Lei das Concessões (Lei nº 8.987/95), que incorporou a expressão “modicidade das tarifas”. Verificamos que o princípio do equilíbrio econômico-financeiro foi estudado por agências de regulação e pela academia, e seu entendimento está consagrado. Por outro lado, o conceito de modicidade das tarifas não recebeu a mesma atenção. Por isso, os contratos de concessão de rodovias trazem o EEF, mas o princípio da modi-

cidade das tarifas é apresentado de forma incipiente. Estas definições acabaram se tornando equivalentes, apesar de tratarem de objetos distintos. A definição do princípio da modicidade das tarifas é equivocada, pois se limitou a repetir o conceito de EEF, no qual a tarifa deve ser suficiente para cobrir os encargos da concessionária.

Por conta desta constatação, sugerimos um novo conceito de modicidade das tarifas: “o princípio que permite, ao longo do prazo de execução de um contrato, que os usuários possam compartilhar com as concessionárias os ganhos econômicos, de produtividade, bem como aumentos adicionais de receitas obtidos pelos empreendimentos em concessão”. Assim, a modicidade das tarifas passa a ser definida pelo lado da receita (as receitas adicionais às previstas e os ganhos econômicos devem ser compartilhados com os usuários). Ora, existe uma interação entre os dois conceitos: o EEF protege as concessionárias quanto aos impactos nos custos e a modicidade tarifária beneficia os usuários pelo compartilhamento de ganhos econômicos, de produtividade e de receitas adicionais não previstas.

Sugerimos quatro alternativas para implementar o conceito de modicidade tarifária: a) repassar à tarifa parte dos ganhos de produtividade da concessionária oriundos da redução de custos de manutenção e operação; b) compartilhar o risco do fluxo de veículos entre a concessionária e os usuários para que as variações da demanda sejam refletidas nas tarifas; c) compartilhar receitas alternativas, complementares, acessórias ou projetos associados entre concessionárias e usuários; e d) repassar à tarifa parte dos ganhos econômicos oriundos de redução do risco de crédito.

Por fim, cabe destacar que o conceito de modicidade das tarifas proposto não apresenta risco de redução da taxa interna de retorno do empreendimento. Até pelo contrário, ao prever o compartilhamento de receitas adicionais, admite a possibilidade de elevação da rentabilidade ao longo do tempo.

Carlos Alvares da Silva Campos Neto (foto) e Ricardo Pereira Soares são pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Ainda distante de um mercado de massa



Um dos mais importantes motores do crescimento da economia brasileira, do ponto de vista dos agregados que compõem as contas nacionais, tem sido o consumo das famílias, mas a insistente estabilidade no quadro da distribuição de renda freia os gastos da população de baixa renda e mantém o país distante da criação de um mercado de massa

Por **Jorge Luiz de Souza**, de São Paulo

As famílias brasileiras estão gastando menos com alimentação e vestuário por causa da queda dos preços e, com isso, podem melhorar sua habitação e utilizar mais serviços urbanos. E, em menor envergadura, os mais pobres começam a elevar seu consumo de bens duráveis – eletroeletrônicos, mobiliário, casa e automóvel. As estatísticas que revelam isso são as seguintes: os 50% mais pobres passaram a responder por 17% dos gastos totais das famílias nas regiões metropolitanas em 2002-2003, ante 16% em 1995-1996 e 15% em 1987-1988. São avanços, entretanto, ainda muito lentos, porque o grosso do consumo segue concentrado nas classes mais ricas.

“Esse dado não significa que não tenha ocorrido uma universalização na posse de duráveis – televisão, geladeira, máquina de lavar roupas, telefone celular, aparelho de som, videocassete e DVD –, mas sim há uma clara segmentação desse mercado, com os produtos das classes ricas bem distintos dos adquiridos pelas mais pobres. Há um mercado com poder de aquisição de segunda linha de eletroeletrônicos e não de produtos com maior conteúdo tecnológico. Então, o mercado consumidor que poderia dar dinamismo para uma oferta industrial de maior conteúdo tecnológico continua muito restrito. Daí a dificuldade de se criar um mercado de massa no país”, diz Fernando Gaijer, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Segundo o pesquisador, “precisamos aumentar o poder de compra para generalizar alguns consumos de bens duráveis que poderiam dar uma escala ainda maior para



Ilustração: Images.com/Corbis/LatinStock

“O pouquinho de queda de desigualdade que a gente começa a assistir já se

nossa indústria, permitiriam internalizar alguns segmentos industriais que utilizam muitos componentes importados, em função de que, na nossa indústria, o dinamismo está concentrado em uma faixa muito restrita da população. O Brasil tem tamanho. Falta renda”. Ele é um dos 45 autores dos 29 artigos que compõem o livro “Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas” – todos eles pesquisadores do Ipea e de instituições como a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Para elaborar essa nova abordagem estatística, eles tiveram acesso aos dados individualizados das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São três POFs. A primeira é de 1987-1988, a segunda é de 1995-1996 (ambas abrangendo apenas 11 áreas metropolitanas) e a terceira é de 2002-2003 (com abrangência nacional). Antes disso, o IBGE havia realizado o Estudo Nacional de Despesas Familiares (Endef), de 1974-1975. Os artigos analisam as alterações nos perfis de consumo e a partição dos mercados de bens e serviços segundo os estratos de renda. Há estudos específicos sobre alimentação, habitação, transporte, saúde, educação, cultura e bens duráveis, e outros sobre especificidades de gastos decorrentes de idade e gênero, como sobre as mulheres, sobre os efeitos da sua maior inserção no mercado de trabalho.

ESPRAIAMENTO Segundo Gaiger, a faixa dos 20% seguintes aos 50% mais pobres, que respondia por 15% dos gastos totais das famílias nas regiões metropolitanas nas pesquisas de 1987/1988 e de 1995/1996, elevou sua participação para 19% na de 2002/2003. Além disso, nas pesquisas de 1987/1988 e 1995/1996, os 30% mais

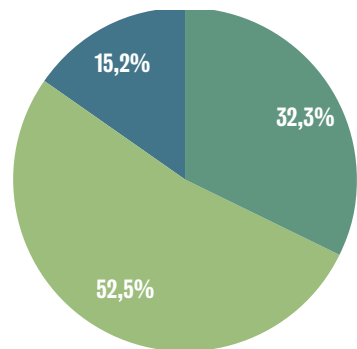
ricos eram responsáveis por 83% do mercado de duráveis e, em 2002/2003, essa mesma fatia passou a ser responsável por 75%, o que revela uma menor concentração, principalmente nos bens eletrônicos e automóveis. “Não há dúvida de que essa desconcentração se relaciona à melhoria do crédito e a uma queda nos preços”, acrescenta.

Considerando apenas as regiões metropolitanas, áreas que podem ser comparadas porque foram cobertas pelas três pesquisas, “o pouquinho de queda de desigualdade que a gente começa a assistir já se manifesta no espraiamento de alguns mercados de consumo”, diz. Uma contribuição para diminuir as desigualdades, diz ele, é ter crescido a despesa com impostos, principalmente nas faixas mais ricas, “o que, na minha opinião, é bom”. O pesquisador acrescenta que a tributação é uma das novidades presentes nesses trabalhos. “O Imposto de Renda (IR) se tornou mais efetivo. Nós temos um IR bem progressivo, assim como em muitos países desenvolvidos, embora com pequeno montante na estrutura tributária. O pro-

Onde vivem as famílias brasileiras (em %)

Total: 48,5 milhões

- Urbana metropolitana
- Urbana não metropolitana
- Rural



Fonte: IBGE/POF de 2002-2003

Foto: Eduardo Knapp/Folha Imagem



É recorrente nas pesquisas a queda do gasto com...

blema é a nossa base tributada, que é muito pequena. Já o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), por exemplo, não é progressivo, é um tributo neutro, o que é uma coisa muito ruim”.

A antropóloga Diana Nogueira de Oliveira Lima, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trabalhou com pesquisa qualitativa e identificou que está ocorrendo “não apenas uma mudança nas escolhas da pauta de gastos, mas uma transformação na própria concepção do consumo. Antes, ele era exercido de forma mais discreta e agora é mais ostensivo. Isto é uma marca dos anos 1990. Novos hábitos trazem itens novos que classifico de consumo para a aparência, porque a aparência passa a ser importante também no campo profissional. Historicamente, era importante nos relacionamentos pessoais, mas

manifesta no espraiamento de alguns mercados de consumo"

Foto: Luiz Carlos Murauskas/Folha Imagem



alimentação e vestuário, enquanto habitação se torna o primeiro item de consumo, inclusive dos mais pobres, que agora têm telefone

hoje ganha outra dimensão e vira um instrumento de qualificação no mercado de trabalho”.

Ela não considera, porém, que isso seja consumismo. “O próprio termo consumismo precisa ser repensado”, diz, “porque ninguém se considera consumista. Apurei o que as pessoas estão comprando, como estão fazendo suas escolhas e como elas mesmas falam sobre seu grau de satisfação ou insatisfação. As pessoas têm uma oferta muito grande, a modernidade e a industrialização oferecem muitas opções. Mas isso é um consumismo patológico, excessivo? Não. O celular não é só um bem de distinção, mas também vem cobrir uma carência de telefonia, como o pedreiro que só vinha a receber pelo vizinho o recado de que havia um trabalho para ele quando já tinha perdido a oportunidade. Agora, consegue receber

diretamente o chamado, além de poder ligar para a namorada.”

ALIMENTAÇÃO A pesquisadora Sonia Rocha, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), do Rio de Janeiro, diz que “ao fazer comparações com as regiões metropolitanas que tínhamos nas pesquisas anteriores, o que se vê é que há uma tendência robusta e sustentada de queda da participação da despesa alimentar na despesa global das famílias em todas as classes de renda e em todas as regiões. Normalmente, isso acontece quando há aumento de renda, mas nesse período não houve aumento de renda e, apesar disso, houve queda na participação dos alimentos no consumo. Então, foi por influência de mudanças na estrutura da família, na urbanização, na participação das mulheres no mercado de trabalho e, o que é muito importante, de-

vido à queda dos preços dos produtos alimentares relativamente a outros bens”.

Ela explica que não houve sacrifício na despesa com alimentação. “Isso fica claro na abertura da pesquisa por produtos alimentares e seus aportes nutricionais”, diz. Hoje, o item mais importante no consumo das famílias é habitação (que inclui aluguel, despesas de manutenção de domicílios, taxas e serviços públicos ligados aos domicílios), mas seu peso já diminuiu em relação a 1996. “Crescem educação e transporte, este muito ligado à urbanização, com aumento grande do transporte individual e do peso dos combustíveis, o que é uma coisa indesejável, uma vez que o transporte de massa não está desempenhando o papel que deveria desempenhar. E o peso da educação aumenta mesmo com o aumento dos gastos públicos com educação”, diz.

“Com a grande migração para a alimentação fora de casa, parece que diminuiu

VESTUÁRIO Além da queda do peso dos alimentos no orçamento doméstico, o peso do vestuário também caiu muito. “Isto é recorrente em todas as POFs: uma queda constante do comprometimento do orçamento com gastos de alimentação e vestuário. Isto se deve em grande medida ao efeito preço”, diz Gaiger. “Com a queda dos preços, há um aumento da oferta alimentar e uma segmentação do mercado de alimentos. Então, a queda no comprometimento da renda com alimentação não é uma redução no total consumido, porque aumenta a gama de produtos. Outra coisa que se vê na alimentação não está ligada ao preço, mas ao próprio funcionamento da sociedade como um todo, com as mudanças na organização das famílias, a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, o crescimento das cidades e o aumento dos custos de transportes, com um aumento muito grande do consumo de alimentos fora de casa”, diz.

Na POF de 1995-1996, de cada R\$ 4 gastos com alimentação, na média R\$ 1 era gasto fora de casa. Essa relação caiu de R\$ 3 para R\$ 1 em 2002-2003. Comparando as regiões metropolitanas, que dá para comparar nas três POFs, entre os

50% mais pobres, o comprometimento do orçamento familiar com alimentos caiu de 36% em 1987-1988 para 28% em 2002-2003. “Aí teve uma discussão: em que medida isso significa uma mudança na qualidade no consumo alimentar? O consumo físico é levantado intradomiciliar e, no caso da POF, se levanta o consumo físico, afóra a aquisição. Fora de casa, não dá para fazer isso. Para a próxima pesquisa, o IBGE vai tentar estimar parte da composição nutricional que se realiza fora de casa. Mas, hoje em dia, há maior disponibilidade de aquisição alimentar fora.”

Gaiger explica que, “como houve essa migração muito grande para a alimentação fora de casa, fica parecendo que as pessoas diminuíram o consumo de cereais e de carne. Elas reduziram as quantidades consumidas em casa, mas não se sabe quanto disso agora está fora de casa. No volume físico, absoluto, observa-se o consumidor diminuindo as compras da casa, mas que tipo de alimentação está se fazendo fora? E o que cresceu dentro de casa? Cresceram água mineral, refrigerantes, legumes, açúcares, alimentos preparados e congelados. Esse cresci-

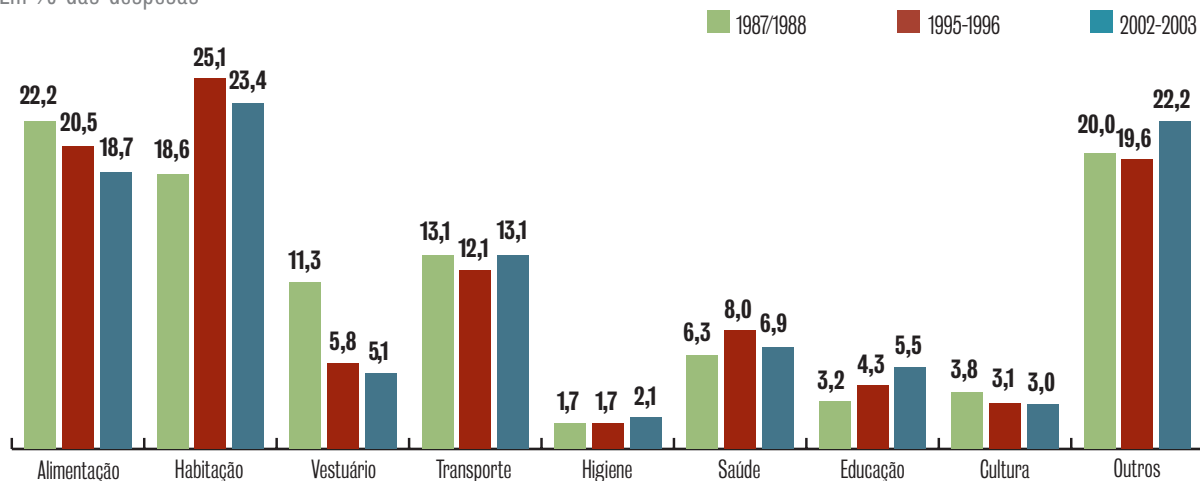
mento é o lado positivo da história. O problema é que a alimentação fora de casa é tremendamente desbalanceada e hipercalórica”.

HABITAÇÃO E quais são os gastos que ocuparam o lugar dos alimentos e do vestuário? A habitação cresceu muito em termos de importância no orçamento das famílias, pressionando todas as famílias, em função do efeito preço e da incorporação de alguns consumos, como o telefone, que passou a se universalizar. Habitação hoje é o primeiro item do consumo. Entre os 50% mais pobres, o comprometimento orçamentário com habitação era de 17% em 1987-1988 e passou para 22% em 2002-2003. Com os 50% mais ricos, subiu de 12% para 13%. “O pico foi em 1995-1996, mas os serviços de utilidade pública continuaram pressionando os orçamentos das famílias. E veja que parte dos gastos com telefone celular está computada nos itens cultura e entretenimento”, diz o pesquisador.

TRANSPORTE Outro item que pressionou também foi transporte. “No caso das famílias mais pobres, em função do

Com que as famílias gastam mais

Em % das despesas



Fonte: IBGE/POFs de 1987-1988, de 1995-1996 e de 2002-2003 (elaboração Ipea)

o consumo de cereais e carne, mas não se sabe quanto se come fora”

efeito preço do transporte urbano e com a ascensão do transporte privado individual. Nas famílias mais pobres, houve uma mudança no perfil do transporte público, com migração para o transporte alternativo (as vans), um pouco para o trem e o metrô, e, apesar dessa pressão orçamentária, houve migração para o transporte individual. Os mais pobres passaram a utilizar mais os transportes alternativos, mas também o transporte individual. Porém, isso não responde por toda a queda que se teve no transporte coletivo. Em certa medida, a pressão do preço no transporte coletivo levou a um crescimento do comprometimento orçamentário e a uma migração, mas há pessoas tendo que lançar mão de subterfúgios, como andar a pé ou de bicicleta, dados que a POF não consegue levantar”, diz Gaiger. “Mas é impressionante como cai o número de passageiros no transporte coletivo.”



Foto: Germano Luders/Conteúdo Expresso

Transporte coletivo cai com maior uso dos meios alternativos e dos veículos individuais

Pobres, mal nutridos, porém gordinhos

Os preços caíram, as pessoas estão consumindo mais e fazendo outras escolhas no campo alimentar. Segundo a pesquisadora Sonia Rocha, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), do Rio de Janeiro, “a fome no país hoje só ocorre em casos pontuais e, de maneira geral, o problema já é outro”, diz, referindo-se à qualidade do cardápio atual dos brasileiros, que está tornando a população obesa. “Cada vez se consomem mais carne e frango, que são proteínas relativamente caras, produtos básicos como arroz e feijão caem no conjunto da despesa familiar, e há um aumento enorme no consumo de açúcar, biscoitos e bebidas gaseificadas”, diz.

Segundo a pesquisadora, “mesmo em famílias de baixa renda, as pessoas emulam estruturas de consumo de classes de renda mais altas”. A conduta racional, diz ela,

seria escolher produtos com o mesmo aporte nutricional e que sejam mais baratos. Ela lembra que, nos anos 1970, o grosso da população comia dietas mais simples, mas mais adequadas, e que “a mudança da estrutura alimentar resulta em problemas sérios de saúde pública. Precisamos pensar seriamente em fazer campanhas e alterar a merenda escolar no sentido de mudar os hábitos alimentares”.

Sonia Rocha relata que há excesso de peso em 40% dos brasileiros acima de 20 anos de idade, além de 11% de obesos, somando mais da metade da população, e que o excesso de peso ocorre mais em baixa renda e mais em regiões pobres. “Temos inclusive enorme frequência de obesidade em crianças de baixa renda. Elas não estão necessariamente com fome, mas estão desnutridas na medida em que faltam ingredientes essenciais na sua dieta.”

“Se é a criança que decide o que vai comer, ela vai escolher o que não deve. Isto é resultado das mudanças na estrutura da família. Não há mais pessoas tomando conta da casa. As famílias são menores. Antigamente, a avó ficava em casa cuidando das crianças. Agora, a mãe e a avó estão trabalhando e a criança fica sozinha”, diz. As recomendações da pesquisadora são “campanhas e mais campanhas sobre alimentação saudável e olhar com cuidado para a merenda escolar”.

Outra sugestão: “Por que não se proibem alimentos, como se faz com medicamentos? Existem alimentos que são vendidos tranquilamente e, do meu ponto de vista, deveriam ser proibidos. Principalmente porque quem compra esses alimentos são mães de baixa renda. Poderia haver pelo menos uma advertência na embalagem”.

EDUCAÇÃO Também cresceu o comprometimento orçamentário com educação, por dois fatores: o aumento dos preços dos colégios e o crescimento do ensino privado superior. “Evidentemente, esses dois efeitos concentraram-se nos mais ricos. Então, assistimos na educação a um aumento da desigualdade no consumo. Os ricos passaram a gastar ainda mais. Hoje, essa relação está de 24 vezes quando se compara os 20% mais ricos com os 20% mais pobres. E aí é importante verificar que a provisão pública é fundamental para que o orçamento dos mais pobres não seja tão pressionado. Se a provisão pública começar a sofrer muito e os mais pobres tiverem que lançar mão do ensino privado, isso vai ser muito ruim, porque tem uma pressão de preços das mensalidades muito grande”, diz Gaiger.

Um dos estudos compara separadamente famílias que utilizam escola pública de todas as faixas de renda e as que usam a escola privada. Entre as da escola pública, o comprometimento orçamentário de pobres e ricos é o mesmo, com uma pressão por consumir outras coisas, como material escolar, muito menor na escola pública. Nas famílias que usam escola privada, os pobres têm um com-



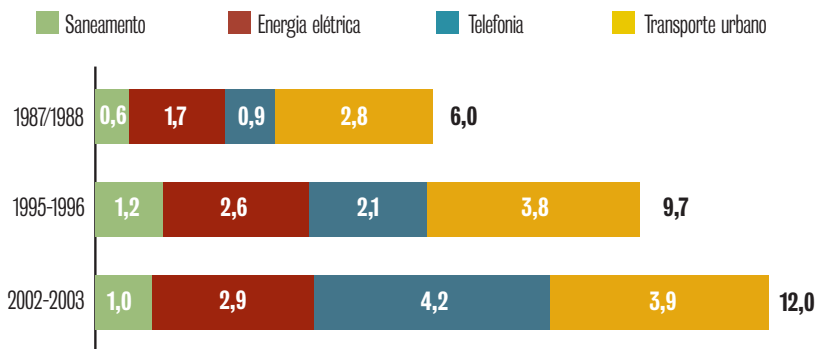
Famílias com pessoas de maior escolaridade, sejam pobres ou ricos, gastam mais com educação

prometimento orçamentário muito menor que o dos ricos. “Então, existe claramente uma mesma escola pública e várias escolas particulares”, diz. Outro estudo mostrou que entre as famílias cujos adultos têm alta escolaridade, sejam pobres ou ricos, cresce o comprometimento orça-

mentário com educação – a despeito da renda, as pessoas comprometem mais o seu orçamento quanto mais escolarizadas são. “O valor da educação está ligado ao seu grau de educação, e não somente à sua renda, apesar de as duas coisas estarem altamente correlacionadas”, diz o pesquisador.

O consumo de serviços urbanos

em % sobre a despesa familiar



Fonte: IBGE/POFs de 1987-1988, de 1995-1996 e de 2002-2003 (elaboração Ipea)

SAÚDE Em função dos preços dos planos de saúde, cresceu o comprometimento orçamentário da classe média. Os índices de reajuste dos planos têm sido recorrentemente superiores aos da inflação. Mas o peso diminuiu para os mais pobres em função da consolidação da provisão pública de produtos de saúde, da política dos genéricos e da farmácia popular. Para as faixas de renda mais baixa, a provisão pública faz diferença. Segundo a professora Diana Nogueira, da UFRJ, “há coisas na vida que contribuem para o bem-estar para as quais não se precisa de dinheiro, e as redes de proteção públicas são fundamentais para o bem-estar, como em educação e saúde”.

O custo da terapia com anti-retrovirais



“Embora o programa brasileiro seja um dos melhores do mundo, deveria restringir a prescrição de anti-retrovirais mais recentes e caros, porque, com um sexto do seu custo, poderiam na maioria dos casos ser substituídos, com a mesma qualidade e efeitos que os demais, por Efavirenz e AZT”

Tem-se discutido o licenciamento compulsório do anti-retroviral Efavirenz, cuja patente seria expirada no Brasil no ano de 2012, permitindo a importação de genéricos da Índia e a fabricação local. É um dos últimos anti-retrovirais lançados na década de 1990 em que isso ainda não tinha ocorrido. Em 2000, quando o mais barato tratamento com anti-retrovirais chegava a US\$ 28,60 diários, o Brasil surpreendeu o mundo ao iniciar a produção local de genéricos, o que baixou esse custo para US\$ 7,58. A Índia seguiu o mesmo exemplo em 2001 e reduziu o valor para US\$ 0,96. A partir daí, o custo dos tratamentos, inclusive com medicamentos originais, caiu consideravelmente.

O Brasil é signatário desde 1994 do Acordo sobre Aspectos de Direito de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (conhecido pela sigla Trips), cujo artigo 31 prevê a possibilidade de licenciamento de acordo com a legislação do país signatário. Já a Lei Federal 9.279/96, que regula a propriedade industrial e intelectual, refere-se ao licenciamento compulsório por abuso de poder econômico (art. 68) e em casos de emergência nacional (art. 71). A concorrência dos genéricos levou os laboratórios detentores das patentes a oferecer preços mais baixos para países pobres africanos ou a negociar com países de renda média, como o Brasil, testando o poder de barganha do Estado *versus* o poder de monopólio dos grandes laboratórios.

Confronta-se o direito à vida de portadores do HIV em países pobres, cujos governos não podem adquirir medicamentos originais vis-à-vis a necessidade de surgimento de novos remédios para combater o problema da resistência e diminuir os efeitos colaterais desses medicamentos. A estratégia mercadológica dos grandes laboratórios pode se basear em explorar as patentes até à proximidade do seu término para lançar novos medicamentos. Como exemplo, tem-se o medicamento Tenofovir, aprovado em 2001, cuja molécula já era conhecida e foi patenteada desde 1985, sendo uma possível alternativa ao AZT. O fim da patente do AZT em 2005, cuja molécula já era conhecida desde 1974, e o lançamento de um

possível substituto de fácil administração sugerem que a existência de patentes muito longas pode gerar o efeito perverso de retardar novos lançamentos, já que a indústria de pesquisa e desenvolvimento farmacêutica é oligopolizada.

Por outro lado, pode ocorrer uma retaliação dos laboratórios com países que não respeitam suas patentes, não negociando preços mais baixos nos novos lançamentos. É bem possível que o laboratório Merck não ofereça condições tão favoráveis ao Brasil no seu futuro lançamento, o Raltegravir. Mas é bom lembrar que a grande maioria dos anti-retrovirais atuais terá sua patente expirada na próxima década. A epidemia alcança no País o número de 600 mil soropositivos, segundo notificações oficiais, com 180 mil em uso de anti-retrovirais, acrescentando 25 mil pessoas a cada ano. Isso significa que o gasto realmente vai se expandir. Apesar de a economia gerada pelo recente licenciamento compulsório do Efavirenz não ser tão expressiva (R\$ 47 milhões em 2006), sua importância reside em ser indicado como primeira escolha nos tratamentos iniciais.

No tocante à evolução do gasto com a compra de anti-retrovirais no Brasil, o esquema mais usado, que inclui Efavirenz, Lamivudina e AZT, poderia ter seu custo reduzido de US\$ 3,10 para cerca de US\$ 1 por dia caso fossem utilizados apenas genéricos indianos (no caso do Tenofovir, US\$ 4,24 para US\$ 1). Embora o programa brasileiro seja um dos melhores do mundo, deveria restringir a prescrição de anti-retrovirais mais recentes e caros como o Atazanavir e o Tenofovir, que representaram, respectivamente, 40,7% e 10,8% dos gastos em 2006, porque, com um sexto do seu custo, poderiam na maioria dos casos ser substituídos, com a mesma qualidade e efeitos que os demais, por Efavirenz e AZT. Efeitos colaterais ou o surgimento de resistência deveriam ser os únicos critérios para as prescrições dessas novas drogas. Isto reduziria muito o custo do programa de acesso universal a anti-retrovirais sem comprometer sua qualidade.

Pedro Humberto Bruno de Carvalho Júnior é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Um ambiente que desfavorece

Universo macroeconômico ajuda, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido para melhorar o ambiente de negócios no universo microeconômico. As dificuldades vão da estrutura tributária às incertezas regulatórias e legais, passando pela lentidão da burocracia, a corrupção...

Por **Fátima Belchior**, do Rio de Janeiro

O mês de agosto, numa reação aos investimentos desfavoráveis com imóveis nos Estados Unidos, foi dramático para os mercados em todo o mundo – bolsas de valores em queda, títulos à venda, bruscas variações nas cotações de moedas e outros sustos. Por estar com uma economia em bases mais sólidas, o Brasil sofreu menos do que em outras crises que abalaram o mundo em passado recente. No universo macroeconômico, o país está bem, asseguram as autoridades econômicas. Mas há um longo caminho a ser percorrido para melhorar o ambiente de negócios no universo microeconômico.

Um simples exemplo de uma longa e variada lista de dificuldades microeconômicas, porém de impacto negativo sobre o avanço da economia: dados do Banco Mundial (Bird) revelam que, em função da estrutura tributária, uma empresa só consegue seu registro de abertura no Brasil em cerca de 150 dias (cinco meses). Na média dos últimos três anos, foram abertas no país cerca de 470 mil novas empresas formais por ano, num total de quase 5,5 milhões que operam regularmente. Imagina-se que números muito mais positivos para a economia brasileira poderiam ser apresentados caso a burocracia não fosse tão grande.

“O empresariado brasileiro fica confuso diante de tantos complicadores”, comenta José Mauro de Moraes, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A relação é longa: dificuldades burocráticas que reduzem o tempo do trabalho disponível para os negócios; alta carga tributária; elevados *spreads* nos empréstimos bancários para capital de giro; leis trabalhistas complexas, que encarecem a contratação e a dispensa de mão-de-obra; deficiências no fluxo de conhecimento para inovação; incerteza do marco regulatório; corrupção; e insegurança jurídica – todos são apontados, em maior ou menor grau, pelos empresários como empecilhos à realização de negócios.



Proposta de reforma tributária envolve basicamente a união de vários impostos

Tributos lideram ranking de dificuldades para negócios no Brasil

Carga tributária, instabilidade macroeconômica, incerteza política, custo dos financiamentos e carga administrativa, nesta ordem, foram os cinco principais obstáculos à realização de negócios no Brasil, segundo empresários brasileiros consultados em pesquisa do Banco Mundial (Bird) para o documento “O Ambiente para o investimento no Brasil, Índia e África do Sul”, de 2006.

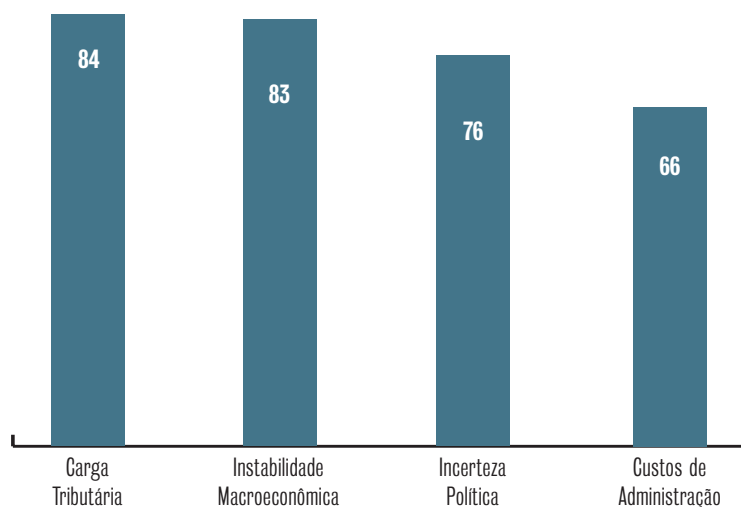
Na verdade, a carga tributária é um complicador apontado por empresários dos três países pesquisados. A diferença é que no Brasil foi apontada por um universo de 84% dos consultados, na Índia por 28% e na África do Sul por 19%. Enquanto isso, na Índia a maior parte (37%) dos entrevistados apontou a corrupção como fator de dificuldade. Já na África do Sul, a maior parcela (35%) revelou que a falta de mão-de-obra qualificada era o principal fator impeditivo à realização de negócios.

Divulgado em 2006 no Brasil, o documento se baseia em indicadores de dois relatórios do Bird – o Doing Business e o Investment Climate Assessments. Entre seus destaques há uma ilustração revelando que, numa lista de 175 países, o Brasil está no 121º lugar como opção para a realização de investimentos, em pior colocação que África do Sul e os vizinhos Chile, Uruguai e Argentina – a Índia vem depois, no 134º lugar, na preferência dos empresários.

Já no *ranking* do Doing Business sobre os estados brasileiros onde é mais fácil investir, o Distrito Federal aparece em primeiro lugar, seguido de Amazonas, Minas Gerais, Rondônia, Maranhão, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia, São Paulo, Mato Grosso e Ceará. No Estado do Rio, segundo o trabalho, os impostos alcançam valor equivalente a 201% do lucro bruto das empresas de porte médio, enquanto em São Paulo chegam a 148%. A abertura de um negócio no Estado de Minas Gerais leva apenas 19 dias, ante 152 dias em São Paulo.

Dificuldades para investir no Brasil (em %)

Pesquisa realizada entre empresários brasileiros mostra a carga tributária em primeiro lugar entre os fatores negativos para os negócios



Fonte: Banco Mundial

TRIBUTOS Armando Castellar, pesquisador do Ipea, recorre a um dado de pesquisa publicada pelo Banco Mundial no documento “O Ambiente para o Investimento no Brasil, Índia e Sul da África” para mostrar a gravidade da situação. Entre os empresários brasileiros consultados, 84% apontaram a carga tributária como o principal constrangimento para a realização de negócios no Brasil. “Efetivamente, o Brasil tem um ambiente de negócios ruim”, comenta Castellar.

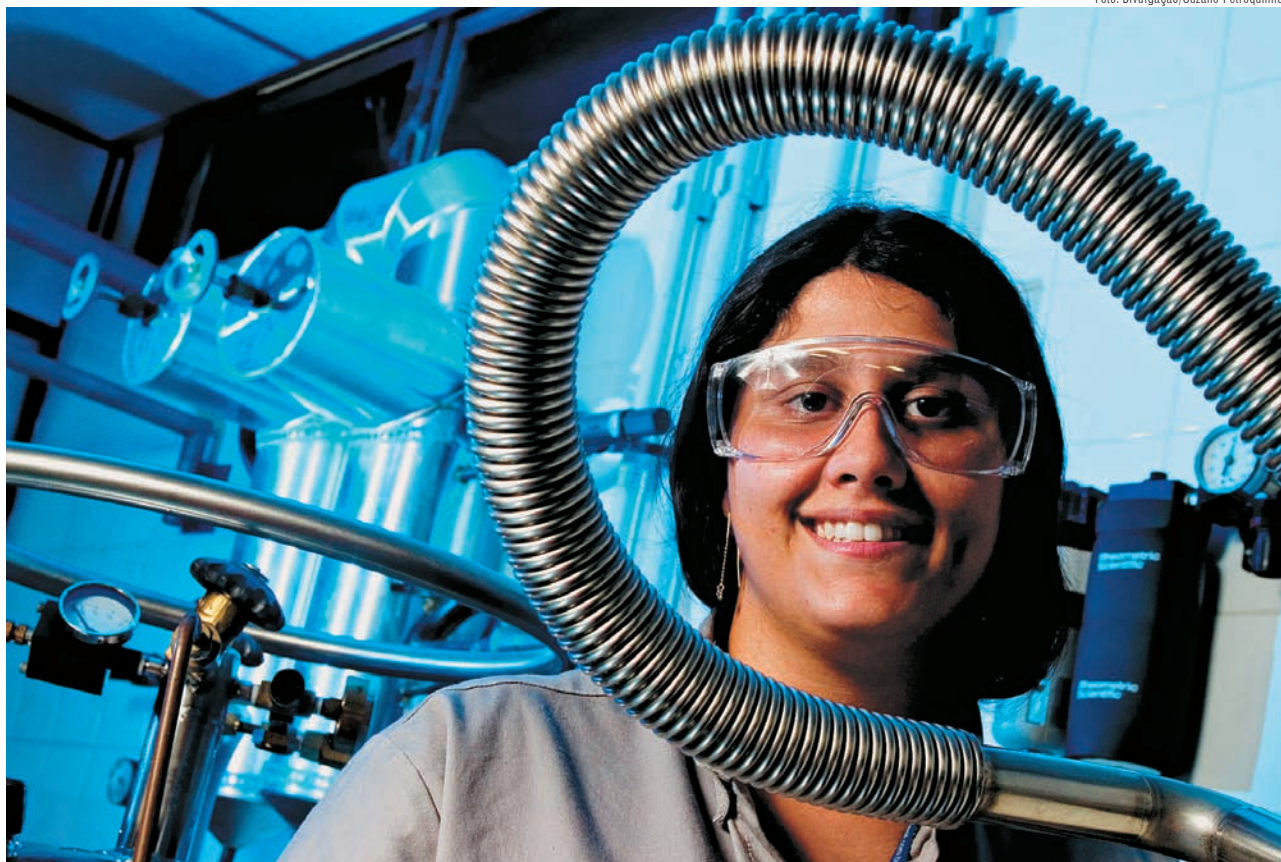
Para Moraes, nos últimos dez anos, o Brasil conseguiu melhorar seu ambiente de negócios. No entanto, em algumas áreas o avanço tem sido muito lento, diz. “Todos esses temas têm de ser discutidos, mas são de solução demorada, pois envolvem longas negociações no Congresso Nacional, especialmente no que se refere à carga tributária e a um novo pacto federativo”, alerta Moraes, acrescentando que “o ambiente de negócios é fundamental para estimularmos as empresas a investirem”. Ele cita o exemplo de alguns estados que implantaram programas especiais para facilitar a abertura de empresas em apenas 30 dias e nem se arrisca a calcular para quanto saltaria o número atual de quase meio milhão de empresas que se registram por ano no país, com uma demora média de cinco meses.

MUDANÇAS Diante de tantas dificuldades, as microempresas acabam caindo na informalidade. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), há hoje no país um universo de quase 14 milhões de empresas sem registro. E há informalidade e falta de transparência também na condução de negócios registrados, como a falta de registros contábeis, de demonstrações financeiras e de balanços. Em situações como esta, o sistema bancário acaba dificultando o acesso ao crédito às micro e pequenas empresas.

É fato que, em alguns dos casos citados como complicadores, já há soluções à

federais, estaduais e municipais em dois tributos sobre o valor adicionado

Foto: Divulgação/Suzano Petroquímica



Alguns dos avanços que se destacam estão na área da concessão de financiamentos para empresas interessadas em investir em inovação tecnológica

vista ou, pelo menos, está caminhando bem a busca de soluções. Moraes relembra, por exemplo, que o Ministério da Fazenda trabalha em uma proposta de reforma tributária que envolve basicamente a união de vários impostos federais, estaduais e municipais em dois impostos sobre o valor adicionado.

A aprovação do Simples Nacional, em vigor desde 1º de julho deste ano, também deu uma importante contribuição para melhorar o ambiente de negócios no Brasil. Dois meses depois de ter entrado em operação, o Simples Nacional ganhou a adesão de 3 milhões de empresas, num universo potencial de 5,5 milhões. Mas, como alerta o pesquisador, o sistema já foi simplificado para micro e pequenas empresas com faturamento até R\$ 2,4 milhões por ano. Falta simplificar a vida das empresas médias.

BUROCRACIA O advogado João Geraldo Piquet Carneiro, que foi o vice-ministro da Desburocratização de 1979 a 1985, diz que o momento é favorável para reduzir a burocracia, mas que, ao contrário, ela vem aumentando. Em entrevista à revista *Veja* no início de setembro, ele disse que “o grande álibi por trás do controle asfixiante dos cidadãos pelo Estado foi a necessidade de elevar a arrecadação tributária e atacar a crise fiscal, mas hoje, ao contrário, as contas públicas estão equilibradas. É a melhor hora para fazer uma mudança em favor do contribuinte”. Ele acrescenta que se o governo “permitir a livre criação de riquezas, ganhará mais dinheiro, porque a base de contribuição dos tributos também crescerá. Da maneira como as coisas estão hoje, poucos conseguem estar em dia com todas as dívidas e normas tributárias”.

Segundo o advogado, “a resposta da sociedade vem na forma de aumento da informalidade, e quem permanece na legalidade acaba pagando mais impostos e com uma burocracia ainda maior”. Ele qualifica como absurda a exigência de certidões emitidas por cartórios ou por repartições públicas para comprovar que as empresas e as pessoas estão em dia com o governo. “Nos anos 1980, foi implementado o certificado de regularidade jurídico-fiscal que unificava todas as certidões e valia por um ano. Isso retrocedeu. Hoje, muitas delas valem apenas por um mês”, diz.

Ele acrescenta que a burocracia e a corrupção caminham lado a lado. “Perante tantas e tão complexas exigências, as pessoas preferem contorná-las mediante algum artifício. Veja o caso de uma obra pública. As brechas para a corrupção co-

O desafio é popularizar os financiamentos para que todas as pequenas e médias

Foto: Divulgação/Suzano Petroquímica



Suzano Petroquímica obteve recursos para desenvolver projeto de nanotecnologia e vai produzir polipropileno ultra-resistente para embalagens e indústria automotiva

BNDES tem amplo programa para inovação

Diante das aceleradas mudanças no mundo tecnológico e da percepção das carências no ambiente de negócios no Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também se preparou para oferecer aos seus clientes diversas linhas de financiamento para a inovação. Até 2005, restrito a programas específicos, como o Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (Prosoft) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica (Profarma), o banco reativou o Fundo Tecnológico (Funtec) e criou duas novas linhas de financiamento à inovação (chamadas de PD&I e Produção). Além disso, dispõe de uma série de mecanismos da área de mercados de capitais, como o Programa de Capital Semente (Criatec), voltado à empresa-semente, ou os fundos *venture capital* e *private equity*, destinados ao fortalecimento das empresas de menor porte.

Segundo o BNDES, as duas novas linhas de financiamento à inovação estão entre as prioridades das suas políticas operacionais, o que o leva a cobrar juros fixos de 6% ao ano, a menor taxa da instituição. Há programas com recursos não reembolsáveis, como o Funtec, finan-

ciamentos reembolsáveis e a participação societária e com debêntures.

Ao apoiar o conhecimento, a direção do BNDES entende também estar inovando. Essa iniciativa inclui nas atividades bancárias os bens intangíveis, muitas vezes de risco elevado e sem possibilidade de oferecer garantias.

No entanto, as linhas de inovação nas modalidades PD&I e Produção vão além dos segmentos tecnologicamente sofisticados da indústria. O banco parte do princípio de que deve desmistificar o conceito de inovação e, assim, incentivar projetos que transformem pesquisa em valor econômico. Afinal, a empresa que não investir em inovação poderá cair na obsolescência e perder mercado.

Na prática, o conceito de inovação foi, no banco, ampliado a partir justamente da percepção do crescimento da competitividade. Com as mudanças de 2005, a Opto Eletrônica foi a primeira empresa a beneficiar-se de um financiamento da linha de inovação, com R\$ 6,8 milhões. Recentemente, o banco aprovou operação de financiamento de R\$ 3 milhões à instalação do Parque Tecnológico da Universidade do Vale dos Sinos (Partec), no Rio Grande do Sul.

empresas tenham acesso à inovação, um sistema que vem sendo reformulado

meçam no próprio edital de licitação. Então, vem a fiscalização da obra e aparece aí outra oportunidade para o jeitinho. Depois vem a liberação do recurso, outro momento. Em um único processo, há várias possibilidades e incentivos à corrupção. O governo não se autofiscaliza e não se deixa fiscalizar.”

O advogado diz que “algumas iniciativas fracassaram, como a simplificação das juntas comerciais. Regredimos em várias áreas, como no caso do processo de abertura de empresas. Mas outras medidas tiveram resultados positivos, como o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas, a criação dos juizados de pequenas causas, que possibilitaram o acesso dos mais pobres à Justiça, com processos desburocratizados, sem necessidade de apresentar papéis, bastando expor o problema oralmente, com serviço gratuito e cobrança só se houver recurso – justamente para desestimular o recurso. Esses exemplos com-

provam que não precisamos viver sob essa burocracia autoritária”.

NOTA BAIXA Outro importante termômetro do ambiente de negócios é o Relatório de Competitividade Global, pesquisa feita pelo Fórum Econômico Mundial (World Economic Forum), abrangendo 125 países, em cuja última edição (2006-2007) o Brasil perdeu nove posições no *ranking*, indo de 57º para 66º. É uma pesquisa de opinião de executivos, que apura dados subjetivos – os executivos respondem a cerca de 150 questões sobre o ambiente no qual seus negócios estão inseridos, apontando sua percepção (no Brasil, 194 executivos participaram da pesquisa). São também levantadas informações como a qualidade das instituições públicas, a independência do poder judiciário e o grau da corrupção na economia.

O Brasil apresentou grandes problemas em diversas áreas. Obteve apenas o

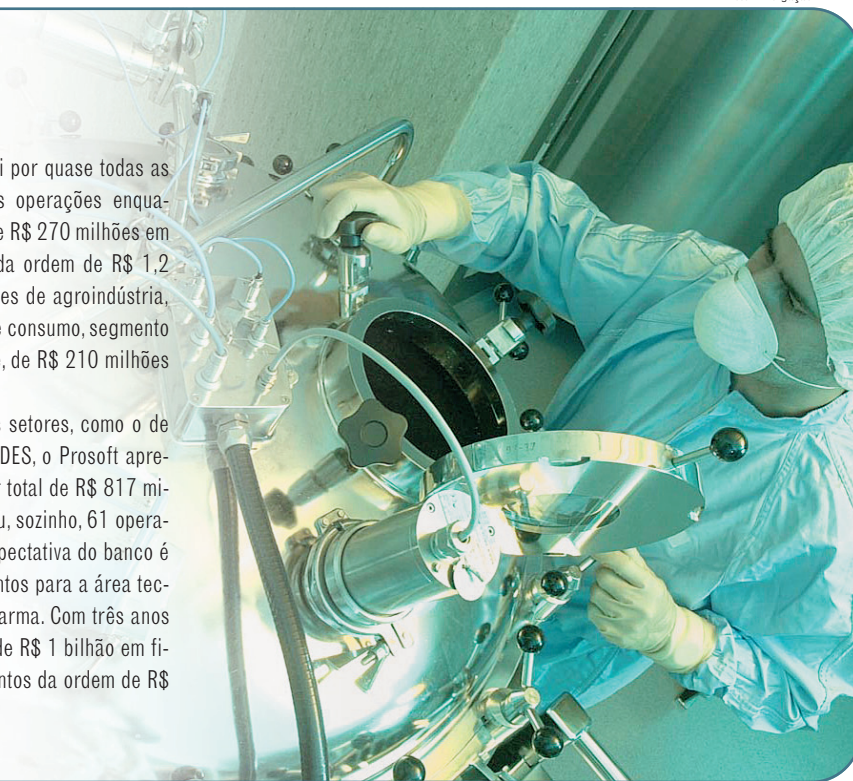
114º lugar no quesito macroeconomia e, em instituições, ficou na 91ª posição. Saiu-se melhor em sofisticação empresarial e em inovação (ambos no 38º lugar). Em educação primária, obteve a 36ª posição, e em educação superior e treinamento (disponibilidade local de serviços de treinamento e pesquisa), a 32ª. Melhor ainda em sofisticação do setor financeiro, com o 28º lugar.

Diz o relatório que “o Brasil continua com problemas que prejudicam a competitividade do país por vários anos: alto *spread* bancário, gastos públicos crescentes e alta carga tributária; setor público ineficiente e incapaz de prover serviços públicos e infra-estrutura de qualidade; um sistema legal complexo, muito burocratizado e lento; e crédito escasso e caro. Além desses problemas tradicionais, as instituições públicas, que vinham obtendo avanços nos últimos anos, tiveram pelo segundo ano consecutivo forte queda

Foto: Divulgação

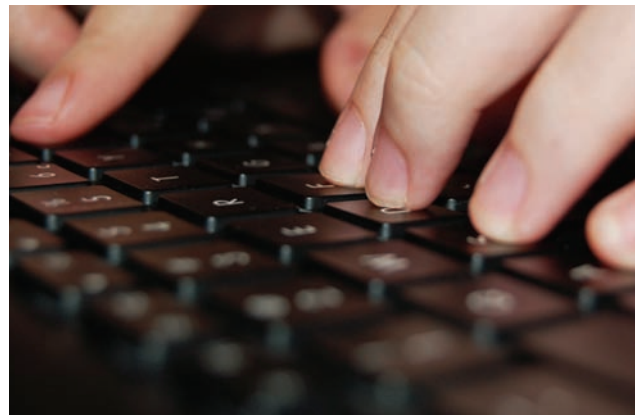
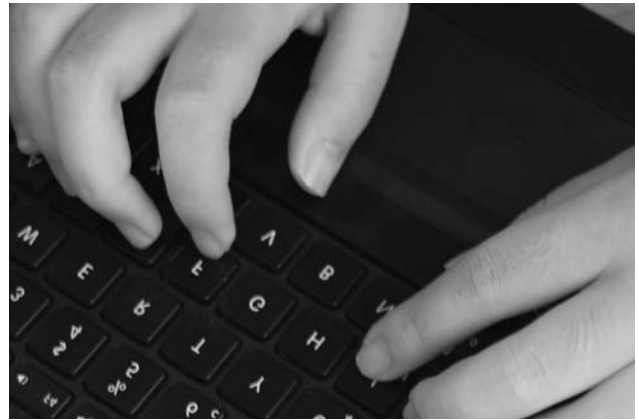
Atualmente, a carteira de Inovação se distribui por quase todas as áreas operacionais do banco. São 23 diferentes operações enquadradas nas linhas de inovação, que somam cerca de R\$ 270 milhões em financiamentos, correspondendo a investimentos da ordem de R\$ 1,2 bilhão. Destacam-se projetos inovadores nos setores de agroindústria, bens de capital, petroquímica, embalagens, bens de consumo, segmento moveleiro e biotecnologia, dos quais a maior parte, de R\$ 210 milhões de financiamento, volta-se à inovação.

Os resultados positivos se repetem em outros setores, como o de software. Ao final de abril de 2007, segundo o BNDES, o Prosoft apresentava uma carteira com 137 operações, no valor total de R\$ 817 milhões em financiamentos. O Prosoft Empresa reuniu, sozinho, 61 operações, com financiamentos de R\$ 572 milhões. A expectativa do banco é de chegar a R\$ 1 bilhão neste ano. Os financiamentos para a área tecnológica também têm espaço significativo no Profarma. Com três anos de atuação, essa linha tem uma carteira de cerca de R\$ 1 bilhão em financiamentos, o que significa alavancar investimentos da ordem de R\$ 1,9 bilhão em 48 diferentes operações.



Foram instituídos 16 fundos setoriais de ciência e tecnologia de 2000 a 2005

Fotos: sxc.hu



Novo marco legal deu base para a ampliação da presença do Estado no apoio à inovação e ao capital empreendedor para empresas iniciantes


na avaliação dos executivos pesquisados”. Diz ainda que “o Brasil vive um momento complexo: enquanto algumas variáveis econômicas apresentam bom desempenho (superávit comercial, inflação abaixo das metas estabelecidas), institucionalmente o país enfrenta uma grave crise”.

Esse índice foi criado em 2004 e se baseia em nove pilares de competitividade: instituições (transparência, corrupção, eficiência do setor público e das auditorias, e ética das empresas); infra-estrutura (transportes, comunicação e energia); macroeconomia (nível de endividamento, inflação, contas públicas e *spread* bancário); saúde e educação primária (impactos das doenças, abrangência educacional); educação superior e treinamento (abrangência e qualidade educacionais, de treinamento e pesquisa); eficiência do mercado (distorções, grau de competição, flexibilidade no

mercado de trabalho e sofisticação do mercado financeiro); prontidão tecnológica (difusão de tecnologias); sofisticação dos negócios (qualidade de fornecedores locais); e inovação (capacidade inovativa).

INOVAÇÃO Moraes, do Ipea, também aponta alguns avanços na área de concessão de financiamentos para a inovação tecnológica, tanto pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) quanto pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que é a agência do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) encarregada de promover e financiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas, universidades, institutos tecnológicos, centros de pesquisa, etc. Os números e exemplos nesses casos são bastante significativos, mudando um quadro de passado inibidor para

empresas que desejavam investir em pesquisa e inovação tecnológica.

O programa de Subvenção Econômica da Finep, lançado em setembro de 2006, concede recursos para empresas públicas ou privadas que desenvolvam projetos de inovação estratégicos para o país. Essa modalidade foi possível a partir da aprovação e da regulamentação da Lei da Inovação (Lei nº 10.903, de 2004). A Suzano Petroquímica, por exemplo, obteve R\$ 508 mil para desenvolver um projeto em nanotecnologia. O objetivo é produzir um polipropileno ultra-resistente, com utilização em embalagens que prolongam a conservação de produtos e peças para a indústria automotiva. No ano passado, a Finep destinou R\$ 480 milhões para o Programa de Subvenção Econômica, dos quais R\$ 270 milhões para 114 projetos nas áreas estratégicas. 

MELHORES PRÁTICAS

Encerrando seu quinto ano de viagens pelo interior do país, em mais de 200 cidades visitadas com seu caminhão-palco, o pianista Arthur Moreira Lima se torna um Villa-Lobos às avessas e leva ao povo brasileiro música clássica compreensível, música popular 'eruditizada' e o canto dos artistas locais

Ele bem poderia continuar morando na Europa, tocando apenas nas salas de melhor acústica e usufruindo o grande sucesso internacional de vendas que conheceu quando ainda era muito jovem, após gravar toda a obra pianística do compositor polonês Frédéric Chopin. Mas, aos 67 anos, o pianista clássico Arthur Moreira Lima passa a maior parte do seu tempo viajando pelas empoeiradas estradas do interior do país com seu comboio que inclui dois enormes caminhões, um deles servindo como palco.

O maestro desafia a má conservação da malha rodoviária levando um piano Steinway & Sons com cauda de 2 metros e 11 centímetros, um instrumento perfeito e com tamanho adequado para os salões de concerto de menor porte. "É um piano grande, muito bem

Um piano pela estrada

Por **Jorge Luiz de Souza**, de São Paulo



Foram 12 cidades à beira do rio São Francisco no primeiro ano, 35 cidades da

Foto: Carlos Gustavo Kersten



O palco é montado em apenas uma hora, com cortinas, som, luzes, um telão de estádio e um piano, que tem que ser afinado a cada viagem

amplificado, responde bem”, assegura ele. E leva outro piano Steinway & Sons de reserva (já aconteceu de o instrumento titular não resistir aos sacolejos do caminhão) e mais um pequeno para estudar – ele faz questão de se exercitar todos os dias. “Tenho que estar em forma. Quando se fica mais velho é mais importante ter que ficar movimentando os dedos.”

João Pedro Borges, violonista clássico e popular, que tocou com o pianista no dia 8 de setembro deste ano, em São Luis, Maranhão, diz que tudo aquilo que o compositor Heitor Villa-Lobos recolheu da musicalidade do povo brasileiro em suas viagens de pesquisa sobre os cantos populares e indígenas, o maestro Arthur Moreira Lima está devolvendo agora. Já são mais de 200 cidades, número completado no dia 14 de setembro, em Alcântara, no Maranhão, e serão 205 ao encerrar o circuito deste ano dia 30 de setembro, no Rio de Janeiro.

Com medo de estar exagerando, o maestro calcula que nesses cinco anos com o caminhão-palco pode ter tocado para 1 milhão de pessoas. Mas não é

exagero. Vários concertos atraíram mais de 10 mil pessoas, e já houve casos de reunir quase a população inteira de uma cidade, pelo poder de atração sobre municípios vizinhos. “Meu projeto musical está voltado para o espetáculo, para o social, para o público. A gente passa alguns meses viajando e o resto preparando a próxima viagem. Nesse ínterim eu dou um concerto aqui, outro acolá, mas eu vivo em função desse negócio aqui no Brasil. A minha vida é isto agora. Estou focado nisto”, afirma.

INSPIRAÇÃO Um projeto desse tipo só teve precedente com o cantor popular Luiz Gonzaga, que nos anos 1950 viajava pelo interior com um caminhão que, sem adaptação nenhuma, era usado como palco. Moreira Lima conta que a ideia de construir um palco móvel para apresentações em cidades do interior surgiu quando ele era subsecretário de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, na gestão Leonel Brizola, com Darcy Ribeiro como titular da secretaria. “Eu era encarregado do interior e planejei uma série de concertos

com apoio das prefeituras. Via aqueles palco que se montam e desmontam, que são muito feios e também pouco práticos, além de custar muito dinheiro para as prefeituras, utilizar muita mão-de-obra, dois dias para montar, e depois do show ficam lá dois ou três para desmontar. Eu queria uma coisa mais dinâmica.”

Resolveu comprar um caminhão com dinheiro do próprio bolso e mandou instalar um baú adaptado para funcionar como palco. “Comprei logo o melhor que havia, um Scania, porque tem suspensão a ar, e aí o piano sofre muito menos”, diz. O veículo ficou pronto em setembro de 2001 “e só fui botar o pé na estrada para valer, no primeiro circuito, pelo rio São Francisco, em 2003. Fiquei dois anos parado, eu pagando o seguro, e só toquei em três ou quatro concertos, do tipo concerto número zero. O público gostou, mas eu tinha que encontrar patrocínio, e aí tive algumas dificuldades”, conta o músico.

O problema era encontrar o formato certo para o projeto. “Eu fui vendo que, para dar certo, tem que ter um circuito, tem que ter um tema, até para atrair patrocina-

fronteira do país no segundo circuito e neste ano 57 cidades recebem o músico

dores. No início, cheguei a pensar que podia ficar à disposição, fazer um anúncio e quem quisesse um concerto que chamasse o caminhão. Depois vi que não era assim. Tem que saber vender a idéia. Eu custei a entender”, reconhece. “O caminhão-baú ficou muito bom, mas do ponto de vista estético faltava muita coisa, eu tive que mandar decorar”, acrescenta, explicando que até hoje faz constantes aprimoramentos no seu equipamento móvel.

BEIRA-RIO O primeiro ano do projeto, em 2003, se chamou “São Francisco – Um Rio de Música”, e foram visitadas 12 cidades que margeiam o rio São Francisco. No ano seguinte, ele utilizou o caminhão-palco para várias excursões curtas: São Paulo – 450 Anos; Companhia Telefônica do Brasil Central (CTBC) – 50 anos; Embratel 21; e Light – 100 Anos, esta já em 2005. No restante de 2005 e no decorrer de 2006, o maestro fez seu segundo grande circuito, que se chamou “Um Piano pela Estrada – Nos Caminhos da Fronteira” e alcançou 35 cidades localizadas ao longo dos limites terrestres do país, do Chuí (RS) a Xapuri (AC).

Este ano, são 57 cidades, visitadas desde o início de maio até o final de setembro – um roteiro tão longo que precisou ser dividido em três etapas e, além disso, abrir brechas para rápidas fugas do pianista, para apresentações como a do dia 7 de setembro, ao ar livre, em Brasília, nas festividades pelos 185 anos de independência do Brasil, com o Concerto nº 1 para piano e orquestra de P. I. Tchaikovsky, com Moreira Lima como solista, acompanhado da Orquestra Sinfônica Nacional da Universidade Federal Fluminense (OSN/UFF).

Desta vez, o projeto se chama “Um Piano pela Estrada – Nos Caminhos de JK”. São 21 cidades do Maranhão, dez de Minas Gerais, dez cidades-satélites do Distrito Federal, seis de Goiás, seis de Tocantins, três do Pará e o encerramento no Rio de Janeiro. Vai continuar? “Ah, sim, claro!”, responde prontamente. “No ano que vem, vamos descer pelo Nordeste, ainda há cidades do

Tocantins em que não fomos, há muitos lugares de Minas Gerais que ainda falta fazer, quero voltar a Goiás, percorrer o Sul...”

POLIVALÊNCIA O segundo caminhão é um Volvo, comprado em 2004, e leva equipamentos de som equivalentes aos de um trio elétrico, luzes e um telão. “Antigamente, eu tinha um caminhão pequeno de apoio, mas ele não acompanhava direito e atrasava o comboio. Chegamos a fazer até dois concertos no mesmo dia em cidades diferentes, e as estradas nem sempre são boas”, diz o maestro. Os técnicos de som e luz acompanham todo o roteiro. “São pessoas dedicadas, cada um faz um pouco de tudo”, elogia o maestro. E realmente todos acumulam funções. Por exemplo, Carlos Gustavo Kersten é um exímio afinador de piano, que, em cada cidade que chega, deixa o instrumento montado e afinado em uma hora, mas é também o fotógrafo oficial do projeto (são deles as fotografias que ilustram esta reportagem).

E sobre seu companheiro nº 1 de viagem, o maestro fala com especial carinho. “Esse instrumento que eu estou usando aqui foi meu primeiro piano de grande qualidade, que comprei em 1971, quando ia me mudar de Moscou para Viena. Foi o piano em que estudei durante muitos anos, quando eu morava na Europa. Felizmente, hoje eu tenho uma porção de pianos, e desde o ano passado ele passou a ser o titular do caminhão. Agora ele está realmente cumprindo uma função nobre.”

O comboio do maestro é composto por um caminhão-teatro Scania, ano 2001, versão 260 94, com o baú adaptado para teatro móvel pela empresa Carroçarias Argi, de Jaraguá do Sul (SC), que se transforma em palco em apenas uma hora, com 45m² de área de cena; um caminhão de apoio Volvo, ano 2004, versão VM 23 240, para transporte de três pianos, equipamentos de som, luz e telão; um microônibus Renault Master para transporte de parte da equipe; uma van Renault Master para carga; um veículo de passeio Renault, para transporte do artista.

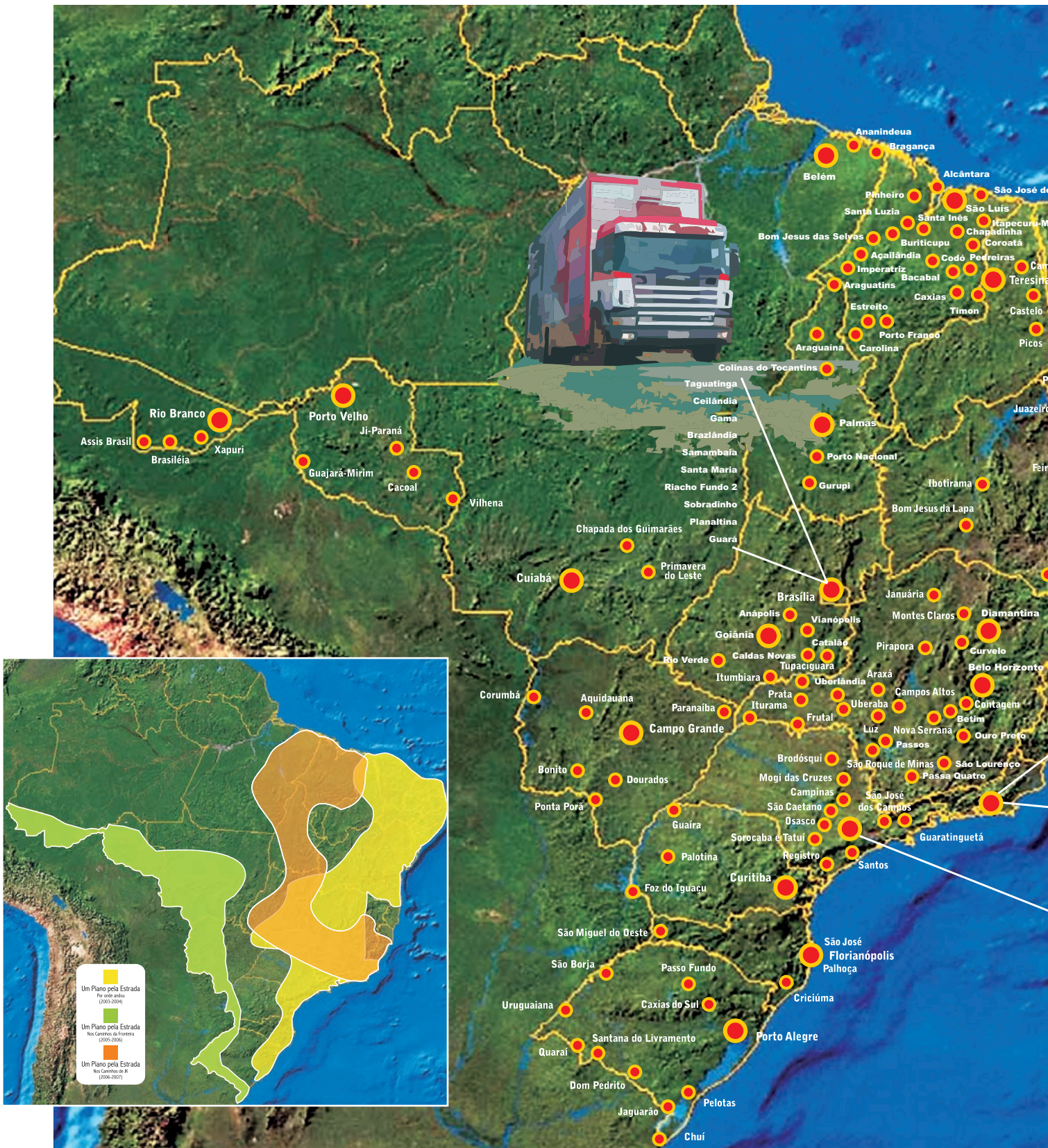
Conforme a cidade, há concertos grandes ou pequenos, mas sempre a platéia comparece em massa



Foto: Carlos Gustavo Kersten

Conforme a cidade, há concertos grandes ou pequenos, mas sempre a platéia comparece em massa

Moreira Lima já gravou nos Estados Unidos, Inglaterra, Rússia, Japão, Suíça,



Bulgária e Polônia; no repertório, Chopin, Bach, Beethoven, Mozart e Villa-Lobos

Mapas: Damascom

Foto: Carlos Gustavo Kersten



Em mais de 200 cidades o maestro subiu ao seu palco móvel e cativou o público até o fim do show

INTERNACIONALIZAÇÃO Moreira Lima é carioca, torcedor fanático do Fluminense Futebol Clube e alcançou a fama internacional em 1965, ao ganhar o segundo lugar no 7º Concurso Chopin, em Varsóvia, na Polônia, e ser aplaudido durante 20 minutos. Estudava piano desde os 6 anos de idade, e aos 8 já se apresentava na Associação Brasileira de Imprensa. Com 9 anos, fez seu primeiro concerto profissional, no Teatro da Paz, em Belém do Pará, e ganhou o concurso para jovens solistas da Orquestra Sinfônica Brasileira. Voltou a ganhar esse concurso dois anos depois. Foi aluno da professora Lúcia Branco, que tinha na mesma época outro aluno que ficou famoso: Antonio Carlos Jobim.

Foi estudar por três anos com Marguerite Long em Paris, em 1959, e em 1963 ganhou uma bolsa para o Conservatório Tchaikovsky, em Moscou, onde estudou por cinco anos, mas ficou mais três na cidade, fazendo pós-graduação e sendo assistente de cátedra de Rodolf Kehrler. Moreira Lima laureou-se também no Concurso de Leeds, na Inglaterra, e no Concurso Tchaikovsky, em Moscou. Foi o intérprete na primeira audição mundial do Concerto nº 1 de Heitor Villa-Lobos no Japão, Rússia, Áustria e Alemanha, e o gravou com a Or-

Ele é capaz de armar um repertório de Chopin a Pixinguinha, em qualquer palco,

Foto: Carlos Gustavo Kersten



No extremo sul do país, em Uruguiana, na fronteira com a Argentina, no circuito de 2005/2006

questra da Rádio de Moscou. Desde então, tem feito turnês em todos os continentes e lotando salas de concertos do mundo.

Moreira Lima já gravou nos Estados Unidos, Inglaterra, Rússia, Japão, Suíça, Bulgária e Polônia. No repertório: J. S. Bach, L. van Beethoven e W. Mozart (as sonatas), Chopin (integral da obra para piano e orquestra com a Filarmônica de Sofia, todos os noturnos, Polonaises, valsas, prelúdios e scherzi). Gravou ainda uma antologia da obra pianística de Villa-Lobos (em três volumes), de Radamés Gnattali e de P. I. Tchaikovsky, assim como os grandes concertos para piano e orquestra (S. Rachmaninov, Tchaikovsky e Mozart) com grandes formações sinfônicas européias, como as orquestras da Rádio da Polônia, da Rádio de Moscou e de Câmara de Moscou.

Conseguiu importantes prêmios internacionais e tornou-se um dos campeões de venda de música erudita no Japão. E o álbum “Chopin Favourites”, gravado para a Nippon Columbia, continua até hoje um dos mais vendidos da gravadora japonesa.

Voltando para o Brasil depois de quase 20 anos na Europa, tornou-se o maior vendedor de música instrumental no país

Um sorriso pela estrada

Além das 14 pessoas que compõem a equipe do maestro Arthur Moreira Lima, ele também é acompanhado em todas as viagens pela própria esposa, a odontóloga Margareth Monteiro Garrett, e pela filha do casal, Grasiela Garrett da Silva, também odontóloga. As duas dentistas realizam em cada cidade visitada uma atividade paralela – o projeto “Um Sorriso pela Estrada”. Vão a escolas da rede pública com uma programação educativa.

Elas levam um tratamento preventivo em saúde geral e bucal, fazem palestras e demonstrações práticas, e entregam às crianças kits de higienização e folders de orientação aos pais ou responsáveis. Como método, utilizam atividades lúdicas. Por exemplo, fazem escovação supervisionada nas crianças, utilizando escovódromos, que são pias portáteis criadas especialmente para esse fim.

No caminhão auxiliar do comboio do maestro Moreira Lima vai também um consultório odontológico portátil. Nele são feitas demonstra-

ções sobre os procedimentos clínicos preventivos como profilaxia e aplicação de flúor.

O trabalho de educação odontológica é feito desde o primeiro ano do projeto, que foi intitulado “São Francisco – Um Rio de Música”, em 2003. O programa paralelo, realizado nas escolas públicas de todas as cidades visitadas, chamou-se “São Francisco – Um Rio de Sorrisos”. O projeto de 2005/2006 se chamou “Um Sorriso pela Estrada – Nos Caminhos da Fronteira”, e o deste ano se chama “Um Sorriso pela Estrada – Nos Caminhos de JK”.

Segundo a odontóloga Margareth Monteiro Garrett, “estamos tentando mudar a realidade da saúde bucal, levando noções básicas de nutrição e higiene. Tentamos mudar os hábitos. Nós temos um consultório portátil, que montamos em cidades onde não tem dentistas. Mas a solução do problema não é só ter consultório. As pessoas precisam ter acesso à educação básica, aprender a escovar os dentes e saber como se deve mastigar os alimentos.

não se importando se o público paga dezenas de dólares ou assiste de graça

Foto: Carlos Gustavo Kersten



Ilustração: Damascom



A placa no cruzamento ferroviário parece adivinhar o que vai acontecer em mais uma cidade do interior

ao reviver a obra de Ernesto Nazareth, com um álbum incluído na lista das melhores gravações do ano pela *Stereo Review Magazine*, dos Estados Unidos. Seu disco reunindo as “Valsas de Esquina”, de Francisco Mignone, é considerado um clássico. A crítica especializada o elogiou dizendo que ele deu uma nova dimensão às valsas, e o próprio Mignone afirmou ter apreciado na interpretação de Moreira Lima a contribuição pessoal do intérprete.

Nos anos 1980, nova experiência heterodoxa. O álbum “ConSertão” e uma série de apresentações por todo o país num quarteto formado com o cantor e violero Elomar, o saxofonista Paulo Moura e o violonista Heraldo do Monte. Gravou também com o cantor seresteiro Nelson Gonçalves. Foi também dele a primeira gravação de Brazílio Itiberê, o mais importante autor nascido no Paraná que, até 1955, permanecia praticamente inédito e desconhecido. Em 1996, apresentou onze álbuns com peças dos principais compositores brasileiros, incluindo um registro histórico: ele tocando sob regência de Radamés Gnattali. Por seu trabalho discográfico no Brasil, recebeu por duas vezes consecutivas o Prêmio Sharp (em 1989 e 1990).

Em 1997, começou a dedicar-se à grava-

ção das transcrições para piano que ele mesmo fez das obras do compositor argentino Astor Piazzolla. Lançado internacionalmente pelo selo Olympia em 1999, o álbum foi considerado na França como “Disco do Mês” pela revista *Répertoire*, e, na Suíça, pela revista *Tipptopp*. A revista *Gramophone*, na Inglaterra, escreveu que Moreira Lima “captou magicamente a fantasia e grandiosidade da música”, e a *BBC Music Magazine* publicou que ele “é um marcante e eloqüente campeão de Piazzolla. Este CD certamente irá converter os cétricos”.

NA MANGUEIRA Num curto texto biográfico sobre Moreira Lima, o jornalista Eric Nepomuceno escreveu que “com a mesma concentração, o mesmo empenho e o mesmo preparo com que se apresentou no Lincoln Center, de Nova York, apresentou-se na garagem de ônibus da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Ele é capaz de armar o mesmo repertório, indo de Chopin a Pixinguinha, em qualquer palco do mundo, não importa se o público está pagando dezenas de dólares ou assistindo de graça. Tanto vale a gravata do Municipal como o bermudão da Rocinha. Pode ser um teatro elegante de Recife, pode ser a

quadra da Escola de Samba Mangueira. Trata-se, para ele, de respeitar o público sempre com idêntica reverência”.

Diz ainda o jornalista que “ele já se apresentou com as filarmônicas de Lenigrado, Moscou e Varsóvia, com as sinfônicas de Viena, Berlim e Praga. Já tocou sob a regência de Jesus Lopes-Cobos, Mariss Jansons, Vladimir Fedosseyev e Sir Charles Groves. Teve sua gravação das obras completas de Chopin considerada pela crítica norte-americana como “o mais importante registro pianístico do ano”. O crítico Dominic Gill, do *Financial Times* de Londres, considerado um dos mais rigorosos da Europa, escreveu que “Moreira Lima sabe tudo sobre o piano romântico, fazendo seu instrumento falar”. Já passou por tudo isso e por muito mais. Guarda, porém, com especial carinho a lembrança da revista suíça que afirma que ele era “o Pelé do piano”.

Entre as orquestras e os regentes famosos com quem já se apresentou, estão as filarmônicas de Leningrado, Moscou e Varsóvia, as sinfônicas de Berlim, Viena, Praga, BBC de Londres, National da França, sob a direção de Kurt Sanderling, Kirill Kondrashin, Mariss Jansons, Serge Baudo, Jesus Lopez-Cobos, Sir Charles Groves, Vladimir Fedosseyev, Rudolf Barshai, entre outros. A revista *Caras* lançou em 1998 e 1999 uma coletânea de 41 CDs na qual Moreira Lima interpreta de J. S. Bach a Bela Bartok, incluindo compositores brasileiros como Villa-Lobos, Radamés Gnattali e Nazareth. No total, mais de cem compositores europeus, americanos e brasileiros, clássicos e populares. 

Pesquisa e texto Sérgio Garschagen

ciência&inovação

CIRCUITO

Saúde

Males da hipertensão

A notícia foi divulgada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp): a tendência genética à hipertensão arterial está associada aos fatores que desencadeiam uma das mais freqüentes complicações crônicas do diabetes: a retinopatia diabética, lesão na retina que pode levar à cegueira. A relação foi demonstrada pela primeira vez por pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O estudo foi realizado por Jacqueline Mendonça Lopes de Faria, professora da Faculdade de Ciências Médicas (FCM). O projeto, concluído em junho, foi a base de um novo estudo sobre o tema, já em andamento. "Graças aos hábitos alimentares e ao sedentarismo, a doença está em franca expansão no mundo ocidental. Por outro lado, os diabéticos hoje vivem mais, o que torna as complicações crônicas cada vez mais comuns", disse a pesquisadora à Agência Fapesp.



Foto: sxc.hu



Foto: sxc.hu

Tempestades

Menor quantidade, porém mais fortes

Programa de computador desenvolvido pela agência espacial norte-americana Nasa indica que há uma tendência de aumento do poder de devastação das tempestades em todo o mundo, mas a quantidade de tempestades deve diminuir.

O modelo foi testado com condi-

ções climáticas atuais. Os pesquisadores verificaram, além dos episódios de tempestades violentas globalmente, a alta prevalência de raios sobre regiões tropicais, especialmente na África e na Amazônia. Também identificaram a quase ausência de raios em tempestades oceânicas.

Num cenário hipotético com o dobro dos níveis atuais de dióxido de carbono e uma temperatura superficial média 5°C maior que a atual, a análise final é de que os continentes se aquecerão mais do que os oceanos. Os efeitos combinados causarão mais tempestades continentais.

Tecnologia

Capital de risco

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência do Ministério de Ciência e Tecnologia, vai investir em um novo fundo de capital de risco (*venture capital*) para apoiar empresas inovadoras de pequeno porte que não conseguem empréstimos no sistema bancário por falta de garantias reais. A previsão da Finep é aplicar, nos próximos quatro anos, R\$ 32,5 milhões, distribuídos entre cerca de dez empresas inovadoras, principalmente dos estados do Rio e São Paulo, e que faturem entre R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões por ano. A Finep já concluiu a captação de recursos junto ao Banco

Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 2,1 milhões e o fundo deverá começar a operar no primeiro trimestre de 2008. O aporte máximo por empreendimento será de R\$ 4,8 milhões, com valor médio dos empréstimos em torno de R\$ 3 milhões. O foco está em negócios que, embora ainda pequenos, apresentem um ciclo comercial completo — a Finep não vai apoiar idéias, mas empresas que já estejam no mercado, tenham produtos sendo comercializados, disponham de clientela formada, canais de distribuição estruturados e faturamento comprovado.

Corrida espacial

Satélite sino-brasileiro

O Cbers-2B, terceiro satélite do programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (Cbers), chegou na última semana de agosto ao centro técnico da base de Taiyuan, na China, para ser lançado pelo veículo espacial Longa Marcha 4B. O coordenador do Programa Cbers no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Cartaxo, acompanha na China o trabalho em conjunto dos técnicos dos dois países. Na China, o programa está sob a responsabilidade da Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (Cast).

Fármaco

Choro que salva

Todos os anos, morrem no Brasil, principalmente nos municípios mais carentes, cerca de 50 mil recém-nascidos por causa da síndrome da insuficiência respiratória. O clássico choro dos bebês abre os alvéolos pulmonares e permite o início do processo respiratório. Quando o nascituro não chora, ocorre a síndrome, que mata por sufocamento. A solução mais eficaz é a aplicação de uma droga produzida a partir do surfactante pulmonar de suínos, atualmente importada por R\$ 400 a dose. A boa notícia é que o Instituto Butantan desenvolveu um

biofármaco quatro vezes mais barato — R\$ 100 por dose. O Butantan pretende iniciar a produção em novembro, com escala de 100 mil doses anuais e matéria-prima fornecida gratuitamente pela empresa agroindustrial Sadia. O Ministério da Saúde entregará o produto gratuitamente a todos os hospitais públicos ou ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS). No futuro, o remédio nacional poderá ser exportado, principalmente para países em desenvolvimento. A síndrome é responsável pela morte de 2 milhões de bebês anualmente, em todo o mundo.

Aquecimento global

Entenda as conseqüências

O aquecimento global e suas conseqüências no sistema solo-planta-atmosfera é o tema de uma série de palestras a serem realizadas, sempre aos sábados, no Departamento de Ciências do Solo da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), em Piracicaba, coordenada pelo professor Luís Reynaldo Ferracciú Alleoni, do Departamento de Ciências do Solo. O número de vagas está limitado a 70 pessoas e as inscrições podem ser feitas pelo telefone (19) 3417-6604 ou pelo site http://www.fealq.org.br/curso_evento_centro_difusao.asp

Programação:

29 de Setembro

“Alterações no clima devido ao aquecimento global — Conseqüências das mudanças no clima para as plantas e solos” — professor doutor Paulo César Sentelhas, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq).

27 de Outubro

“Efeito das mudanças climáticas nas relações patógeno-hospedeiro — Impacto das mudanças climáticas sobre doenças de plantas” — professora doutora Raquel Ghini, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

10 de Novembro

“Mudanças climáticas e o agro-negócio no Brasil; Alterações no zoneamento agroclimático de plantas cultivadas no Brasil — Agricultura como mitigadora do aquecimento global” — doutor Eduardo Delgado, da Embrapa.

24 de Novembro

“Opções de mitigação: biomassa vegetal como fonte de energia” — prof. dr. Weber Amaral, da Esalq. “Pólo Nacional de Biocombustíveis: Emissões de gases do efeito estufa na produção e uso de etanol de cana” — dr. Isaias Macedo, da Unicamp.

Raio UV

Consulte o cartão

Um simples cartão permitirá a qualquer pessoa saber quando deve deixar a praia ou sair do sol. Desenvolvido por pesquisadores do Instituto de Química da USP, o cartão mede o nível de exposição aos raios ultravioleta (UV) e informa aos usuários — de modo simples, acessível — quando a radiação passa a ser nociva.

O trabalho rendeu a conquista do prêmio NanoEurope 2006 (categoria médica), na Suíça, um dos maiores congressos de nanotecnologia da Europa. A patente está formalmente registrada, desde junho,

no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

O cartão apresenta círculos na cor roxa. Uma vez exposto à radiação UV, e conforme passa o tempo, os círculos desbotam, se tornam lilás, e com o tempo, um lilás cada vez mais claro. E quem estivesse de posse do cartão — ele não é comercializado — poderia conferir, visualmente, se os minutos ou horas passados sob o sol representam perigo. Numa hipotética escala, o roxo indicaria, por exemplo, zero minuto. O lilás, uma hora.



Foto: sxc.hu

Pecuária

Carne com menos colesterol

A suplementação da ração bovina com sulfato de cobre diminuiu a deposição de colesterol no contrafilé, sem causar efeito tóxico, segundo estudos realizados na Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo (USP), em Pirassununga. Foram utilizados 28 bovinos da raça *brangus*, considerada uma das que produzem carne de melhor qualidade. Antes de serem abatidos, os animais permaneceram em baias individuais por 131 dias, alimentados com ração à base de silagem de milho e uma

mistura mineral contendo sulfato de cobre, que é amplamente utilizado para a promoção do crescimento em animais como suínos e frangos, neste caso em doses que chegam a até 200 miligramas por quilo de ração.

Mesmo em quantidades elevadas como essa, o cobre não é transferido para a carne.

Artigo sobre o tema será publicado em revista científica nacional, para que os resultados do trabalho sejam utilizados por qualquer criador interessado. Mais informações: mzanetti@usp.br

livros e publicações

ESTANTE

As relações internacionais do Brasil, versão academia

Terreno antes ocupado pela produção estrangeira, o campo das relações internacionais vem ganhando edições importantes a cargo de pesquisadores brasileiros. Estes dois volumes constituem o mais recente exemplo de como a produção nacional avançou na última década e meia.

O primeiro está dividido em três partes: “Linhas e Forças”, de cunho generalista e conceitual; “Antigas e Novas Parcerias”, voltada para as relações bilaterais ou regionais: Estados Unidos, Europa, Ásia, África e mundo árabe; e “O Brasil e o seu Entorno”, sobre Mercosul, América do Sul e Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O segundo aborda o multilateralismo político e econômico, os grandes temas da agenda internacional contemporânea, do ponto de vista do Brasil, e o debate sobre as opções de política internacional do Brasil (Congresso, empresariado e academia, problema federativo).

A visão de um “antes” e um “depois” na política externa do período recente comparece no primeiro texto, do professor Amado Cervo. Ele acha que “o neoliberalismo impregnou a inteligência dos dirigentes brasileiros nos anos 1990”, que essa doutrina “aceitou limites para a soberania” e “encaminhou o País para o desenvolvimento associado promotor de dependências estruturais” e que os “desenvolvimentistas” conseguiram antever os “resultados do neoliberalismo que desejavam evitar”. Frente a tantas certezas, nessa visão que distingue entre um mundo “associado” (necessariamente “neoliberal”) e um outro “autônomo” (obviamente desenvolvimen-

tista), fica difícil reconhecer as continuidades na frente diplomática, um universo pleno de matizes e de interesses contraditórios, mas que não costuma separar o mundo entre “gregos” e “troianos”.

A segunda parte do primeiro volume, dedicada às antigas e às novas parcerias, é mais uniforme em sua metodologia, uma vez que é voltada para o exame das relações bilaterais do Brasil com grandes atores. A terceira parte é toda ela dedicada ao entorno geográfico brasileiro, com três capítulos bem delimitados, um deles sobre a finada Alca.

O segundo volume, voltado para o multilateralismo e para a agenda diplomática internacional do Brasil, constituiria, segundo o prefaciador José Flávio Saraiva, “um exemplo marcante da renovação epistemológica e metodológica que está em curso na investigação das relações internacionais do Brasil”, afirmação exagerada, tendo em vista que os textos abordam questões tradicionais da agenda internacional, esforçando-se os autores por apresentar as questões da melhor forma possível, sem que se vislumbre, porém, alguma “ruptura epistemológica” com os padrões conhecidos na academia.

Os organizadores acreditam que “uma mudança extraordinária processou-se no sistema de relações internacionais do Brasil desde o final da guerra fria”. Qual seria?: “a descrença com que o País via as organizações internacionais se converteu em um entusiasmado engajamento, manifestado como uma fé inabalável nas virtudes do multilateralismo político e econômico”. Esse “entusiasmo” pode ser novidade apenas para *outsiders*, uma vez que a diploma-

cia brasileira sempre atribuiu importância às instituições multilaterais, geralmente consideradas, junto com a defesa do direito internacional, como o recurso obrigatório daqueles que não possuem poder real.

Os quinze capítulos cobrem a Organização das Nações Unidas (ONU), o sistema interamericano, os regimes internacionais, o Gatt-OMC (a Organização Mundial do Comércio e seu antecessor, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e questões de comércio internacional, o G-3 e o G-20, as relações do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os direitos humanos, a política externa ambiental, questões de segurança, as operações de paz da ONU e a participação do Brasil, as estratégias de desenvolvimento social e de combate à pobreza, o papel do Congresso e dos empresários na política externa, o federalismo nas relações exteriores e, por fim, a constatação, a partir do crescimento da produção acadêmica e da expansão da formação de quadros especializados, de que estaria havendo um “adensamento do pensamento brasileiro em relações internacionais”. Trata-se de uma obra bem-vinda, que passa a representar uma referência indispensável para os estudos da e na área. Um índice remissivo e uma bibliografia consolidada dos títulos mais importantes para cada seção temática seriam muito úteis numa segunda edição da obra.

Paulo Roberto de Almeida

(pralmeida@mac.com; www.pralmeida.org)



Relações internacionais do Brasil: temas e agendas

Henrique Altemani de Oliveira e Antônio Carlos Lessa (organizadores), Editora Saraiva, 2006, 2 volumes, R\$ 65,00 e R\$ 79,00

Desvendando os negócios do outro lado do mundo

De autoria do professor Gilmar Masiero, o livro lançado pela editora Saraiva chega em boa hora. Frente à intensificação das relações do Brasil com os países asiáticos e diante da escassa literatura no país sobre o tema, levanta pontos importantes para aqueles que querem conhecer os países que alcançaram sucesso econômico e desejam desvendar seus caminhos e/ou fazer negócios com eles.

Trata-se de uma análise dos principais aspectos do desenvolvimento econômico do Japão, Coréia do Sul e China, a partir de uma visão abrangente desses processos, passando pela discussão das características de seus sistemas gerenciais e pelas relações diplomáticas e de comércio e investimento do Brasil com aquelas três economias.

Ao se mergulhar no texto, nota-se que, quanto ao método, ele foi organizado “do todo para a parte”. O tema, apesar de sua complexidade, é colocado dentro de uma moldura em que a apresentação das peculiaridades não sacrifica a compreensão geral. O livro tem sua estrutura argumentativa distribuída em três partes: nos três primeiros capítulos, são traçadas as principais linhas do desenvolvimento econômico do Japão, Coréia do Sul e China, centrando em aspectos importantes da construção de seus sistemas industriais e financeiros, das reformas, das questões políticas e ideológicas e das dimensões culturais.

O autor mostra com muita propriedade que as empresas japonesas, por exemplo, têm liderado o desenvolvimento econômico no Leste Asiático e que os grandes grupos empresariais de hoje (também os coreanos) nasceram à sombra de fortes políticas governamentais. No caso da China, sua expansão econômica vem sendo permeada de uma cuidadosa política cambial e de uma refor-

ma financeira que colocou as finanças a serviço da produção.

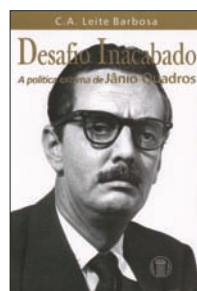
Já os capítulos 4, 5 e 6 descrevem as características gerais e particulares de cada um dos sistemas gerenciais das empresas dos três países, que estão longe do modelo ocidental de administração de empresas ilustrado pelo “sonho americano” de mobilidade. Naqueles sistemas produtivos, a importância do Estado, da ideia de grupo, família e cooperação só encontram amparo em sociedades não totalmente permeadas por valores individualistas e onde a “vergonha” regula a conduta social. Por fim, no capítulo 8, o professor Masiero faz a pergunta que não quer calar: “O que fazer para o Brasil voltar a crescer economicamente?”. Vale a pena conferir a lista dos itens “pró-crescimento” observada pelos países asiáticos.

O livro apresenta não apenas a economia daqueles países e a organização de suas empresas, mas também enriquece muito o tema ao colocar aspectos pouco conhecidos do “lado de cá” relacionados às dimensões políticas, sociológicas e culturais dos mesmos e que, diga-se de passagem, são essenciais para compreendermos a lógica oriental de crescer e de fazer negócios.

Luciana Acioly da Silva
(luciana@ipea.gov.br)



Negócios com o Japão, Coréia do Sul e China – Economia, gestão e relações com o Brasil
Gilmar Masiero
Editora Saraiva, 2007, 356 páginas, R\$ 68,00



Desafio Inacabado: a política externa de Jânio Quadros

Carlos Alberto Leite Barbosa
Editora Atheneu, 2007, 364 páginas, R\$ 47,00

Jânio Quadros, diplomata

O governo do imprevisível Jânio Quadros durou 205 dias, de janeiro a agosto de 1961, mas foi provavelmente um dos mais “empolgantes” – qualquer que seja o sentido que se dê à palavra – que a história política do Brasil conheceu. A sua diplomacia também ficou inacabada, muito embora a “política externa independente” tenha tido continuidade no governo João Goulart e depois, em pleno regime militar, com a renovação operada nas prioridades diplomáticas a partir de Geisel.

O jovem diplomata Leite Barbosa, formado em 1959, acompanhou o errático presidente enquanto espectador privilegiado, lotado no seu gabinete do começo ao fim, ou mesmo antes, pois que participou da campanha eleitoral. O livro, bem pesquisado e recuperando no “baú da memória” fatos e pessoas que a história documentada não registrou, oferece uma contribuição excepcional ao estudo da política externa do sítio do chefe de Estado, contraditório nas ações e surpreendente nas palavras. São reproduzidos alguns dos seus famosos “bilhetinhos”, tão difíceis, ao Itamaraty, de cumprir quanto, na verdade, entender. Um livro de um verdadeiro *insider*, indispensável, doravante, aos pesquisadores do período.

Paulo Roberto de Almeida
(pralmeida@mac.com; www.pralmeida.org)

por **Jorge Luiz de Souza**

INDICADORES

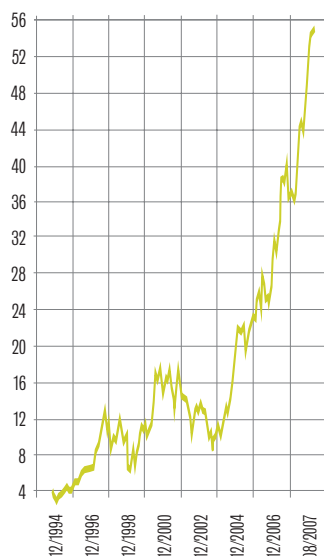
O que é?

Ibovespa

O Índice Bovespa (Ibovespa) é o mais conhecido entre os dez indicadores adotados pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Foi adotado pelo mercado de ações no Brasil como seu principal termômetro de desempenho. Tem longa tradição – surgiu em 1968 e jamais mudou a metodologia.

Seus sucessivos recordes de alta têm chamado a atenção até dos leigos. É composto atualmente pelas 63 ações mais negociadas, numa carteira teórica atualizada quadrimestralmente e que representa pelo menos 80% do movimento financeiro da Bovespa. Sua variação é acompanhada minuto a minuto pelos investidores e pela imprensa.

Ibovespa Evolução nos últimos 12 anos (em milhares de pontos)



Condições sociais

Milênio bem encaminhado

Divulgado em agosto, o terceiro relatório anual de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – traçados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para serem alcançados até 2015 – apontou algumas metas que estão sendo alcançadas com vários anos de antecedência e outras que permanecem desafiadoras.

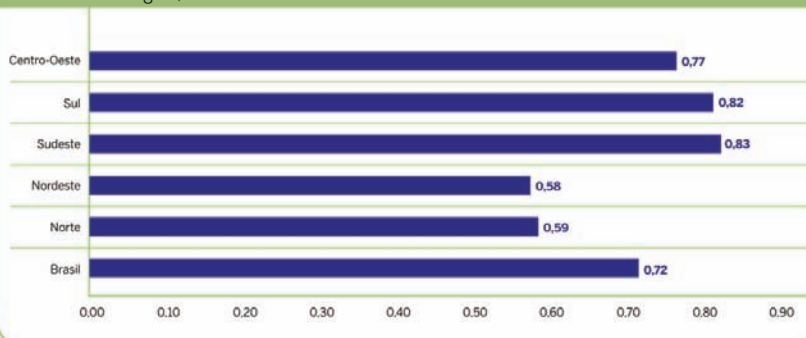
Selecionamos um infográfico representativo de cada um dos oito objetivos: erradicação da pobreza e da fome; universalização da educação; promoção da igualdade de raça e sexo; redução da mortalidade infantil; melhora da saúde materna; combate a doenças; sustentabilidade ambiental; e parceria mundial para o desenvolvimento.

Evolução da pobreza extrema, por cor/raça Brasil*, 1990 a 2000 (em %)



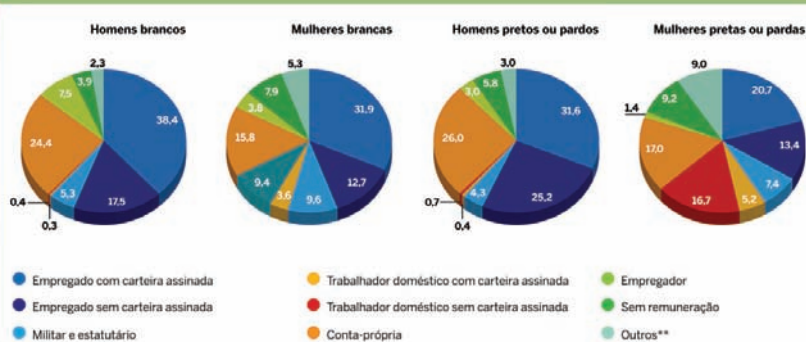
*Exclui-se a população rural dos estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP. Fonte: IBGE, Psad.

Índice de adequação idade-anos de escolaridade da população de 9 a 16 anos Brasil e Grandes Regiões, 2005



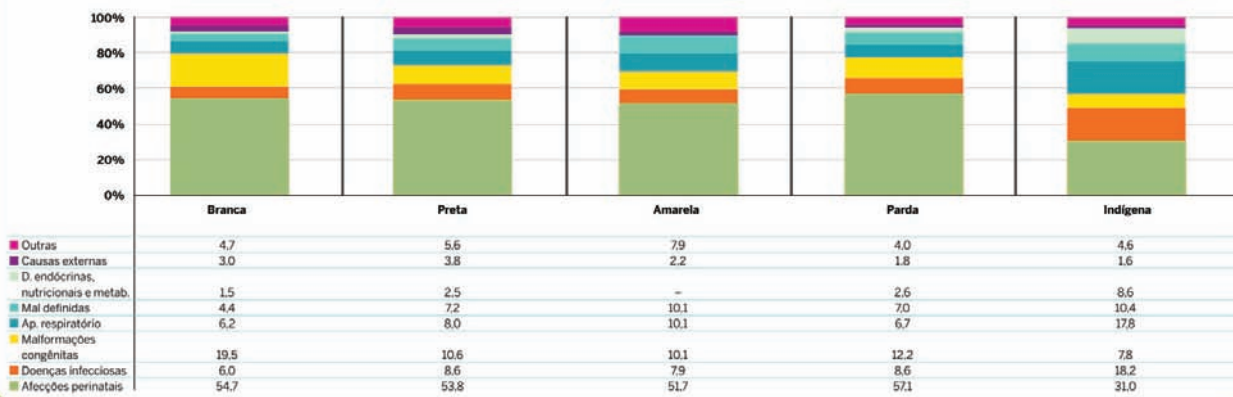
Fonte: Inep/MEC, a partir de dados do Psad, IBGE 2005

Distribuição da população ocupada por sexo e cor/raça, segundo a posição na ocupação Brasil*, 2005 (em %)



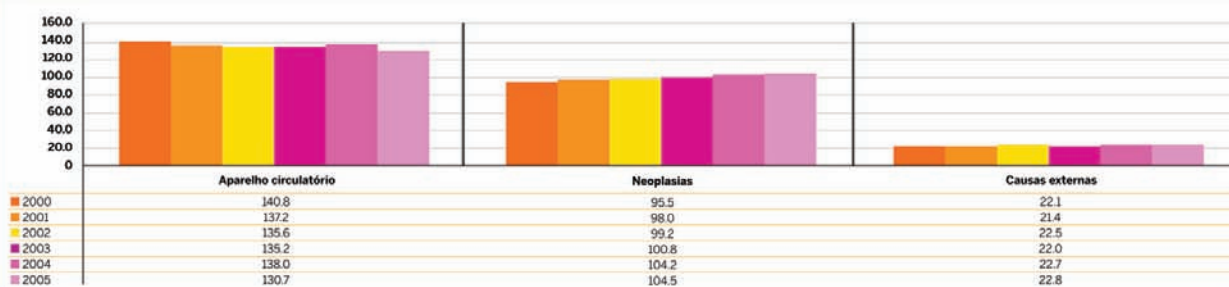
*Exclui-se a população rural dos estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP. ** Inclui trabalhadores em produção para a própria economia e trabalhadores na construção para o próprio uso. Fonte: IBGE, Psad 2005

Mortalidade proporcional de menores de 1 ano, por raça/cor, segundo grupos de causas – Brasil, 2005



Fonte: SVS/MS

Taxa de mortalidade de mulheres de 30 a 69 anos por causas selecionadas – Brasil, 2000 a 2005 (por 100 mil mulheres)



Fonte: SVS/MS

Descontos concedidos pelo Brasil

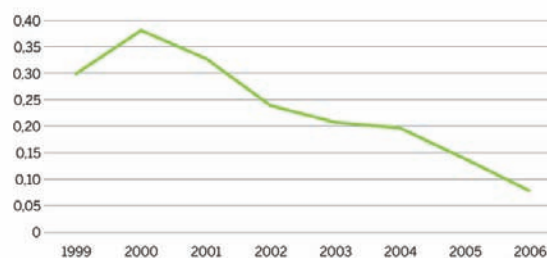
Posição em 31 de dezembro de 2006 (US\$ milhões)

Países pobres altamente endividados	1.011,9
África	815,2
Demais países	196,7
Outros países em desenvolvimento	241,7
África	116,6
Demais países	125,1
Total	1.253,6

Fonte: Ministério da Fazenda

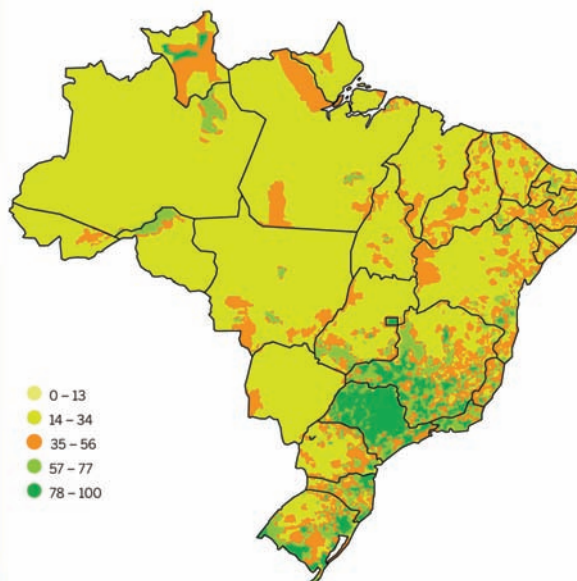
Coefficiente de letalidade da malária

Amazônia Legal, 1999 a 2006* (óbitos por mil casos)



Fonte: SIM/Datasus/MS e Sivep-Malária/SVS/MS
* Dados parciais

Percentual de domicílios urbanos com acesso a esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, por município – Brasil, 2000



Fonte: Ipea/DISOC, com base nos microdados do Censo IBGE 2000

CARTAS



Li recentemente na edição de maio da revista "Desafios do Desenvolvimento" matéria sobre os faxinais, povo que vive e explora as florestas de araucárias – e outros tipos de reservas naturais – sem destruí-las. O Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa) já comprovou que a exploração das riquezas naturais rende mais que a pecuária na mata amazônica. Na mesma linha da matéria dos faxinais, gostaria de sugerir que a revista se debruçasse sobre um assunto que vem ganhando importância no mundo: o comércio ético solidário. O mercado de produtos do comércio ético solidário já movimenta atualmente na Europa mais de US\$ 230 bilhões anuais, segundo estimativa do Fair Trade in Europe (EFTA) de 2001, e inclui tanto produtos artesanais vendidos nas "lojas do mundo" quanto produtos alimentares com o selo Fair Trade, também vendidos nos supermercados. Diversas empresas de expressão aderem ao sistema. Aproximadamente US\$ 185 bilhões (80%) correspondem às vendas de produtos certificados pela Fair Trade Labelling Organization (FLO).

Agradeço a atenção.

Néio Lucio Barreto
Brasília/DF

A correspondência para a redação deve ser enviada para desafios@ipea.gov.br ou para SBS Quadra 01 - Edifício BNDES - Sala 1515 - CEP: 70076-900 - Brasília DF

A China alimenta os seus habitantes e abastece o mundo com uma tecnologia simples que ainda engatinha no Brasil, país que possui as melhores condições do mundo para desenvolvê-la: a criação de peixes em viveiros. Se utilizássemos apenas 10% das áreas inundadas de nossas hidrelétricas, incentivássemos "fazendas" de peixes nos municípios e criatórios de camarão no litoral, poderíamos também garantir uma proteína barata para a população mais pobre, enriquecer a merenda escolar com pescados variados industrializados e ainda inundar o mundo com um alimento barato. Sem contar com o fato de que cada tonelada de peixe criado em cativeiro gera pelo menos um emprego direto, sem contar os indiretos. Essa é uma matéria que deveria ser ensinada nas escolas de todo o país.

Atenciosamente,

Eduardo Tosta
Curitiba/PR

Gosto muito da revista. O Programa Gestão Pública e Cidadania tem como objetivo a identificação e disseminação de experiências inovadoras em gestão pública que impactam na construção da cidadania. Uma das áreas em que temos recebido muitas inscrições é justamente a área de desenvolvimento local. Estamos no momento fazendo um "follow-up" de um conjunto de experiências bastante interessantes e que obtiveram êxito. Quem sabe se não pode ser útil para um próximo número da revista?

Peter Spink
São Paulo/SP

Com certa frequência, sinto que, apesar de um bom conhecimento técnico, os autores de alguns textos têm alguma dificuldade de produzir um texto de boa qualidade. Acredito que algum apoio a esses autores ou alguma forma de revisão do "formato" do texto traria uma melhora significativa para a revista. Tenho interesse em macroeconomia e, portanto, nos estudos baseados nos cruzamentos de dados que apenas o Ipea pode realizar. Comparações com paralelos internacionais seriam também de grande valia.

Obrigado.

Joel Meyer
Campinas/SP

Li a última edição da revista e noto que o tema biocombustível chamou a atenção. Ultimamente, tem sido dado destaque a uma nova expressão para este combustível, que é o agrocombustível. O argumento é que não se trata de vida, como indica a palavra "bio", mas sim de uma substância que não a contém, e que será destruída, gerando desequilíbrios que precisaremos organizar. No final da nota, o texto aponta para o

descuido com o subsídio, o que é muito pertinente.

Atenciosamente,

Nelson Jacomel Junior
Florianópolis/SC

Qual é o tamanho do mercado de informática do Brasil? Até que ponto a reserva de mercado, proposta e colocada em prática pelos governos militares, mesmo sob o protesto de setores liberais da economia, com o economista Roberto Campos à frente, impactou o mercado brasileiro e influenciou – ou não – a nossa defasagem atual quanto à disseminação dos microcomputadores em relação a outros países no mesmo estágio de desenvolvimento do Brasil? A questão se torna relevante quando se verifica que o Brasil desenvolveu *know-how* avançado em relação ao uso da informática nas áreas financeira (bancos) e tributária (governo) e, nesse campo, praticamente não avançou no que diz respeito à educação.

Atenciosamente,

Alvaro Chagas
Brasília/DF

Aos leitores,

Desafios do Desenvolvimento agradece as pautas sugeridas. Todas aquelas que atenderem à linha editorial da revista serão analisadas e apuradas pela equipe de reportagem no devido tempo. Lembramos ainda que em diversas edições anteriores tratamos de temas semelhantes às sugestões ligadas ao desenvolvimento sustentável, à biodiversidade e a negócios.



Acesse o conteúdo da revista *Desafios do Desenvolvimento* no endereço:
www.desafios.ipea.gov.br